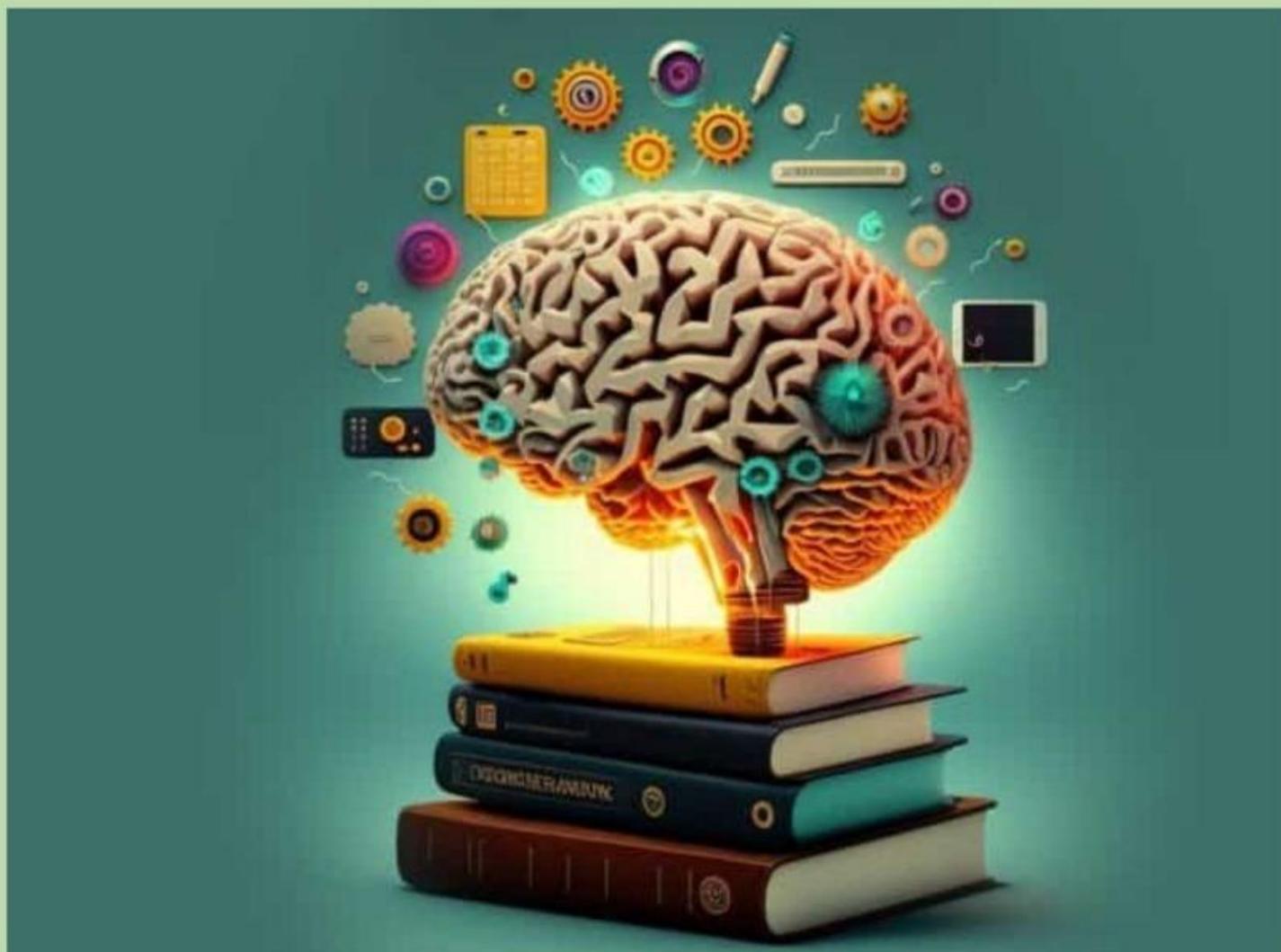


REVISTA AUTÊNTICOS

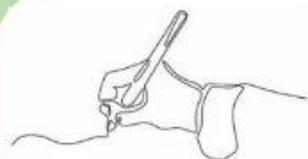
Volume 4 - Número 3

Maio 2024

ISSN - 2675 - 9543



O excesso de informação
prejudica a aprendizagem?



revistaautenticos.com.br

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
(CIP)**

R454

Revista Autênticos [recurso eletrônico] / [Editor Chefe]
Fernando Piffer – Vol. 4, n.3 (mai. 2024) – São Paulo-SP:
Instituto P2G Educacional, 2024.

Bimestral

ISSN 2675-9543

Disponível em: <https://revistaautenticos.com.br/>

1. Educação Infantil. 2. Educação Inclusiva. 3. Ensino
Lúdico. 4. Gestão Escolar. 5. Práticas Docentes. 6.
Psicopedagogia. 7. Alfabetização e Letramento. 8. História.
9. Arte. 10. Tecnologias Digitais. 11. Música. 12. I. Piffer,
Fernando.

CDD: 371.72

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB-6/2422

www.revistaautenticos.com.br

E-Mail: contato@revistaautenticos.com.br

Rua Marquês de Lages, 729 – Ipiranga – São Paulo-SP – CEP 04162-001 Fone (11) 2947-3283

EDITORIAL

O EXCESSO DE INFORMAÇÃO PREJUDICA A APRENDIZAGEM?

A informação tem sido a grande protagonista nesta terceira década do novo milênio, a era digital, como essa época já se tornou conhecida, se evidencia pelo fato de que qualquer pessoa, em qualquer lugar do mundo, pode receber e também disseminar informações de forma massiva e instantânea, informações estas nem sempre verdadeiras, mas que causam impacto direto na rotina e no comportamento das pessoas. Este fenômeno social, em que o excesso de informação potencializa a ansiedade, o pânico, e o uso extremo das redes sociais para sua difusão, já produziu o termo “infodemia”, ou seja, uma epidemia de informações, termo que, apesar de ter sido criado há cerca de vinte anos, ganhou maior significância no advento da pandemia da Covid-19, com os estímulos de comportamento social afetado por uma situação crítica e inédita, e que gerou mais desinformação do que o contrário.

Reconhecendo que estes fenômenos relacionados à informação atingem todas as pessoas, causando impactos significativos de ordem emocional e física tanto em adultos quanto em crianças, torna-se motivo de grande preocupação as consequências que o excesso de informação pode provocar nas crianças e adolescentes, visto que nesta faixa etária os indivíduos tendem a não depurar as informações, e que, por estarem num constante processo de autoconhecimento, fazendo escolhas, tomando decisões e encontrando seu lugar no mundo, que o excesso de informação pode ser prejudicial.

No contexto familiar, os aparelhos eletrônicos são apresentados aos filhos desde muito cedo, e funcionam como um dispositivo para os tranquilizar em momentos de irritação, ou para distraí-los enquanto os pais trabalham, assistem TV ou conversam com amigos. Muitos pais, inclusive, permitem o acesso livre à Internet, tanto em tempo quanto em conteúdo, e aquilo que pretendia ser um agente capaz de acalmar e relaxar, torna-se um ingrediente que traz sérios prejuízos às crianças. O tempo excessivo que elas passam nas redes sociais, em aplicativos e em jogos, tem impactado o desenvolvimento social e cognitivo, impactando o rendimento escolar.

A utilização das tecnologias digitais no contexto escolar é algo reconhecidamente útil, pois promove a construção de uma aprendizagem atualizada, em plena sincronia com o momento atual dos estudantes, tornando os conteúdos mais agradáveis e assimilados de uma maneira mais fácil. Além disso, a Internet se torna uma fonte de pesquisa para consultas que o aluno dispõe, entretanto, a utilização mal feita das mídias digitais afeta não apenas sua aprendizagem, mas provoca distorções nos seus processos psicológicos, acarretando um comportamento antissocial, bem como causando instabilidade emocional e atitudes agressivas.

Quanto à aprendizagem, o excesso de informações disponíveis na internet, que ocorrem por meio de jogos, redes sociais e canais de informação diversos, provocam efeitos mentais, físicos e emocionais, produzindo um cansaço mental, que leva à inatividade, à fadiga, à procrastinação e ao desânimo. O acesso veloz e ilimitado às informações e ao entretenimento tende a dificultar a concentração necessária à assimilação de conteúdos mais complexos, como as matérias transmitidas na sala de aula. Além disso, as crianças acabam substituindo a escrita pelos teclados, utilizam linguagem coloquial exagerada e acabam reduzindo a capacidade de escrita e a memorização ortográfica.

Para que o acesso às telas, que também é bastante danoso às crianças, seja reduzido ao mínimo necessário, é imprescindível que as crianças pratiquem atividades lúdicas, pois o brincar, especialmente na Educação Infantil, desenvolve a socialização, a criatividade, a psicomotricidade e contribui para a assimilação dos conteúdos pedagógicos propostos. Passeios ao ar livre, ações junto à natureza e a prática de esportes também são recursos fabulosos para a escola explorar a fim de evitar a infodemia e melhorar a aprendizagem.

Fernando Piffer é formado em Economia, com Pós-Graduação em Redação e Oratória, e é editor da Revista Autênticos.

CONSELHO EDITORIAL

Elaine Cristina Piffer
Rosana Gomes
Luciana de Moraes
Alcinda Ponce
Jorge Longuine Palhares
Talita Spadoni Piffer
Cezira Antonelli
Yara Cristina Nieri
Cláudia Duarte
Fernando Piffer

EDITOR CHEFE

Fernando Piffer

NORMALIZAÇÃO E REVISÃO DE TEXTOS

Talita Spadoni Piffer

DIAGRAMAÇÃO

Daniel Lyrio Teixeira

PROGRAMAÇÃO VISUAL

Rosana Gomes

PROJETO GRÁFICO E DIGITAL

Daniel Spadoni

COPYRIGHT

Revista Autênticos. Instituto P2G Educacional, Volume 4, Número 3 (Maio, 2024) – SP

ISSN - VERSÃO DIGITAL

2675-9543

Publicação Bimestral coligada ao Instituto P2G Educacional.

Exceto o Editorial, todos os artigos publicados refletem a opinião dos seus autores. A responsabilidade pelos conteúdos é exclusiva dos mesmos, sendo que não expressam, necessariamente, a opinião deste Conselho Editorial.

É permitida a reprodução total ou parcial dos conteúdos, desde que as fontes sejam devidamente citadas.

SUMÁRIO

05– A IMPORTÂNCIA DA ARTE NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM UTILIZANDO JOGOS, BRINQUEDOS E BRINCADEIRAS

MARIA ALICE VIEIRA ROSA

37– O INTÉRPRETE DE LIBRAS NA SALA DE AULA

LUCIANA DE MORAES

52– GESTÃO ESCOLAR EMPREENDEDORA

RENATA CRISTINA DE OLIVEIRA

SEWAYBRICKER

CAMILA TEIXEIRA ROCHA GOMES

IZABEL APARECIDA FARIAS DINIZ

66– TDAH NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM ESTUDO DOS BENEFÍCIOS DAS ATIVIDADES LÚDICAS PARA A INCLUSÃO

ROBERTA EDLENE ANTUNES DE OLIVEIRA

PATRÍCIA PAULINA MACHADO DOS SANTOS

SOLANGE GODOI DA SILVA

80– OS BENEFÍCIOS QUE A MÚSICA OFERECE PARA AS CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

ALINE PINHEIRO DE ARRUDA RIBEIRO

REONICE DANIEL LIMA

SILVANA APARECIDA DREY

96– O OFÍCIO DO ALUNO, A RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO E A FUNÇÃO DA ESCOLA

ANA CRISTINA MORAES JOSÉ

SUÉLEN ANDRESSA DE MEIRA RIBEIRO

ANDRADE

KIMBERLYN GABRIELA CUNHA

104– JOGOS E BRINCADEIRAS

CIBELE TAVANTE TEOTÔNIO DE ATAÍDE

FERNANDA TELES DE ATAÍDE DOS SANTOS

MARCELA RODRIGUES RAMOS ARAÚJO

119– EDUCAÇÃO ESPECIAL: DESAFIOS DA FORMAÇÃO E DA ATUAÇÃO EM SALA DE AULA

KETHILIN FERNANDA DA SILVA THOMAZ

TAYENNE CAMARGO FERNANDES

IANARA SAUA DUTRA DE SOUZA SIQUEIRA

130– A IMPORTÂNCIA DA ORGANIZAÇÃO DO TEMPO E ESPAÇO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

MARIA NAZARÉ FINOTI PAULA MELO

144– AS CONTRIBUIÇÕES DO ENSINO DA ARTE PARA AS CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

MARIA APARECIDA DOS SANTOS

151– APRENDER E BRINCAR, É SÓ COMEÇAR: OS JOGOS, A ALFABETIZAÇÃO E O LETRAMENTO NA MATEMÁTICA

CRISTIANE POLLI VIEIRA MARQUES

ALINE FRANTIESCA ABDALA RIBEIRO

RODRIGUES

165– A IMPORTÂNCIA DO LÚDICO E DOS JOGOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

SANDRA CRISTINA CÂNDIDO DE BIAZI

LÍDIA MORAIS DE OLIVEIRA

VALÉRIA BARTOLOMAZI LAPORTA



A IMPORTÂNCIA DA ARTE NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM UTILIZANDO JOGOS, BRINQUEDOS E BRINCADEIRAS

Maria Alice Vieira Rosa

Formada em Pedagogia e em Artes, com Pós-graduação em Alfabetização e Letramento; Metodologia do Ensino da Arte e Atendimento Educacional Especializado- AEE.

RESUMO

Esta pesquisa acadêmica, intitulada a importância da arte no processo da aprendizagem utilizando jogos, brinquedos e brincadeiras, tem a intenção de apresentar conceitos científicos acerca da relevância da Ludicidade articulada de forma intencional aos conteúdos de artes, tem grande eficiência em cooperar para o ensino – aprendizagem e para o desenvolvimento da criança .O modo de pesquisa realizada foi a qualitativa, as técnicas utilizadas foram as de revisão da literatura com pesquisas bibliográficas em que divulgam produções científicas sobre a temática em questão, tendo alguns como Brasil(1988,1990,1996,1998), Friedmann(1996), Kishimoto(2011), Leontiev(2006), Oliveira(2010), Perrenoud(1999), Piaget (1973), Rau(2012), Sant’Anna(2011), foi constatado que o brincar envolvendo os jogos, brinquedos e brincadeiras é uma ferramenta relevante para o processo de aprendizagem, visto que auxilia nas relações do professor com o aluno, além de promover o desenvolvimento social, corporal e psíquico. Foi possível averiguar os conceitos sobre as fases do desenvolvimento da criança em idade escolar, mostrando uma intensa evolução das competências intelectuais, motoras e sociais a partir da ludicidade, constatar também que através do brincar, mais do que aprenderem sobre os artistas e suas obras, eles entram em contato com o processo criativo dos artistas por meio de instalações imersivas e exposições interativas, jogos, oficinas criativas, transformando o contato com a arte um aprendizado prazeroso, instigante e até mesmo memorável, onde o Brincar, o brinquedo, o jogo e a arte estão sempre juntos e misturados.

Palavras-Chave: Ensino Lúdico; Psicomotricidade; Brincadeiras; Aprendizagem.

INTRODUÇÃO

Através da presente pesquisa, pretendemos apresentar os conceitos de brinquedo, brincadeira e jogo, mostrando suas diferenças e de que forma eles são importantes no processo de ensino e aprendizagem, como práticas pedagógicas atreladas ao ensino da disciplina de artes.

Com isso, serão elencados pressupostos sobre o surgimento da Ludicidade desde a antiguidade até os dias atuais, explanando o brincar, envolvendo jogos, brinquedos, e brincadeira, fundamentando conceitualmente estes elementos a fim de apresentar como eles podem mediar por meio do professor o processo de desenvolvimento Infantil e no processo do ensino e aprendizagem na educação Infantil.

Nessas condições é importante estudar este tema, notando-se que a educação infantil é o início do ciclo escolar da vida de uma criança e não há dúvidas que ela irá aprender as noções básicas necessárias para o início de sua vida. Na realidade é na escola que ela irá desenvolver suas capacidades físicas, intelectuais, sentimentais, morais e sociais. Igualmente, é nessas condições que a criança construirá um alicerce que servirá como base para vida toda. Desse modo é significativo que a criança se sinta bem e confortável, facilmente se presume que o brincar auxiliará neste processo tão marcante na vida da criança. Nota-se que a manifestação deste tema se fundamentou da necessidade de que a sala de aula seja um ambiente agradável e divertido. Diante disso a escola torna-se um lugar onde as crianças possam sentir alegria em estar desenvolvendo suas atividades naquele ambiente de maneira lúdica e prazerosa.

Neste ponto ressaltamos que quando a criança está brincando, ela está através da ludicidade desvendando o mundo a sua volta, além disso ela está adquirindo uma visão de mundo físico e social.

Dentre os objetivos específicos, serão elencados conceitos sobre o contexto histórico da ludicidade até a contemporaneidade no Brasil após a LDB; fundamentar os conceitos de ludicidade, jogos, brinquedos e brincadeiras e as fases do desenvolvimento Infantil na idade pré-escolar.

Na realidade este estudo será necessário para explicar através da ludicidade como os jogos brinquedos e brincadeiras interferem no processo de aprendizagem de crianças em fases do desenvolvimento Infantil na idade pré-escolar, mostrando a importância do professor da disciplina de artes como mediador neste processo para o ensino e aprendizagem.

CONTEXTO HISTÓRICO SOBRE A LUDICIDADE

Para explicarmos o surgimento da ludicidade será necessário voltar aos tempos dos primitivos, em que as famílias desenvolviam suas brincadeiras com as crianças enquanto ensinavam-lhes as obrigações, contudo as crianças não as faziam pela sua real necessidade, elas brincavam enquanto aprendiam as tarefas, a criança era considerada um adulto em miniatura. À medida que as crianças aprendiam através das obrigações diárias, podemos observar que os tempos foram passando e as culturas se modificando, a esta altura a ludicidade passa a ser reconhecida através dos jogos.

Naturalmente, durante da Idade Média, desde os greco-romanos a recreação era vinda apenas dos jogos, neste sentido os jogos eram tidos como relaxamento após os esforços físicos, intelectuais e escolares, os mesmos eram apontados como "não sérios" por serem associados aos jogos de azar, muito comuns na época. Os jogos divulgavam princípios de moral, ética, e conteúdo de história, geografia (Kishimoto 2011). Ao longo da idade média os jogos eram identificados como não sérios por ser associados ao azar, mas com a vinda dos índios e dos jesuítas tais concretizações foram mudando de forma, tornado o jogo como instrumento de aprendizagem.

Os índios simultaneamente com os jesuítas utilizaram das brincadeiras como método para transferir seus conhecimentos, ensinando as crianças seus costumes, transmitindo de uma maneira lúdica a práticas de seus povos, sua ciência, cultura, educação. De acordo com Brougère (2001, p.105):

"O contexto social é importante para o brincar infantil. De acordo com Brougère, o brincar não pode ser separado das influências do mundo, pois não é uma atividade interna do indivíduo, mas é dotado de significação social. Para o autor a criança é um ser social e aprende a brincar. A brincadeira pressupõe uma aprendizagem social. "A criança não brinca numa ilha deserta. Ela brinca com as substâncias materiais e imateriais que lhe são propostas, ela brinca com o que tem na mão e com o que tem na cabeça".

Logo os índios passaram desenvolver seus conhecimentos de maneira lúdica, e com a vinda dos portugueses ao Brasil, juntos eles desenvolveram métodos de ensino que foram uma grande transformação para o ensino daquela época.

Foram os índios, negros e portugueses que deram origem do que temos como modelo e método de desenvolvimento do lúdico até os dias atuais. No Brasil durante os últimos séculos ocorreu uma grande miscigenação, cada um com seus costumes,

culturas, crenças e educação, cada uma em sua cultura construíram sua forma de desenvolver a ludicidade.

Facilmente se presume que com essa grande miscigenação a cultura do Brasil enriqueceu, trazendo consigo novas possibilidades de se viver a ludicidade, entretanto os Portugueses nos mostravam ideias divergentes das que estávamos habituados.

As crianças índias produziam os seus próprios brinquedos com materiais retirados da natureza, se preocupavam em se divertir, já as crianças portuguesas quando vieram para o Brasil não tinham os mesmos costumes, utilizavam suas culturas para o lazer, mas principalmente para enriquecer sua intelectualidade.

De acordo com Navarro (2009, p.1):

“A relevância de um tempo no cotidiano das crianças destinado a um brincar de qualidade, em um espaço adequado, com materiais interessantes para as crianças e que estimulem a criatividade. A mediação de um adulto, de outras crianças, ou dos próprios objetos que se encontram a disposição da criança faz a diferença nas brincadeiras. Não basta deixar brincar, aos adultos é preciso olhar um pouquinho mais para as crianças, perceber suas necessidades e assim tentar entender e estimular a brincadeira”.

Os costumes adotados pelos índios tiveram grande influência dos portugueses e dos jesuítas, mais de repente a igreja resolve acabar com os jogos e deixar o Brasil sem nenhuma organização de ensino.

Neste contexto fica evidente que a Igreja católica no século XV foi a responsável por acabar com os jogos da educação. Porém com a chegada dos jesuítas os jogos continuaram a ser utilizados em seus colégios, como uma atividade capaz de contribuir para o desenvolvimento da inteligência e estimulação dos estudos, contudo não durou muito, pois por volta de 1759 os jesuítas foram banidos do Brasil e o mesmo ficou sem nenhuma organização de ensino, vez ou outra vinham educadores de Portugal para ofertar cursos como os de álgebra (Sant’Anna, 2011).

Com o fim dos jogos e a expulsão dos jesuítas, a educação ganha um novo enfoque onde pesquisadores passam a estudar e observar animais, buscando desenvolver assim teorias sobre a psicologia infantil.

Assim, pois no século XIX por influências do Darwinismo surgiu a teoria da recapitulação onde mostra as espécies animais sendo estudadas, para a partir destes estudos mostrar a adaptabilidade dos animais para a sobrevivência, seguindo este pensamento surgiu a psicologia da criança, onde os animais transpõem informações para o campo infantil, buscando entendimento do prazer para justificar os processos psicológicos, fazendo uma ponte entre a biologia e a psicologia (Kishimoto, 2011).

Nota-se que a ciência está envolvida com estado psicológico da criança, neste sentido notamos uma transformação na educação, onde estudiosos também irão trazer contribuições para o ensino. Na realidade no início do século XX surge a nova pedagogia, trazendo um novo rumo para a docência, quando as exposições foram importantes para a educação que até então não tinha essa preocupação. A mesma só surgiu com o início do sistema econômico que ocorreu após a revolução de 30, que anunciava a abertura do Brasil para o capitalismo, e por se tornar um país capitalista, passou a investir no mercado interno e na indústria. Com isso surge a exigência de trabalhadores com mão de obra especializada e para que isso acontecesse foi necessário o investimento na educação (Sant'Anna, 2011).

Com a renovação do ensino da pedagogia, o país passa a ter uma educação com mão de obra especializada, devido a essa mudança grupos de educadores se interessaram em contribuir para uma melhor educação, a esta altura em 1932 o manifesto dos pioneiros da educação Nova, formado 26 docentes desenvolveram um documento por designado "a reconstrução da educação do Brasil: ao povo e ao governo", que percorreu o território nacional com a finalidade de ofertar diretrizes para uma política de educação. Após o manifesto dos pioneiros e com o início das diretrizes da educação, o país desde então possuiu uma lei que garantia e assegurava seus direitos de cidadão.

Nessas condições a educação prospera, em virtude da proposta de reconstrução da educação nacional, que viabiliza uma escola pública, leiga, obrigatória, gratuita e do ensino igual para ambos os sexos, que apresentou uma repercussão num curto espaço de tempo, pois já na promulgação da nova constituição de 1934, a educação passou a ser direito de todos, tendo de ser ministrada pela família e pelos poderes públicos.

De acordo com Leontiev (2006, p. 15):

"As mães saírem para trabalhar foi uma das mudanças mais importantes da sociedade atual e com isso a educação infantil começa a tomar espaço, o reconhecimento dessa fase do ensino aumenta, a escola para as crianças pequenas passa a ser vista como mais do que um ambiente para deixar as crianças enquanto as mães trabalham. Algumas crianças passam boa parte do seu dia na escola e esse ambiente deve pensar nas suas necessidades, realizar atividades que respeitem a infância, além daquelas de necessidade básica, como comer, dormir ou tomar banho. Brincar é um direito da criança, é, segundo Leontiev, a principal atividade das crianças pequenas, pois é ela que vai impulsionar a criança para outro nível de desenvolvimento".

Tendo em vista que os direitos das crianças deveriam ser preservados cada vez mais se havia necessidade de criar leis que assegurassem tanto o direito das mães quanto das crianças surgiu a constituição de 1988.

A Constituição Federal Brasileira de 1988 assegura em seus artigos referentes à educação a garantia do atendimento em creche e pré-escola como um direito de todos, dever do Estado e opção da família e enfatiza esta conquista através do artigo 208: Art. 208: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: (...) IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade; (...)” (Brasil, 1988, p.35).

As creches não estavam ligadas as indústrias, as mesmas eram de responsabilidade de instituições filantrópicas e religiosas, desde o início do século até a década de 50. No entanto ocorreu uma relevante mudança no ano de 1961, onde foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases (9.394/96), que incluiu os jardins de infância no sistema de ensino (Brasil, 1996).

Com bases nessas leis podemos ter os direitos assegurados, ainda mais quando em 1990 surge a lei federal do ECA Estatuto da Criança e do Adolescente nº 8069/90 que veio para consolidar os direitos das crianças.

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente disposta na Lei nº 8069/90 toda criança deve ter seus direitos garantidos perante a educação, lazer, convívio familiar e comunitário, acesso a saúde, direito de ir e vir, ter a sua integridade respeitada, além da proteção contra o trabalho infantil. Com a implementação da Lei de Diretrizes e Bases, obtivemos a inclusão de jardins de infância no ensino, e a partir da necessidade de currículos mais elaborados surgiram-se os PCNs.

Nota-se que houve um avanço significativo no Brasil no século XX, com o lançamento dos PCNs, os Parâmetros Curriculares Nacionais, apresentando quais seriam os objetivos que os alunos deveriam alcançar no final de cada ciclo, assim como os conteúdos que deveriam ser desenvolvidos, os métodos de avaliações, orientações para os professores, material esse que foi disponibilizado pelo ministério da educação (Sant’Anna, 2011). A LDB e os PCNs vieram para contribuir para uma melhor educação, e a partir do RCNEI podemos fazer considerações sobre o indivíduo e como ele se insere e participa ativamente na sociedade em um contexto histórico.

Atualmente podemos observar que a criança é parte da idealização de sua história e identidade, a mesma está em constante mudança sendo agente de transformação social, a idealização de criança é dada por educadores e estudiosos da infância. A criança, assim como todo indivíduo, é um sujeito participante da sociedade histórica, é um ser que faz parte de uma estrutura familiar, que faz parte de uma sociedade que tem suas culturas, cada um em seu tempo histórico (Brasil, 1998).

Sendo parte de um contexto histórico a criança tem participação ativa na construção da educação, onde podemos observar o educando fazendo a mediação necessária para a obtenção do conhecimento.

Neste contexto podemos é importante ressaltar que a educação é um processo histórico, onde o educador tem uma função de estimular o educando a buscar sua identidade e proceder sua atuação na sociedade de forma reflexiva e crítica, além de promover a aprendizagem e o seu desenvolvimento (Rau, 2012).

Em casos como esses que o educador tem a função de estimular o desenvolvimento e aprendizagem da criança, é necessário que exista uma relação entre a criança e o espaço que ela está inserida, sendo assim autores buscam a determinação de lugares para o brincar.

De acordo com Vygotsky (1984 apud OLIVEIRA, 2010 p. 62):

“É um papel fundamental do docente provocar avanços nos alunos e isso se torna possível com interferência na Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) O brinquedo cria uma Zona de Desenvolvimento Proximal na criança, lembrando que ela afirma que a aquisição do conhecimento se dá através das zonas de desenvolvimento: a real e a proximal, a zona de desenvolvimento real é a do conhecimento já adquirido, já a proximal só é atingida , de início, com auxílio de outras pessoas que já tenham adquirido esse conhecimento”.

Com base na citação acima podemos ressaltar que Zdp (Zona de Desenvolvimento Proximal) é a fase em que a criança só consegue alcançar com a colaboração de outra pessoa, e posteriormente ela irá ser capaz de realizar sozinha, enquanto ZDR (Zona de Desenvolvimento Real) representa o momento em que a criança consegue exercer suas tarefas com autonomia, determinado assim a maturidade para a execução de suas atividades, que anteriormente era realizada com o auxílio de outras pessoas, sinalizando o progresso mental que pode ser conquistado.

A partir desta ideia Friedmann (1996) diz que em relação ao espaço do brincar, que antes era somente nas ruas e dentro de casa, passa a ter lugares diferentes, como espaços escolares, condomínios com salas de brinquedos, clubes e mais recentemente as brinquedotecas, alguns destes lugares ainda são privilégios de algumas crianças, mas nada impede que a ludicidade ocorra.

Com o surgimento de locais próprios para o brincar, surgiram vários espaços como alternativa de espaços lúdicos, como a brinquedoteca ou ludotecas. São espaços onde as crianças podem se expressar e desenvolver criativamente suas atividades. Atualmente existem locais específicos como creches, escolas e universidades para fins

educacionais e sociais. No Brasil foi em Indianópolis em São Paulo que surgiu a primeira brinquedoteca, após isso elas se multiplicaram por todo o país

O brincar se fez presente em todas as épocas da humanidade (antiguidade, idade média, idade moderna), perseverando até os dias atuais, cada tempo tinha seu contexto histórico vivido pelos povos daquela época e conforme o pensamento dos autores apresentados neste trabalho, sempre foi algo espontâneo, vivido por todos e também utilizado como um instrumento pedagógico para o desenvolvimento do indivíduo.

Nesse sentido, observamos uma grande evolução da educação no país, desde os tempos dos primitivos até atualmente onde com o incentivo e apoio de estudiosos, foram implantadas as leis, constituições e diretrizes (LDB, ECA, PCN, RCNEI) garantindo assim os direitos das crianças em ter uma educação pública, laica, obrigatória, gratuita, de ensino igualitário para ambos os sexos. Logo o brincar que antes era considerado não sério, torna-se instrumento de aprendizagem para transferir conhecimentos. Com o surgimento de locais próprios para o brincar, o lúdico passa a ter lugar para acontecer, onde as crianças podem se expressar e desenvolver criativamente suas atividades, deste modo surgiram vários espaços como a brinquedoteca ou ludoteca, no entanto muito ainda precisa ser esclarecido pois o brincar pode envolver os jogos, brinquedos e brincadeiras, e assim no próximo capítulo iremos entender como esses elementos podem auxiliar no processo de aprendizagem.

JOGOS, BRINQUEDOS E BRINCADEIRAS E SUA IMPORTÂNCIA NA IDADE PRÉ ESCOLAR

Iniciaremos este capítulo abordando os conceitos de ludicidade, jogos, brinquedos e brincadeiras, para que apoiado nessas conceituações sejamos capazes de apresentar seus fundamentos e práticas na educação pré-escolar.

A palavra lúdico surgiu do latim “Ludus” e expressa o brincar, este brincar que envolve os jogos, brinquedos e brincadeiras, que está relativamente relacionado ao comportamento daquele que joga que brinca e se alegra Costa (2005 apud RAU 2012, p.45).

Como pode se observar o lúdico se manifesta por meio do jogo, do brinquedo e da brincadeira, abrangendo as ações do brincar como um todo, que foi transmitido por toda a vivência da humanidade, apresentando-se como forma de expressão da evolução humana, isto porque os jogos, brinquedos e as brincadeiras foram se modificando de geração para geração, demonstrando as mudanças sociais.

Refletindo sobre a importância do lúdico nos dias atuais, podemos observá-lo como um instrumento de desenvolvimento da linguagem e do Imaginário, vinculado aos tempos atuais, como meio de expressão de qualidades espontâneas ou naturais da criança, onde segundo a autora o objetivo é formar seres criativos e críticos, aptos para tomar decisões, conclui-se que o momento do lúdico é adequado para observar esse indivíduo que expressa através dele sua natureza psicológica, sendo um dos componentes essenciais para o enriquecimento do cotidiano infantil (Kishimoto, 2011).

De acordo com Rau (2012, p.31):

“A ludicidade se estabelece pelas intervenções do brincar, onde estão organizadas em três eixos centrais, em que estão envolvidos: os jogos, os brinquedos e as brincadeiras, dessa forma ensinam através da ludicidade, considerando que as brincadeiras são parte essenciais para a vida do ser humano e que por isso trazem referências da vida do próprio sujeito. Para a criança, o brincar é fundamental nas atividades do cotidiano, na qual o brincar proporciona o indivíduo a realização de decisões, manifestação dos sentimentos e princípios, perceber o seu eu, aos demais e o universo, mediante a vários dialetos, usando o corpo, os sentidos, os movimentos”.

Partindo da reflexão sobre a ludicidade, iremos analisar sua ação e o significado dos jogos, do brinquedo e da brincadeira abordando seus conceitos, suas concepções e suas definições, bem como suas diferenças tendo como referência os estudos de Kishimoto.

No que se refere a conceituação de jogo, os estudos feitos por Kishimoto o especificam como uma atividade natural da criança, em que sozinho não se pode formar nada, não se obtém resultado final, onde o que importa é o desenvolvimento do brincar, que a criança estabelece.

O jogo é uma ferramenta pedagógica de grande relevância no âmbito cultural e biológico, posto que é uma tarefa espontânea, divertida, que possui grande valor social, que promove inúmeras possibilidades educacionais, visto que possibilita o desenvolvimento corporal, estimulando a vida psíquica e a inteligência, colaborando para a adaptação ao grupo, promovendo o convívio da criança na sociedade, sendo capaz de estar participando e questionando os pressupostos das relações sociais (Kishimoto, 2011).

O jogo possui como característica marcante, a existência de regras, tem sua realização em tempo e espaço definidos, possuindo uma condição histórica e geográfica e uma sequência na própria atividade, o mesmo permite trocas nas interações social, dado que o desempenho de ações sensório-motora, além de contemplar várias formas de

representação da criança ou suas múltiplas inteligências, dessa forma contribui para a aprendizagem e o desenvolvimento infantil.

A seguir de acordo com Kishimoto (2011, p.29) demonstraremos os critérios para reconhecer as características dos jogos:

Não literalidade: os acontecimentos das brincadeiras caracterizam-se pela representação da prática interna prevalece sobre a externa. Na qual o que é usual é alterado por um novo sentido. Por exemplo o ursinho de pelúcia ser o filhinho e a criança imitar o choro do irmão (Kishimoto, 2011).

Efeito positivo: o jogo infantil é definido pela representação do prazer e da alegria e da diversão do brincar, onde o sorriso é a representação da satisfação da criança ao brincar livremente, esses aspectos são relevantes pois trazem diversos impactos positivos para a perspectiva do desenvolvimento corporal, moral e social da criança (Kishimoto, 2011)

Flexibilidade: as crianças estão mais predispostas a vivenciar novas experiências de novas ideias e comportamentos em contextos de brincadeiras não recreativas, como por exemplo o uso das tecnologias, por todos esses aspectos é relevante que a criança aprenda através das brincadeiras, onde ela será capaz de explorar o seu ambiente, onde a ausência de pressão possibilitará que a criança se torne flexível, para que busque soluções de problemas e novas alternativas (Kishimoto, 2011).

Prioridade do processo de brincar: ao mesmo tempo que brinca a atenção da criança está voltada a atividade que está realizando, e não aos resultados e suas repercussões, o jogo infantil só pode receber essa denominação quando o propósito da criança é brincar, muitas vezes o jogo é empregado em sala de aula, de maneira desfigurada, pois é dado privilégio ao produto, em vez de aprendizagem e noções de habilidades (Kishimoto, 2011).

Livre escolha: é importante que a criança possa escolher como que vai brincar, deve ser ofertado várias possibilidades de brinquedos ou brincadeiras, pois o jogo só pode ser considerado jogo infantil quando é escolhido espontaneamente pela criança, caso contrário é ensino ou trabalho.

Controle interno: no jogo infantil são as crianças que indicam o desenrolar das situações, elas devem ter liberdade e autonomia para desenvolver suas regras e decidir como será o brincar.

De acordo com Vygotsky (1984, apud RAU, 2012, p. 57):

“A valorização do fator social demonstra que no jogo de papéis, a criança produz uma situação imaginária, incorporando elementos

do contexto cultural adquiridos por meio da interação e da comunicação. A noção central é a de que se constitui uma zona de desenvolvimento proximal, em que se diferencia o nível atual que a criança alcança com a solução problemas independentemente do nível de desenvolvimento potencial marcado pela mediação do adulto. O jogo é o elemento que irá estimular o desenvolvimento dentro da zona de desenvolvimento proximal”.

O significado atual do jogo na educação, revela a existência de incompatibilidades em torno “jogo educativo”, que manteria simultaneamente conectado a duas funções, a primeira seria a “função lúdica “do jogo que expressa a ideia de que sua vivencia possibilita a diversão e o prazer, entretanto isso só ocorre quando é definido livremente pela criança, a segunda seria a “função educativa” que ocorre quando a execução do jogo leva o indivíduo a desenvolver seus saberes, seus conhecimentos, tal como sua apreensão de mundo. O equilíbrio entre as duas funções seria então o objetivo do jogo educativo. Nessa perspectiva a organização do espaço, a seleção dos brinquedos e a interação entre os educandos, refletem a ação voluntária da criança e ação pedagógica do professor (Kishimoto, 2011).

Quando descrevemos os jogos, podemos estar exprimindo os jogos políticos, os de adultos, de crianças e animais ou até mesmo a amarelinha, xadrez, adivinhas, contar histórias, brincar de mamãe filhinha, futebol, dominó, quebra-cabeça, criar barquinhos, brincar na areia e dentre uma imensidão de outros jogos, recebendo suas denominações e suas especificidades.

Podemos citar como exemplo o faz de conta, em que a uma forte presença da situação imaginária, há também o jogo do xadrez, nele existem regras padronizadas que permitem a movimentação das peças, por outro lado o brincar na areia viabiliza sentir o prazer de fazer escorrer pelas mãos e encher e esvaziar copinhos com areia, naturalmente está brincadeira requer a situação da manipulação do objeto, já na construção de um barquinho, a mesma não exige só a representação mental do objeto a ser construído, mas também habilidade manual para operacionaliza-lo.

Os jogos de construção fazem parte das brincadeiras a décadas, na forma de tijolinhos, que são montados e desmontados continuamente, esses jogos foram elaborados por Froebel que destaca que não se trata de manipular livremente tijolinhos, mas de construir casas, móveis ou cenários, para as brincadeiras simbólicas, e deste modo os jogos de construção auxiliam no desenvolvimento afetivo e intelectual.

A construção nos jogos é um elemento importante para a abstração do mundo real e nesse sentido é necessário considerar a fala e ação da criança, que muitas vezes

expressa complicadas relações de seu cotidiano, dessa forma enquanto constrói a criança, desse modo possibilita ao educador perceber suas representações mentais, o que se refere ao seu mundo interior e exterior (Kishimoto, 2011).

De acordo com o Referencial Curricular Nacional Para Educação Infantil: “As brincadeiras de faz-de-conta, os jogos de construção e aqueles que possuem regras, como os jogos de sociedade (também chamados de jogos de tabuleiro) jogos tradicionais, didáticos, corporais, etc., propiciam a ampliação dos conhecimentos da criança por meio da atividade lúdica” (Brasil, 1998, p. 28).

Quando entramos na ação do jogo, é possível perceber que o mesmo possibilita a elaboração de metas (seus objetivos), preparação de estratégias (sua ação cognitiva e motora no jogo), escolha de caminhos (elabora hipóteses), brincar de “faz-de-conta” (vivência papéis), raciocina e enfrenta desafios (tenta superar os obstáculos) vivencia emoções e conflitos (alegria, ansiedade), organiza o pensamento (supera os problemas, percebe erros e acertos), e sintetiza (compreende resultados, vencendo ou perdendo).

Para a superação das dificuldades é preciso que o educador tenha conhecimento sobre a classificações dos jogos que possibilitam identificar quais tipos atendem aos objetivos elaborados de acordo com as necessidades dos alunos e do planejamento pedagógico, entenda como organizar um ambiente rico e dinamizador de interações, compreenda como lidar com conflitos afetivos nas relações entre os educandos e principalmente como observar os avanços e as dificuldades explicitadas em momentos de jogos por meio da escuta das falas orais e corporais, em razão de que o corpo também fala.

A formação lúdica valoriza a criatividade, o cultivo da sensibilidade e a busca da afetividade, isto é possível pois o adulto que vivencia atividades lúdicas, revive e resgata com prazer e alegria do brincar, potencializando a transposição dessa experiência para o campo da educação por meio do jogo (Kishimoto, 2011).

Nesse contexto, o educador possui o papel de mediador no processo de ensino-aprendizagem, nessa perspectiva o lúdico é relevante como recurso pedagógico, revelando que os educandos na maioria das vezes percebem suas capacidades e suas dificuldades, deste modo cabe ao educador identificar tais capacidades de forma a propiciar a integração de todas as áreas de desenvolvimento e aprendizagem dos alunos.

Já o brinquedo é definido como um objeto que oferece auxílio para a brincadeira ou jogo, seja na perspectiva real ou no imaginário. tradicionalmente o brinquedo é percebido como um objeto que não faz parte de uma única classe, exibindo diversas particularidades da produção dos brinquedos, através de matérias primas como raminhos,

raízes, vegetais e também objetos do mundo doméstico que passam a ter sentido de brinquedo quando incide sobre eles a função lúdica Kishimoto (1994 apud RAU, 2012, p.48).

De acordo com Timóteo (1994, apud RAU, 2012):

“O brinquedo é amparo para a brincadeira, quando auxilia para a atividade livre, sem finalidade, que se expande de acordo com a imaginação da criança, o jogo é assistência quando atende além da Imaginação, uma ação lúdica que possui um conjunto de regras que ordenam as ações, sendo assim examinando outras crianças e o intermédio da professora, ela aprende novas brincadeiras e suas regras. Depois que aprende, pode reproduzir ou reinventa novas brincadeiras. Assim, ela vai assegurando a movimentação e conservar a cultura lúdica”.

Ao observar os objetos utilizados pelas crianças como os brinquedos, percebemos que elas manifestam suas preferências, por exemplo, um bebê, explora todo e qualquer objeto primeiro levando-os a boca produzindo sons, tentando encaixar, formando torres, entre outras ações que na idade inicial da criança é relevante que o adulto ajude nessa exploração, pois assim ela perceber a mais facilmente texturas formas cores e tamanhos.

Atualmente há uma grande variedade de materiais que servem de recursos para confecção de brinquedos com caixas de leites que usadas podem transformar-se por exemplo em uma mini boca de palhaço, uma garrafa pet pode se transformar em um bilboquê, caixas de remédios pode se transformar em miniatura de móveis para casa das bonecas etc.

De acordo com Meira (2003, p.8):

“Estes objetos (madeira, ossos, tecidos, argila) que propiciam à criança o contato, a construção e a desconstrução, encontrados nos mais insólitos lugares, produzem mais prazer à criança do que os brinquedos plastificados, até hoje. É comum a observação de que quando uma criança pequena recebe de presente um brinquedo, muitas vezes interessa-se mais pela caixa do que por este. Observamos também que a preocupação extrema com a segurança e a saúde, marcas ideais da sociedade de consumo, acaba por revelar-se na dimensão dos brinquedos, que na maioria são plastificados, esterilizados, inquebráveis”.

A variedade de instrumentos apresentados em diferentes épocas sempre proporcionou que as brincadeiras acontecessem de maneira rica em imaginação, onde os brinquedos auxiliam para a execução da prática da exploração sensorial motora e cultural, expressões essas que apresentam a definição da vida de cada criança e sua família e sua comunidade, manifestando por meio da imitação a cultura do folclore, através das roupas,

cantigas, sendo assim o brinquedo contempla a evolução da história através da brincadeira (Kishimoto, 2011).

De acordo com Rau (2012, p 49):

“Bonecas eram feitas de espiga e palha de milho, com um pano enrolado viravam bebê que era acarinhado nos braços carinhosos das crianças e as tábuas velhas da casa recebiam rodas e se transformavam em carrinhos de rolimã”.

As experiências lúdicas do educando inseridas no seu cotidiano fazem parte de seu desenvolvimento integral, no que concerne a necessidade de movimento de criação e recriação de percepção do meio ao explorar objetos e representar papéis, todas essas vivências identificam as áreas sensório-motora afetiva cognitiva e social.

Ao analisarmos o brincar na educação infantil devemos considerar os artigos contidos na Diretrizes Curriculares de educação Infantil, pois são de grande relevância para as práticas pedagógicas. Levando em consideração o artigo 9º, vemos que os eixos que orientam as ações pedagógicas devem ser as interações e as relações que brincadeira manifestam, apontando que não se pode pensar no brincar sem as interações:

Relação com a professora: o brincar participativo com a professora é imprescindível para a compreensão do mundo e para dar maior valor, dificuldade e qualidade às brincadeiras. Especialmente para bebês, são fundamentais as ações lúdicas que envolvam o esconder e achar objetos, falar ou gesticular.

Contato com as crianças: o brincar com outras crianças assegura a produção, conservação e recriação do repertório lúdico infantil. Essa modalidade de cultura é conhecida como cultura infantil ou cultura lúdica.

Contato com os brinquedos e materiais: é essencial para o conhecimento do mundo dos objetos. A variedade de formas, cheiros, texturas, cores, tamanhos, espessuras, e outras especificidades do objeto são significativos para a criança compreender esse mundo. Diálogo entre a criança e ambiente: a disposição do ambiente pode facilitar ou dificultar a realização das brincadeiras e das interações entre as crianças e adultos. O ambiente físico reflete as opiniões que a instituição assume para educar a criança.

Interações (relações) entre a instituição, a família e a criança: a relação entre a instituição e a família oportuniza o conhecimento e a inclusão, no projeto pedagógico, da cultura popular e dos brinquedos e brincadeiras que a criança conhece.

Ao brincar com os brinquedos as crianças devem ter a consciência de usar, limpar, guardar e a reutilizar materiais. Devem aprender a respeitar o meio ambiente, compreendendo a importância de não jogar papéis e brinquedos pelo chão e aprender a

preservar os recursos naturais: usando os materiais sem desperdiçar, reutilizar materiais, como caixas, copinhos de iogurte e garrafas de plástico para construir brinquedos. Ao brincar com coisas que conhece, que aprendeu com a família e amigos do seu grupo étnico/racial, a criança aprende a construir sua identidade e compreende que outras crianças brincam de forma diferente (Kishimoto, 2011).

Vygotsky apud Pimentel (2008, p. 9) afirma que:

“[...]ainda que se possa comparar a relação brinquedo-desenvolvimento à relação instrução-desenvolvimento, o brinquedo proporciona um campo muito mais amplo para as mudanças quanto a necessidades e consciência. A ação na esfera imaginativa, numa situação imaginária, a criação de propósitos voluntários e a formação de planos de vida reais e impulsos volitivos aparecem ao longo do brinquedo, fazendo do mesmo o ponto mais elevado do desenvolvimento pré-escolar. A criança avança essencialmente através da atividade lúdica. Somente neste sentido pode-se considerar o brinquedo como uma atividade condutora que determina a evolução da criança”.

A brincadeira por outro lado, encontra fundamento quando é apontada como uma atividade espontânea da criança sozinha ou em grupo, na qual ela cria uma ligação entre a fantasia e realidade.

A brincadeira por meio da imitação pode resolver conflitos, auxiliando a criança a lidar com complexas dificuldades psicológicas ou até mesmo situações não bem compreendidas, ampliando desse modo suas possibilidades linguísticas, psicomotoras, afetivas, sociais e cognitivas na infância.

Deste modo a brincadeira por meio da reprodução proporciona a representação de diferentes papéis, geralmente do seu dia a dia, atividades estas que contribuem na vivência dos sentimentos e na relação com as pessoas ao seu redor. A imitação é também um recurso que garante a criança a descoberta de novas atividades de maneira real, só que não colocam suas vidas em perigo, como por exemplo brincar de cozinhar, dirigir, consertar moveis e aparelhos eletrônicos, quando brinca a criança brinca imagina, sonha, fantasia, ela atua, contra seus medos, supera seus desafios.

Segundo Kishimoto, existem quatro tipos de brincadeiras educativas caracterizada pela ação lúdica com fins pedagógicos na ação lúdica das crianças: as tradicionais, faz de conta, e as de construção Kishimoto (2008, apud RAU, 2012).

De acordo com Rau (2012, p.51):

“A brincadeira educativa abrange a assimilação das áreas de desenvolvimento e aprendizagem, nas brincadeiras educativas o incentivo ao desenvolvimento psíquico e motor é superior, sem mencionar o estímulo a imaginação, coordenação, equilíbrio e

atenção da criança. É relevante para o futuro educador saber, que mesmo quando estabelece seus objetivos, deve priorizar uma determinada área a ser estimulada, ele deve observar que outras áreas estão relacionadas, nesse sentido ao alcançar os objetivos apresentados, significa que o professor observou a criança em sua totalidade”.

As brincadeiras tradicionais abordadas, são apontadas como elementos que perpetuam a manifestação livre e espontânea da cultura popular e tem por objetivo estimular diferentes formas de relações sociais e o prazer de brincar.

Interessante também é a origem das brincadeiras, onde não se conhece a origem da amarelinha ou do pião, das parlendas, das fórmulas, de seção, seus criadores são anônimos, sabe-se apenas que provém de práticas abandonadas por adultos de fragmentos de romances poesias mitos e rituais religiosos (Kishimoto 2011).

A perspectiva desses tipos de brincadeiras remonta a ideia do brincar por prazer de brincar afetivo, que constitui nas relações de amizade de família, mesmo em grupos em que as crianças tenham culturas e costumes diferentes, neste sentido a brincadeira é elemento importante para a socialização, no qual coloca em questão a diversidade cultural e social, também por trazer símbolos e concepções de maneiras distintas, mas que dialogam entre si e assim tornam-se significativas olhos de quem delas participa.

O segundo tipo de brincadeira encontra seus alicerces na representação de papéis e tem como condição, a presença da situação imaginária, em que os temas expressados pelas crianças nas brincadeiras de faz de conta, são parte integrante de seu mundo social e nele estão incluídos a família, o currículo, tendo em vista os aspectos observados este tipo de brincadeira traz diferentes aspectos do cotidiano de cada indivíduo, que se inter-relacionam ampliando a socialização, onde a criança começa a modificar os significados dos objetos, além de expressar suas fantasias e a assumir papéis existentes no contexto social (Kishimoto, 2011).

De acordo com Kishimoto (2011, p.39):

“A importância dessas modalidades de brincadeira, justifica-se pela aquisição do símbolo é alterando o significado dos objetos de situações e criando novos significados que se desenvolve a função simbólica o elemento que garante a racionalidade ao ser humano ao brincar de faz de conta a criança está aprendendo a criar símbolos”.

Esses aspectos são ampliados nas brincadeiras de construção a terceira modalidade abordada pela autora Kishimoto, sendo importante por enriquecer a experiência sensorial, estimular a criatividade e desenvolver habilidades da criança.

As crianças de educação infantil necessitam de companheiros de brincadeiras, espaços, materiais e objetos para brincar, valorização das pessoas que fazem parte do processo, oportunidade para brincar em vários grupos ou sozinhas, tempo suficiente para exploração dos materiais, para expor o que fizeram, convém, no entanto que utilizem da linguagem oral e escrita ou corporal. Assim é preciso que delimitamos esforços para garantir a criança um espaço, que possibilite a ação lúdica ou seja o ambiente, no qual ela tenha a oportunidade de escolher os jogos, os materiais e o modo de explorar e criar suas brincadeiras.

Grandes espaços internos e externos como salões, salas e corredores vazios são utilizados para as ditas brincadeiras livres que pela ausência de objetos ou cantos estimuladores favorecem correrias e empurrões, alguns exemplares de brinquedos, geralmente doados por sua quantidade e natureza impedem a elaboração de qualquer temática de brincadeira regra que prevalece nas instituições.

Nesse contexto em relação ao conhecimento sobre a ludicidade o educador que optar por utilizar os jogos e as brincadeiras como recurso pedagógico pode partir da reflexão sobre como o lúdico está presente no cotidiano infantil.

Segundo Friedmann (1996, p. 45):

”Trazer o jogo para dentro da escola é uma possibilidade de pensar a educação numa perspectiva criadora, autônoma, consciente. Através do jogo, não somente abre-se uma porta para o mundo social e para a cultura infantil como se encontra uma rica possibilidade de incentivar o seu desenvolvimento”.

Os jogos, os brinquedos e as brincadeiras fazem parte do universo infantil, através deles é possível à criança se desenvolver, conhecer e interagir com o mundo ao seu redor. Desde os primeiros anos de vida somos apresentados a esse mundo de imaginação e interação, o que faz com que criamos e recriamos atitudes e comportamentos vivenciados em nosso dia a dia. As brincadeiras e jogos infantis exercem um papel muito além da simples diversão, possibilitam aprendizagem de diversas habilidades e são meios que contribuem e enriquecem o desenvolvimento intelectual da criança, sendo importante a criança se desenvolver adequadamente em cada ciclo de sua vida, deste modo veremos no próximo capítulo as etapas do desenvolvimento da criança, com foco no ciclo escolar.

AS ETAPAS DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL DA CRIANÇA, COM FOCO NO PERÍODO DA FASE ESCOLAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Piaget determinou quatro amplos períodos na evolução das organizações intelectuais, diretamente associados a evolução da afetividade e da socialização do aluno, nos quais iremos sintetizar a etapa inicial do desenvolvimento e focar no segundo desenvolvimento do estágio da inteligência simbólica ou pré-operatória de idade entre 2 a 7-8 anos pois estão relacionados a idade escolar, foco deste subcapítulo.

As diversas etapas do desenvolvimento surgem dos resultados das contínuas harmonizações de um processo que se desenvolvem no desenvolvimento psicológico, tendo uma durabilidade apropriada para a idealização das competências intelectuais que os representam, sendo que cada etapa é resultante necessariamente da etapa anterior e prepara a integração da seguinte (Dias, 2013).

Conforme o autor Dias (2013, p.10):

A execução dessas possibilidades dependerá do meio no qual o aluno se desenvolve, devido a competência de conhecer é consequência das trocas do organismo com o meio. Da mesma forma, essa capacidade de conhecer depende, também, da organização afetiva, em virtude, cuja a afetividade e a cognição estão sempre presentes integralmente na adaptação humana.

Primeiramente antes de analisar o período do intelecto simbólico ou pré-operatória, iremos conhecer como é o primeiro período etapa de evolução do aluno, para que possamos entender como se dá essa transição, o primeiro período é o sensorio motor entre 0 a 2 anos, nesta etapa, o aluno vê o mundo através da compreensão e das suas manobras, o bebê restringe-se aos exercícios dos reflexos. A sua evolução é acelerada dando sustentação para as suas novas competências motoras como, tendo como modelo: olhar, andar, pegar, apontar, entre outros. Ao transcorrer desse estágio, os reflexos podem ser gradualmente substituídos pelos esquemas e somados aos símbolos lúdicos (Cavicchia, 2011).

É através dessa fase que o aluno começa a distinguir o seu eu e o mundo e isso ocorre também no ponto de vista afetivo, ou seja, o bebê passa das emoções primárias para a escolha efetiva dos objetos, expressando suas prioridades. Ao mesmo tempo o aluno aprende a sistematizar suas atividades em conexão ao ambiente, através disso ela consegue organizar as informações recebidas dos sentidos e, com isso, a aprendizagem vai progredindo com acertos e erros na tentativa de resolver os problemas.

De acordo com Cavicchia (2011, p. 65):

“O período sensório motor é relacionado a evolução mental que é iniciado a partir da capacidade de reflexo do aluno e vai até quando o aluno inicia a sua própria linguagem ou outros meios simbólicos para representar o mundo pela primeira vez”.

A segunda fase da evolução infantil é o Período pré-operatório: 2 a 7 anos, este período é marcado pelo aparecimento da linguagem oral, ou seja, por volta dos dois anos de idade, concede ao aluno além da inteligência a prática construída na fase anterior, dando a probabilidade de ter ação interiorizada, chamada de esquemas representativos ou simbólicos. Diante disso, o aluno constrói uma ideia a respeito de algo em que poderá trocar um objeto por outro, exemplificando a criança poderá pegar um cabo de vassoura e pensar que ele é um cavalo. Portanto, o pensamento pré-operatório indica inteligência seguida de ações (Cavicchia, 2011). No período dos dois aos três anos, o aluno estabelece o entendimento das partes íntimas e da de semelhanças de sexo “masculino e feminino”, onde o aluno inicia um sistema de consciência dos papéis.

Aproximadamente entre 2 e 5 anos, o aluno conquista a linguagem, formando de algum modo, um sistema de imagens. Entretanto, o vocábulo ainda não tem valor para ela, não tem o valor de um conceito; ela recorda uma realidade particular ou seu correspondente imagístico. Tendo que reconstruir o mundo no plano representativo, ela o reconstrói a partir de si mesma.

A partir dessa faixa-etária, ocorre a evolução do ponto de vista simbólico, torna-se possível o estabelecimento de alguns avanços importantes do estágio pré-operacional, desse modo, não será mais necessário a indicação sensorial para que o sujeito possa pensar em elementos. Ela pode lembrar-se de algum objeto que caracterize função simbólica, por meio da imitação, o jogo simbólico da linguagem, ou seja, o símbolo favorece ao aluno pensar e a falar sobre produto e suas qualidades mesmo que não esteja presente como elemento concreto (Cavicchia, 2011).

A partir do momento em que o indivíduo conhece um objeto novo a mesma pode agir de uma ou mais maneiras: construir uma imagem do novo objeto, e acomodando-se a ele através de um conjunto de ações sensório motor (predomínio da acomodação sobre a assimilação) (Dias, 2013).

O aprendiz aos 4 anos de idade é magnificamente curioso, habitua-se a indagar tudo. Este é o estágio dos porquês, e é nessa etapa que o aluno comece a compor mais perfeitamente o seu dialeto, estabelece preferências nas escolhas do seu modo de vestir-se e no amarrar dos cabelos, a todo momento está preparada para brincar e proceder pequenas missões (Erikson, 1998).

O aluno na fase dos 5 aos 6 anos já está apto de se andar com firmeza para todos os lados, o que indica um real aumento de suas habilidades motoras. A aplicação do seu vocabulário já é forte, o aprendiz sente honrado de suas ações, em certas ocasiões, constrangimento por suas falhas. Sua mente está em plena evolução. Neste instante o, já contém aptidões sociáveis para exercer exercícios físicos e competições bem como estar pronto para ir para primeira fase escolar (Erikson, 1998).

Segundo a hipótese da psicanalítica, a fase inicial do aprimoramento é considerada pela importância da oralidade. Por volta dos 2 anos, o aprendiz já tem o domínio do seu corpo (esfíncteres), coincidindo com uma ampla vontade de explorar o universo e procura de independência, o que indica a período da fase anal (Piaget, 1973).

Entre os 5 e 7 anos, período geralmente chamado de "intuitivo", ocorre uma evolução que leva o aprendiz, pouco a pouco, à maior generalidade. Seu pensamento agora repousa sobre configurações representativas de conjunto mais amplas, mas ainda está dominado por elas.

A intuição é uma espécie de ação realizada em pensamento e vista mentalmente: transvasar, encaixar, seriar, deslocar etc. ainda são esquemas de ação aos quais a representação assimila o real.

O aprendiz trata as imagens como verdadeiros substitutos do objeto, e pensa efetuando relações entre imagens. O mesmo é capacitado e em vez de agir em atos sobre os objetos, age mentalmente sobre seu substituto ou imagem, que ela nomeia. Proveniente da interiorização da imitação, a representação simbólica possui o caráter estático da imitação, motivo pelo qual versa, essencialmente, sobre as configurações, por oposição às transformações.

Os psicanalistas demonstram que no ciclo escolar o aprendiz encontra-se na fase fálico do crescimento psicosssexual. Entre 3 e 5 anos, o seu desejo (libido) está apontada para à região íntima. Inesperadamente, verificam-se atitudes naturais, sobre às incertezas e exploração em referência ao seu respectivo corpo, como tocar as partes íntimas do corpo (masturbação) (Erikson, 1998).

Grande preocupação no ciclo escolar está no processo de evolução do senso de determinação. Nessa etapa, acreditasse que o aprendiz é beneficiado de um entusiasmo ilimitado, que é expressa essencialmente pelo brincar e de atividades motoras (correr, pular, subir, descer etc.).

O aprendiz irá percebendo também como age o mundo e como ele está insere nele. A segurança na sua própria competência de determinação, para Erikson, muito está relacionada à imaginação e a execução desempenho de atividades na vida adulta.

Percebemos que neste período de intensa atividade imaginária, o universo da imaginação parece destacar-se em correspondência com a realidade.

As emoções do aprendiz atuam como uma via importante para o convívio com os adultos, tal como o toque corporal, a modificação no tom de voz e nas expressões faciais, assim dando sentido ao processo de aprendizagem. O aprendiz representa os adultos e assim vai gerando suas próprias reações como: balançando o corpo e batendo palmas etc.

O ciclo do processo de evolução atingido no convívio de 3 e o 5 série da sua existência é designado idade pré-escolar. Nessa etapa, o aprendiz obtém relevantes competências, sobretudo em correlação entre o vocabulário e à convivência, o que auxilia para tornar-se mais autônomo e com competência de reconhecer sua individualidade de maneira exclusiva e específica (Erikson, 1998).

De acordo com Hall (2000, P.60):

“No início do período, o aprendiz já é apto a compreender e manifestar sentimentos mais complexos, como amor, tristeza, ciúmes e inveja, tanto no campo verbal como não verbal. Além disso, apresenta preocupação em ter a aceitação das pessoas que lhe são queridas: seus pais e cuidadores. Na fase final, o aprendiz mostra-se capaz para enfrentar desafios cada vez mais complexos no que se refere ao convívio social, já que domina tarefas primárias de socialização, como controlar os esfíncteres, vestir-se e alimentar-se sozinha, além de suas emoções estarem mais estáveis”.

Relativamente a evolução cognitiva, Jean Piaget antecipou que, nesse ciclo, o aprendiz encontra-se no estágio pré-operatório, ou seja: torna-se mais refinada no uso da reflexão simbólica e da linguagem, mas, apesar disso, ainda não é plenamente capaz de pensar logicamente e de entender operações como, por exemplo, a reversibilidade. Neste estágio, principalmente no início do período, é marcante o egocentrismo do seu pensamento. Um exemplo disso está na tendência a pensar que cada um de seus pensamentos é comum a todas as outras pessoas, e que podem sempre ser assimilados (Erikson, 1998).

Como pode ser visto, o ciclo escolar descreve-se por uma intensa evolução das competências intelectuais, motoras e sociais. A competência crescente de agir sobre o mundo traz consequências psicológicas para o aprendiz: ao passo que aperfeiçoa seu teste de realidade, vê nas competências verbais modo de resolver problemas e auxiliar os outros, o que resultará num progresso considerável a sua autonomia e independência.

Considerando que os jogos, brinquedos e brincadeiras são componentes importantes no universo infantil, visto que auxiliam à criança a se desenvolver, conhecer e interagir com o mundo ao seu redor, além de possibilitar a aprendizagem de diversas habilidades, com base nos estudos foi possível averiguar que estes elementos contribuem

e enriquecem o desenvolvimento intelectual da criança, desta maneira para que este desenvolvimento destas competências ocorra, é necessário que exista um mediador deste processo, logo o professor se faz indispensável, sendo assim, no próximo capítulo veremos como se dá esta relação do professor com o aluno no processo de aprendizagem envolvendo a ludicidade dos jogos, brinquedos e as brincadeiras.

PERPECTIVA DO LÚDICO ATRAVÉS DA MEDIAÇÃO DO PROFESSOR

Quando expressamos o trabalho pedagógico devemos pensar nas pessoas que protagonizam essa ação, que são os professores e os alunos. O professor como mediador desse trabalho deve ter em mente que seu modo de agir e realizar a ação educativa poderá influenciar e também receber influências positivas ou negativas no cotidiano da sala de aula.

O conceito de educar para ser um cidadão crítico e consciente, é peculiar em sociedades democráticas, e pressupõe que o mesmo seja agente de transformação na realidade em que atue. Para que isso ocorra, é preciso que esse esteja apoiado no desenvolvimento dos quatro pilares básicos para a educação que segundo Perrenoud (1999) são os seguintes:

“Aprender a conhecer (construir o conhecimento), aprender a conviver (relacionar-se com o outro), aprender a fazer (aplicar o conhecimento na vida cotidiana) e aprender a ser (conhecer-se). No entanto, é importante salientar que esses pilares estão pautados nos princípios filosóficos que regem o Neoliberalismo, portanto, distante dos pressupostos democráticos”.

As relações que permeiam o bom andamento do processo de ensinar e aprender, no contexto escolar, vão além do simplesmente “transmitir” o conteúdo e do “adquirir” de forma passiva, tais conhecimentos. É difícil separar a imagem de um bom professor como pessoa e como profissional. Para os alunos, as duas coisas se entrelaçam. Com isso, estamos dizendo que dificilmente um aluno apontaria um professor como bom, ou o melhor de um curso, sem que este tenha condições básicas de conhecimento de sua matéria de ensino (Cunha,1989, p.48).

Assim foram-se criando espaços nos currículos de formação docente para que o lúdico fosse abordado como prática educativa escolar, por ser uma alternativa da qual o educador pode conhecer a realidade do seu grupo de crianças, seus interesses e necessidades, comportamentos, conflitos e dificuldades e que paralelamente constitua um

meio de estimular os desenvolvimentos cognitivo sociais, linguísticos e culturais, propiciando aprendizagem específicas.

Um dos aspectos que explicam a utilização da ludicidade na educação básica seria justamente a possibilidade de utilização de recursos pedagógicos, que vem ao encontro dos diferentes estilos de aprendizagem encontrados em sala de aula, o que atualmente é um grande desafio para o professor da educação Infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental.

A abordagem feita sobre a ludicidade na educação até o presente momento aponta essa ferramenta como recurso pedagógico que pode ocupar um espaço na educação básica atendendo as necessidades e interesses do educando e do educador no processo de ensino-aprendizagem.

Os profissionais visam metodologias criativas para desenvolver seu trabalho na educação infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, visto que as crianças aprendem mais quando brincam, pois, a ludicidade envolve as habilidades e competências que auxiliam na memória, atenção e concentração, além do prazer da criança em participar de atividades pedagógicas de maneira diferente e divertida.

De acordo com Lembo (1975, p. 96):

“[...] uma das atitudes de um bom professor consiste em pesquisar contínua e ativamente a conveniência e a aplicabilidade de seus processos. Dá a cada decisão o sentido da hipótese de que o ambiente, os objetivos, a matéria, os processos e os métodos de avaliação que está proporcionando levam cada aluno a aprendizagem e ao desenvolvimento”.

Os professores podem ponderar também que nas condições escolares, muitos conteúdos podem ser trabalhados por meio da confecção e da aplicação de jogos, com objetivos de aprender a lidar com ansiedade, refletir sobre limites, estimular a autonomia, desenvolver e aprimorar as funções neuro-sensório- motoras, desenvolver a atenção e a concentração, ampliar a elaboração de estratégias, estimular o raciocínio lógico e a criatividade, sendo assim os professores podem utilizar destas estratégias que podem ajudar e ser útil para definir qual o jogo mais adequado para ação educativa que o professor se propõe.

Em sala de aula, tanto professor, quanto o aluno deve estar aberto à interação, pois em todo relacionamento, a empatia é uma questão necessária e eficaz para que haja uma aproximação entre ambos. Assim, a relação professor/aluno pode apresentar diversos estilos, que proporcionam diversos tipos de interação. Vamos tentar analisar as

duas principais relações usadas entre professores e alunos na sala de aula: relação de comunicação mais pessoal e relação de orientação própria ao estudo.

Tais abordagens apontam as relações sociais que os educandos expressam na escola, os professores se sentem desafiados a encontrar caminhos que identifiquem as necessidades desses sujeitos sociais em relação a metodologias de ensino.

Segundo Rau (2012, p 66):

“Esse processo de transformação também foi percebido de forma significativa nas leis que comandam a educação básica a uma década, com base na constituição federal de 1988 da lei de diretrizes e bases da Educação Nacional e do Estatuto da Criança do Adolescente diversas mudanças ocorreram na educação infantil e nas escolas do ensino fundamental do Brasil entre os avanços obtidos com a mudança na legislação destaca-se a necessidade de formação dos educadores que atuam com crianças de 0 a 6 anos e também nos anos iniciais do Ensino Fundamental tal exigência no campo da formação submete a educação infantil outro olhar uma nova perspectiva que traz a articulação entre o educar e o cuidar”.

A estratégia da LDBEN (Lei De Diretrizes e Bases Da Educação Nacional) engloba resoluções como, a de incumbir a creche e a pré-escola o mesmo objetivo de desenvolvimento integral do ser humano, entretanto existem diferenças entre os cuidados com a criança de 3 meses, e os cuidados, com outra de 4 anos, a educação de um bebê e da criança pequena tem proporções de conteúdos e formas de relacionamento, daquelas trabalhadas com as crianças de 3 a 5 anos. Nessa perspectiva o brincar contempla diferentes e importantes aspectos que contribuem para a educação da criança em uma perspectiva global.

As palavras de Fernádes (2001, apud RAU, 2012, p.69) apontam relação entre a aprendizagem e o brincar de maneira cativante:

“Aprender é apropriar-se da linguagem é historiar se recordar o passado para despertar seu futuro é deixar-se surpreender pelo já conhecido aprender a reconhecer se admitir se crer e criar arriscar-se a fazer dos sonhos textos visíveis e possíveis só será possível que as professoras e professores possam gerar espaço de brincar aprender para seus alunos quando eles simultaneamente construírem para si mesmo”.

Assim no sentido de orientar a prática pedagógica do brincar na educação infantil, os referenciais curriculares nacionais para a educação infantil apontam que trabalhar com o jogo e levar a criança a possibilidade de expressar-se e descobrir o mundo, estabelecendo relações com ele a fim de obter segurança, sendo o jogo um instrumento

pedagógico que pode ser abordado em diferentes áreas do conhecimento sugerimos aqui e além das práticas motoras.

Estudos comprovam que o importante é fazer com que o educando interaja com diferentes culturas vivencie experiências motoras fundamentais e as identifique historicamente dentro do seu contexto social.

Para Vygotsky (1984, apud RAU, 2012, p.58)

“A criança pequena com idade inferior a 3 anos envolve-se em situações em que prevalece a exploração do objeto mordendo desmontando os batendo uns contra os outros e não em situações imaginárias porque nem sempre a sua ação corresponde ao significado do brinquedo já que por vezes ele é perde sua força determinadora já as crianças de 4 a 6 anos representam diferentes situações independentemente do que o objeto verdadeiramente possibilita um toco de madeira pode ter um carrinho tecido enrolado pode ser um bebê e a criança faz de conta que o faz dormir”.

Assim a ludicidade possibilita a reflexão quando se pensa num sujeito autônomo e reflexivo no que se diz respeito às relações sociais em que estiverem inseridos e na sua função educativa capaz de estabelecer relações significativas com o meio utilizando a cognição e a criatividade na solução de problemas e tornando-se o quê Friedmann descreve como um adulto saudável.

Segundo Vygotsky (1984, p.118):

“A criança começa como uma situação imaginaria que é uma reprodução da situação real sendo a brincadeira muito mais a lembrança de alguma coisa que realmente aconteceu do que uma situação imaginaria nova medida que a brincadeira se desenvolve observamos o movimento em direção a realização consciente de seu propósito finalmente surgem as regras que irão possibilitar a divisão do trabalho e o jogo na idade escolar”.

Provavelmente ao retomar essas lembranças você irá perceber o quanto foi prazerosa a sensação que lhe possibilitou tal momento a ludicidade tem como característica lidar com as emoções e por isso traz à tona sentimentos de alegria companheirismo e cooperação mas também evoca sentimentos de medo ansiedade e frustração por isso a ludicidade é uma possibilidade pedagógica que é fortalecida pelos diferentes tipos de linguagem como a música A arte o desenho A dramatização a dança entre outros torna significativo os conceitos a serem trabalhados.

A ludicidade na educação requer uma atitude pedagógica por parte do professor o que gera a necessidade do envolvimento com a literatura da área da definição de objetivos organização de espaços da seleção e da escolha de brinquedos adequados e olhar constante nos interesses e das necessidades dos educandos.

Nessa perspectiva é importante que o educador tenha clara essa diferenciação pois muitas vezes o jogo é utilizado como o objetivo de ensinar sem que o professor tenha claro que realmente pretende estimular em relação ao processo ensino e aprendizagem.

Desta maneira, o aprender se torna mais interessante quando o aluno se sente competente pelas atitudes e métodos de motivação em sala de aula. O prazer pelo aprender não é uma atividade que surge espontaneamente nos alunos, pois, não é uma tarefa que cumprem com satisfação, sendo em alguns casos encarada como obrigação. Para que isto possa ser melhor cultivado, o professor deve despertar a curiosidade dos alunos, acompanhando suas ações no desenvolver das atividades.

Para Campagne (1989 apud (KISHIMOTO, 2011, p.113):

“A atuação do professor incide sobre a valorização das características e das possibilidades dos brinquedos e sobre possíveis estratégias de exploração o docente nesse sentido pode oferecer informações sobre diferentes formas de utilização dos brinquedos ampliando a referência infantil é importante que os brinquedos oferecidos às crianças reconheçam e valorizem os aspectos culturais da própria região explorando suas origens seus materiais sua estética e sua história”.

É necessário entender que a utilização do lúdico como recurso pedagógico na sala de aula pode constituir-se em um caminho possível que vá ao encontro da formação integral das crianças e do atendimento às suas necessidades ao pensar em atividades significativas que respondam às necessidades das crianças de forma integrada articula-se a realidade sociocultural do educando ao processo de construção de conhecimento valorizando-se o acesso aos conhecimentos do mundo físico e social.

É nesse ponto de vista que o lúdico é importante ferramenta pedagógica para caracterizações das ações educacionais, apropriadas a serem estudadas em curso de formação de professores com propósito da utilização de jogos e brincadeiras em diferentes situações educacionais e ao meio para estimular as aprendizagens específicas dos alunos.

O USO DA ARTE NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM

A arte é a modo como o ser humano, de todas as idades e em todas as épocas da História, exteriorizam seus sentimentos, seus pensamentos, suas emoções, sua visão de mundo. É o modo pelo qual as pessoas manifestam suas experiências e o seu ponto de vista da realidade que vivenciam ou que almejam. Além dos seus medos, conflitos, desejos, dúvidas, vontades, sonhos, enfim, tudo que ela vive e sente.

“A educação em arte propicia o desenvolvimento do pensamento artístico, que caracteriza um modo particular de dar sentido às experiências das pessoas: por meio dele, o aluno amplia a sensibilidade, a percepção, a reflexão e a imaginação” (BRASIL, 1997).

Com a Lei n. 9.394\96 a disciplina de artes passa ser apontada como obrigatória na educação básica conforme o artigo 26, § 2.º: “o ensino da arte compreenderá o componente curricular obrigatório, nos diferentes níveis da educação básica, de maneira a propiciar o progresso cultural dos alunos”

É incontestável a relevância que a arte concebe no desenvolvimento do aluno com vistas constituição do cidadão como um ser integral, consciente e participativo. O papel da arte nesse processo se estabelece num mecanismo de demonstração daquilo que a criança pensa e sente, exprimindo tanto seu mundo interno quanto externo. Quando ela canta, dança, desenha e se apresenta de forma criativa ela começa a desenvolver o seu próprio universo afetivo e cognitivo, expondo toda a carga de estímulos do contexto em que ela está inserida.

A criatividade é uma capacidade dos seres humanos, mas ela deve ser estimulada e a arte ajuda no sistema de desenvolvimento de todo esse processo. Podemos ir até mais além e dizer que ela é o trampolim para que essa habilidade se desperte. Isso porque independentemente da sua natureza, as iniciativas artísticas tem tudo a ver com a imaginação, com a capacidade de pensar fora da caixa e criar alternativas para a solução de um problema. Por que isso acontece? Porque a arte ajuda a pensar e a se desenvolver. Já reparou que cada rabisco de uma criança tem uma história e um contexto? E que elas utilizam os instrumentos que estiverem à disposição, como lápis, caneta, o próprio corpo, para transmitir essa história e produzir o contexto desejado? Isso se chama ser criativo. Utilizar os recursos que ela tem à disposição no momento para então criar algo novo (PORTAL EDUCAMUNDO, 2017).

O papel do docente é valoroso no ensino, pois é ele que possibilita condições para os estudos e disseminar o conhecimento ao aluno. A criança está constantemente compreendendo aquilo que está em seu redor, pertencendo ao professor de arte a forma pela qual irá lidar com os acontecimentos na sala de aula, acrescentando sua metodologia de trabalho. A incumbência do professor de artes é ajudar no progresso e desenvolvimento a partir dessas percepções.

Para construir este trabalho em um ambiente de respeito, liberdade e afeto, para que o aluno experimente se expressar da forma que melhor achar e expor sentimentos, valores, emoções por meio de sua prática em obras como: desenhos, esculturas, dança, música e pintura. Colaborando assim para o senso criativo e crítico do aluno, originando-

se da realidade do próprio aluno e da sociedade e cultura ao qual está inserido, o educador pode compreender vários elementos como emocional, inclusive situações familiares, respeitando sua capacidade e individualidade.

Conforme Vygotsky (1991, p. 64-65):

“Resumindo, o aspecto mais essencial de nossa hipótese é a noção de que os processos de desenvolvimento não coincidem com os processos de aprendizado. Ou melhor, o processo de desenvolvimento progride de forma mais lenta e atrás do processo de aprendizado; desta sequenciação resultam, então, as zonas de desenvolvimento proximal. Nossa análise modifica a visão tradicional, segundo a qual, no momento em que uma criança assimila o significado de uma palavra, ou domina uma operação tal como a adição ou a linguagem escrita, seus processos de desenvolvimento estão basicamente completos. Na verdade, naquele momento eles apenas começaram. A maior consequência de se analisar o processo educacional desta maneira, é mostrar que, por exemplo, o domínio inicial das quatro operações aritméticas fornece a base para o desenvolvimento subsequente de vários processos internos altamente complexos no pensamento das crianças”.

Quando o professor reconhece as nuances de comportamento da criança pelo modo como ela faz seus desenhos, suas pinturas, suas participações lúdicas, ele pode contribuir bastante para o desenvolvimento cognitivo e para fortalecer aspectos emocionais da criança. A relevância da arte na educação é de muita importância e este artigo se propõe a oferecer uma pequena reflexão sobre este tema.

Na Educação, a arte além de ser uma ferramenta para o desenvolvimento da criança é ainda um meio de o educador conhecer e compreender melhor o seu aluno e ajudá-lo no seu percurso. Por meio da arte o professor poderá perceber as mudanças que ocorrem no íntimo dos seus alunos: seus sucessos, suas vitórias, seus problemas, suas dificuldades, a maneira como está reagindo a determinadas situações, suas alegrias e suas tristezas (PROSSER, 2012 p. 31).

Através do brincar, mais do que aprenderem sobre os artistas e suas obras, o propósito é que se entre em contato com o processo criativo dos artistas por meio de instalações imersivas e exposições interativas, jogos, oficinas criativas, transformando o contato com a arte um aprendizado prazeroso, instigante e até mesmo memorável. Onde o Brincar, o brinquedo, o jogo e a Arte estão sempre juntos e misturados.

“É importante enfatizar que o modo próprio da criança se comunicar ao criar e ao brincar não se refere a um pensamento ilógico, mas a um discurso organizado com lógica e características próprias, o qual permite que a criança transponha espaços e tempos e transite entre os planos da imaginação e da fantasia

explorando suas contradições e possibilidades. Assim, o plano informal das brincadeiras e atividades criativas possibilita a construção e a ampliação de competências e conhecimentos na esfera da cognição e das interações sociais, o que certamente tem consequências no seu desenvolvimento e no seu autoconhecimento” (BORBA, 2006 p.38).

Entendendo a importância do ensino de arte na educação infantil incumbe-se de obter metodologias adequadas às necessidades dos alunos, levando em consideração sua idade, capacidade de compreensão e objetivos definidos no projeto pedagógico.

A arte pode ser uma indispensável ferramenta pedagógica não apenas nos espaços formais de ensino e aprendizado, ou seja, nas escolas, mas também fora dela. Como observamos, as artes elevam a sensibilidade, a percepção e a linguagem dos estudantes, além de aprimorar neles o senso crítico e a capacidade de determinar associações. Assim, a arte na educação escolar aprova que a criança e o adolescente evoluam não apenas cognitivamente, mas também socialmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos que este trabalho é relevante para o contexto escolar pois pode fornecer orientações de como o brincar pode auxiliar no processo de aprendizagem e na utilização desta ferramenta de maneira correta. Finalmente, este trabalho é importante pois irá enriquecer o trabalho pedagógico na educação infantil.

Foi verificado que o brincar envolvendo os jogos, brinquedos e brincadeiras é uma ferramenta relevante para o processo de aprendizagem, visto que auxilia nas relações do professor com o aluno, além de promover o desenvolvimento social, corporal e psíquico. Foi possível averiguar as fases do desenvolvimento da criança em idade escolar, mostrando uma intensa evolução das competências intelectuais, motoras e sociais.

O primeiro objetivo proposto neste trabalho foi o de identificar de que forma a ludicidade esteve presente na antiguidade até os dias atuais, desvendando de que maneira o lúdico foi importante para a evolução da sociedade, descobrindo como as leis e diretrizes foram influentes para a educação atual.

O segundo objetivo buscou mostrar a definição dos jogos, brinquedos e brincadeiras e suas diferenças apresentando de forma abrangente como estes recursos são importantes para a aprendizagem das crianças em idade escolar, ainda no segundo capítulo foi demonstrado como se dá as fases do desenvolvimento infantil e como são as suas etapas.

No terceiro capítulo foi explicitado como se dá a relação do professor/aluno na educação infantil nos dias atuais, e como o educador se relaciona com o educando, descrevendo como é o método de suas aulas e como o jogo, o brincar, pode auxiliar nesta relação.

Os resultados demonstraram que através desta pesquisa pode-se verificar a influência do brincar e do aprender na educação infantil, desde a antiguidade até os dias atuais, onde o brincar é imprescindível na vida da criança e a brincadeira é um meio que a criança utiliza para desenvolver, aprender a se conviver com as outras crianças e com o mundo em que está inserido. Vale salientar que as escolas de educação infantil devem perceber a criança como um todo, bem como todos os seus aspectos afetivos, emocionais, sociais e culturais, oferecendo à criança um ambiente de qualidade e favorecedor para o desenvolvimento da criança, além de estimular as interações sociais e que seja um ambiente enriquecedor da imaginação infantil, pois é por meio da intermediação do educador que o brincar torna momentos de brincadeiras em aprendizagens significativas.

Considerando esses aspectos, com base nas pesquisas sobre a relevância da arte no processo da aprendizagem utilizando os jogos, brinquedos e brincadeira na educação infantil, pode-se obter um resultado satisfatório dos objetivos propostos, na busca por uma identidade infantil de qualidade, somado ao desafio do estudo, pois além de proporcionar um grande aprendizado sobre o assunto abordado, foi uma superação pessoal enquanto futura professora.

REFERÊNCIAS

BORBA, Ângela M. **O brincar como um modo de ser e estar no mundo**. In: BRASIL, MEC/SEB: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Brasília – 2006.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2018.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Arte. Volume 6 - Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. Estatuto da criança e do adolescente: lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, e legislação correlata [recurso eletrônico]. – 9. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010. 207 p. – (Série legislação; n. 83). Disponível em: <http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/camara/estatuto_crianca_adolescente_9ed.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2023.

____. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em:<<http://www.planalto.gov.br/civil03/constituicao/constituicao.htm>>. Acesso em: 11 dez. 2023.

____. Lei de Diretrizes e Bases. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/19394.htm>. Acesso em: 11 dez. 2023.

BROUGÈRE, G. **Brinquedo e cultura**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2001. CAVICCHIA, D.C. **O Desenvolvimento da Criança nos Primeiros Anos de Vida**. In: Universidade Estadual Paulista [UNESP]; Universidade Virtual Do Estado De São Paulo [Univesp] (Org.). Caderno de formação: formação de professores: educação infantil: princípios e fundamentos. São Paulo: Cultura Acadêmica: Universidade Estadual Paulista, Pró-Reitoria de Graduação, 2010.v.1. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/224/1/01d11t01.pdf> . Acesso em: 27 nov. 2023.

CUNHA, M. I. da. **O bom professor e sua prática**. Campinas: Papirus, 1989. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71671994000100015>. Acesso em: 29 nov. 2023.

DIAS, I. S.; CORREIA, S.; MARCELINO, P. **Desenvolvimento na primeira infância: características valorizadas pelos futuros educadores de infância**. Revista Eletrônica de Educação. v. 7, n. 3, p.9-24. ISSN 1982-7199. 2013. Disponível em:<<http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/483>>. Acesso em: 05 dez. 2023.

ERIKSON, E. H. e ERIKSON, J. **O ciclo da vida completo**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

FRIEDMANN, A. **Brincar: crescer e aprender, O resgate do jogo infantil**, Ed. Moderna, São Paulo, 1996.

HALL, C. et. Alli. **Teorias da Personalidade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

KISHIMOTO, T. M. **Jogos, Brinquedos e a Educação** (Org). 14. Ed- São Paulo: Cortez, 2011.

LEMBO, John M. **Por que falham os professores**. São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1975.

LEONTIEV, A. N. VIGOTSKY, L. S.; LURIA, A. R. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. 10ª ed. São Paulo: Ícone, 2006. Disponível em:<<http://www.unifalmg.edu.br/humanizacao/wpcontent/uploads/sites/14/2017/04/VIGOTSKI-Lev-Semeno-vitch-Linguagem-Desenvolvimento-e-Aprendizagem.pdf>>. Acesso em: 27 nov. 2023.

MEIRA, A. M. B. **Os brinquedos e a infância contemporânea**. Psicol. Soc. Porto Alegre, v.15, n.2, 2003. Disponível:<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822003000200006&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 29 nov. 2018.

NAVARRO, M. S. **O brincar na educação infantil**. Educere, p. 2124-2137, out.2009. Disponível em:< http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/2693_1263.pdf>. Acesso: 07 dez. 2023.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. Vygotsky: **Aprendizagem e Desenvolvimento um Processo Sócio-histórico**. São Paulo: Scipione, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000241&pid=S01024698200900020001100018&lng=en. Acesso em: 06 dez. 2023.

PORTAL EDUCAMUNDO – Artigo: **Artes na Educação. Conheça os motivos de se Aprender arte na escola**. Disponível em: www.educamundo.com.br/artenaescola. Acesso em 10 dez. 2023.

PERRENOUD, P. **Construir as competências desde a escola**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999. Disponível em: <http://abenfisio.com.br/wpcontent/uploads/2016/06/construir-as-competec%C3%AAs-desde-a-escola.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2023.

PIAGET, J. **A formação do símbolo na criança**. 3ªed. Rio de Janeiro: ed. Zahar, 1973.

PIMENTEL, A. **A ludicidade na educação infantil: uma abordagem histórico-cultural. Psicologia da educação**. versão On-line ISSN 2175-3520, n. 26, p. 109- 133, São Paulo jun. 2008. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141469752008000100007>. Acesso em: 25 nov. 2023.

PROSSER, Elisabeth S. **Ensino de Artes** – 1ª Edição – IESDE – Curitiba-PR, 2012.

RAU, M. C. T. D. **A Ludicidade na Educação: uma atitude pedagógica**. Curitiba: Ibpex, 2012.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.



O INTÉRPRETE DE LIBRAS NA SALA DE AULA

Luciana de Moraes

Formada em Pedagogia, com Pós-graduação em Alfabetização e Letramento; Ludopedagogia; Pedagogia Sistêmica; Gestão e Mediação de Conflitos;

RESUMO

O intuito principal deste estudo foi o de refletir e destacar a importância da presença e atuação do intérprete de LIBRAS na sala de aula para a inclusão do aluno com deficiência auditiva como fator preponderante para a socialização do aluno surdo. Importante destacar que o processo de inclusão das crianças portadoras de necessidades educacionais especiais é um desejo da sociedade e, mais do que isso, uma necessidade para a qual está sendo lançado um olhar especial por todos os seus segmentos. Estas crianças precisam ser incluídas e é necessário que elas se sintam, de fato, incluídas. Os alunos surdos enfrentam uma enorme limitação quanto às suas possibilidades de comunicação, desde os primeiros momentos de suas vidas, na própria família, por isso necessitam muito de uma consideração mais aprofundada, apesar da extensão desta temática, pretendemos desenvolver alguns pensamentos que nos auxiliem em nossa jornada de integrá-los à rede escolar de forma efetiva, solidária e que lhes possibilite desenvolver uma cidadania digna e feliz. As crianças que nascem surdas, provocam uma desestabilização nos pais, que acabam sendo fortemente influenciados pelas informações médicas que recebem no diagnóstico da perda da audição. Estes pais começam a administrar um leque de ideias e informações em busca de soluções para esta deficiência e tendem a acreditar que essa “doença” será curada, ou ao menos atenuada. Os pais esperam obter recursos comunicativos mais eficazes chegando a realizar implantes. A resistência da família se torna intensa, levando essa criança a ser inserida muito mais tarde na sociedade. Pesquisadores que estudam a surdez entendem que os indivíduos surdos devam ter acesso a instituições que lhes possibilitem, juntamente com outros surdos aprimorar o contato com sua língua materna, nesse caso, a Língua Brasileira de Sinais (Libras), que eles se conheçam e se desenvolvam a si mesmos. Estas comunidades que os acolhem precisam passar informações na mesma língua, promovendo hábitos, costumes, modos e valores culturais pautados pela percepção

visual, mantendo uma comunicação eficiente afim de que eles sejam inseridos no meio em que vivem.

Palavras-chave: Educação Infantil; Surdez; LIBRAS; Intérprete; Inclusão.

INTRODUÇÃO

O propósito da inclusão dos alunos surdos em classe comum do ensino regular é oferecer a essas crianças as condições sociais que propiciem a elas vincularem-se aos ouvintes. Neste sentido, estar incluído significa fazer parte do mesmo contexto, compartilhar o mundo do outro de forma a adentrar nele. Apenas matricular uma criança surda em classe de ouvintes não o tornará incluído, há um caminho longo a se percorrer. Para ser efetiva, essa inclusão necessita de acompanhamento adequado, professores capacitados e relação afetuosa. É importante que o professor possua conhecimento de métodos e técnicas apropriados para a realização de um trabalho sistemático e contínuo de acompanhamento para o desenvolvimento do aluno surdo.

A Educação é fundamental para o desenvolvimento da sociedade, e a Escola, como agente primordial desse processo, precisa deve utilizar seu tempo e espaço da forma mais adequada possível a fim de favorecer e facilitar o aprendizado de todos os seus alunos. Ela deve privilegiar o lugar proeminente do aluno na escolarização propiciando atividades e experiências significativas, mas sem desconsiderar a subjetividade dos alunos. A escola deve considerar sempre os elementos voltados à diversidade ensinando o respeito às opiniões diferentes. Empreender esforços que objetivem a liberdade de expressão e do livre pensar são elementos essenciais na constituição da personalidade do aluno, na sua autonomia de aprendizagem, no respeito ao próximo e na qualidade de vida em sociedade.

Não se discute o fato que a Educação precisa deve ser concedida a todos, sem exceção, e, a partir dos anos 90, o discurso da inclusão escolar tem se fortalecido ano a ano. Entretanto, sair do discurso e vir para a prática, tem sido um desafio gigantesco. A Declaração de Salamanca é considerada um marco para a Educação Especial (UNESCO, 1994). Os seus princípios foram incorporados, em parte, na aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei 9.394/96) que dedicou um capítulo à Educação Especial, propondo, pela primeira vez, a existência de apoio especializado na escola regular.

A Educação Especial “é uma modalidade de ensino transversal a todas as etapas e outras modalidades, como parte integrante da educação regular, devendo ser prevista no projeto político pedagógico da unidade escolar” (LDB nº 9.394/1996). Este documento também estabelece aspectos importantes:

“O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular. Assim, os alunos com necessidades educacionais especiais (física, mental, sensorial, transtornos globais do desenvolvimento e hiperativos) são acolhidos nas escolas regulares” (BRASIL, 2001, p. 42).

Acolher alunos com algum tipo de necessidade especial nas salas de aula regulares é algo absurdamente desafiador, principalmente quando consideramos que as próprias escolas não foram projetadas para este contexto de atuação educativa. Os professores e educadores, em geral, acreditam que não receberam formação suficiente e muitos alegam que dificilmente conseguirão cumprir esta missão, ou seja, poder trabalhar com qualidade e eficiência. Outros alegam ainda que o aluno com necessidades especiais se sairia muito melhor em uma escola especializada, todavia, não podemos negar os benefícios que a experiência destes alunos na escola regular são enormes, não somente para eles mas para todos os envolvidos, equipe escolar, colaboradores, famílias e alunos.

CONCEITOS BÁSICOS DE SURDEZ

Um relatório recente da Organização Mundial da Saúde estimou, no ano 2000, a existência de mais de 120 milhões de pessoas com perda auditiva no mundo, sendo que, de cada mil crianças, seis apresentam esta dificuldade ao nascer e uma em cada mil fica surda antes da idade adulta. No Brasil existem 5,7 milhões de pessoas com surdez, o censo do IBGE do ano 2000 aponta que:

“Surdez significa audição socialmente incapacitante. O surdo é incapaz de desenvolver a linguagem oral, evidentemente porque não ouve. Os limiares auditivos desses pacientes são de tal forma elevados que não conseguem escutar o som de modo adequado. Escutam ruídos, mas não são sons. As perdas de audição são maiores que 93db nas frequências de 500, 1000 e 2000 Hz” (DAVIS E SILVERMAN, 1970 p. 29).

Alguns cientistas e estudiosos do tema explicam a dinâmica da audição de uma forma sequencial que é de fácil compreensão:

“Os sons entram no organismo pela orelha. Passam pelo conduto auditivo, um canal que amortece as ondas sonoras e as conduzem até o tímpano. O som causa uma pressão no tímpano, que vibra e atinge três pequeninos ossos: martelo, bigorna e estribo. Esses ossos estimulam a Cóclea, um órgão cheio de líquido que recebe o som através de ondas. Na cóclea os sons serão decifrados e transmitidos para o cérebro pelo nervo auditivo” (MAINIERI, 2011 p. 14)

Segundo estes mesmos estudiosos, as causas mais comuns da surdez são: A Surdez Congênita: adquirida na fase gestacional e provocada por fatores hereditários, fatores genéticos durante a gestação, uso de drogas pela mãe, problemas no momento do parto (fórceps, traumas, infecções etc). A Surdez Adquirida: que ocorre após o nascimento devido a convulsões, permanência em incubadora, otite, caxumba, sífilis, diabetes, sarampo, meningite, tumores. Também por traumas como traumatismo craniano ou a exposição a sons impactantes (explosão). A surdez adquirida poderá ter maior facilidade em retomar sua linguagem oral, uma vez que já estão armazenados em seu cérebro dados linguísticos anteriormente registrados. Dá-se o nome de surdez pós-lingual.

A classificação dos tipos de surdez existentes hoje e reconhecida pela comunidade acadêmica é a seguinte:

“Surdez Condutiva: Interferência na transmissão do som desde o conduto auditivo até a cóclea. Este tipo de surdez pode ser corrigido através de tratamento clínico ou cirúrgico. Surdez Sensório-Neural: Ocorre quando há uma impossibilidade de recepção do som devido a lesão das células ciliadas, da cóclea ou do nervo auditivo. Esse tipo de surdez é irreversível. Surdez Mista: É a junção da perda auditiva condutiva juntamente com a sensório-neural. Surdez Central: Se manifesta por diferentes graus de dificuldade na compreensão das informações sonoras, provocadas por alterações nos mecanismos do processamento da informação sonora no Sistema Nervoso Central. É relativamente rara e, apesar da audição aparentar ser normal, a pessoa não entende o que lhe é dito. Surdez Funcional: Inexiste lesão orgânica no aparelho auditivo. A dificuldade de entender os sons pode ser de fundo emocional ou psíquico” (REDONDO, 2000 p. 88).

A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NA INCLUSÃO DA CRIANÇA SURDA

No decorrer dos anos, a família jamais deixou de ser a grande responsável pelas mudanças que as crianças com necessidades especiais tem experimentado. Eles buscam se organizar em grupos, procurando enfrentar adversidades comuns e acabam conseguindo obter considerável sucesso na medida em que pressionam os poderes

políticos com o propósito de conquistar serviços e apoio especiais, em todas as esferas da sociedade. Atendimento especializado em escolas e em locais de trabalho, disponibilização de recursos financeiros e culturais, sempre visando contemplar as necessidades de seus entes queridos, e cuidando para que cada vitória se transforme em legislação vigente. Um grande exemplo dessa luta foi a criação da APAE, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, inaugurada em 1954, hoje com mais de duas mil unidades de atendimento a pessoas com necessidades, sem dúvida, um dos maiores movimentos sociais do mundo na sua modalidade.

Conseguir que espaços sociais para atendimento especializado sejam disponibilizados e conquistar uma inclusão escolar com verdadeira integração social tem sido alguns dos objetivos principais para todo o esforço que as famílias tem empreendido ao longo das últimas décadas. Entretanto, esta é uma batalha que se inicia logo que se chega à constatação da deficiência. A forma muitas vezes confusa, as informações inadequadas, desconstruídas e pessimistas que os profissionais apontam, sejam médicos, psicólogos, professores, fonoaudiólogos e outros profissionais passam aos familiares, levam essas famílias a se unirem na busca de respostas aos seus questionamentos.

“As famílias reconhecem que é difícil recolher informações de especialistas. Por outro lado, muitos profissionais ligados à educação especial (médicos, enfermeiros, psicólogos, educadores e professores), carecem de um conhecimento mais aprofundado no domínio da deficiência, quer no que respeita ao diagnóstico e prevenção, quer à sua orientação e intervenção” (FONSECA, 1995).

A dureza de todo este processo, lamentavelmente, acabam por levar muitas famílias a uma desestruturação irremediável. A busca incansável por um diagnóstico mais concreto da deficiência ou por orientações que ajudem a trabalhar eficazmente com a criança traz uma série de tensões e acusações que levam muitas vezes à separação e ao distanciamento.

“Quando existe conflito entre o que a criança é e as expectativas dos pais, é provável que haja também dificuldades no desenvolvimento emocional, social e intelectual. A criança desde pequena se orienta pelo “sentir” e capta significativamente sua aceitação ou não. Quando há um apoio psicológico, fazendo com que estas famílias eliminem o ideal do “filho ideal”, gestado e desejado por nove meses, e assumam o “filho real”, elas rompem com as dificuldades e sentem maior facilidade em prover aquilo que seus filhos necessitam” (METTER, 1991).

O relacionamento dos pais ou avós com a criança surda afeta profundamente o seu desenvolvimento sócio-emocional, principalmente durante o primeiro ano de vida. Neste período, o rosto humano é o foco da atenção da criança. Lamentavelmente, não poder ouvir a voz materna é a primeira e, seguramente, a mais considerável perda sofrida pela criança que nasce surda ou que perde a sua audição nos primeiros meses de vida.

É inquestionável que para o bebê surdo, o conjunto de sinais visuais, como a expressão dos olhos, da testa, da face, o sorriso, etc., é equivalente à voz humana, sendo possível, então, a substituição do estímulo natural.

“É fundamental manter aí seu principal interesse, pois é no rosto e nos lábios que a criança surda vai “ver” e compreender toda a linguagem oral. O bebê surdo, assim como os ouvintes, se habitua desde cedo a estes sinais visuais, interiorizando, por meio deles, os estados de humor dos familiares. Se auxiliada corretamente, esta criança poderá sentir-se bem, como parte do grupo que frequenta ou virá a frequentar. Os pais devem falar sempre com a criança surda. Ter algo a lhe dizer sempre que ela lhe olhar. Falar de preferência das coisas que ela está fazendo. Ela necessita descobrir a importância das informações que encontra no rosto das pessoas, mais especificamente sobre os lábios” (PORTAL EDUCAÇÃO, 2017).

Dados recentes apontam que aproximadamente 95% das pessoas surdas nascem em famílias ouvintes. Todavia, a experiência revela que a maioria dos pais ouvintes tem grandes dificuldades em se comunicar com seus filhos surdos, mesmo através da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Torna-se absolutamente necessário que os pais mantenham contato com a LIBRAS, o mais rapidamente possível, estabelecendo um convívio com outros surdos adultos.

“Torna-se difícil para um ouvinte aceitar que os mecanismos mentais que levam à estruturação do domínio da língua encontram outras bases para se desenvolverem que não estejam pautadas na exposição sonora. É óbvio que os ouvintes aprendem a falar a sua língua através do contato sonoro. Negar essa premissa é negar uma evidência científica. Afirmar, no entanto, que esse é o único caminho é anticientífico” (FERNANDES, 2003).

LIBRAS, A LINGUAGEM BRASILEIRA DE SINAIS

A história de como a linguagem brasileira de sinais foi introduzida no Brasil é profundamente interessante, a começar pelo interesse do Imperador Dom Pedro II no tema:

“O início ocorreu através do interesse do imperador Dom Pedro II em implementar a educação de surdos pelo fato de possuir um neto surdo, filho da princesa Isabel, e, por desejar que ele fosse alfabetizado. Por isso, convidou o educador francês Hernet Huet para dar início à Língua Brasileira de Sinais. Hernet era ex-aluno surdo do instituto de Paris e criador da Língua Francesa de Sinais e do alfabeto manual francês. Por serem o ensino e a estrutura escolar brasileira precários, Huet solicitou então, ao imperador Dom Pedro II, um prédio para desenvolver seu trabalho. Em 26 de Setembro de 1857 fundou-se o Instituto dos Surdos-Mudos do Rio de Janeiro, atual Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES). Entretanto, a partir de 1911, por causa do Congresso Nacional dos Surdos-Mudos de Milão, o ensino passou a adotar o oralismo puro como língua primária e a de sinais como secundária, tendo como pressuposto que a utilização de sinais levaria a criança surda à acomodação e a desmotivaria para a fala, condenando-a a viver numa subcultura” (HONORA, 2009, p. 27).

Mas foi somente em Abril de 2002, que o então presidente, Fernando Henrique Cardoso, sancionou a lei que determinou e consolidou a LIBRAS como a segunda língua oficial da nossa nação.

È fato que imediatamente após o nascimento de uma criança, ela já se encontra imersa na língua materna de seus pais, especialmente na rotina de ações e relacionamentos que ela estabelece com a mãe, nos momentos de trocar as roupas e fraldas, ao dar o banho, ao alimentar, ao colocar para dormir, ao acalantar e nos diversos momentos de carinho.

“Nessas ações, a mãe apresenta o mundo linguístico naturalmente ao bebê, de uma forma acolhedora, lúdica e afetuosa. A criança, ao ter contato com a língua materna, produz um resultado surpreendente, pois não só aprende a língua, com todas as sutilezas de sua articulação gramatical, semântica e pragmática, como o faz de forma completa (isto é, não existe conhecimento de língua materna pela metade ou parcial): qualquer pessoa normal sabe a língua de sua comunidade e dela se utiliza naturalmente” (SALLES, 2004).

Diferentemente deste cenário, o bebê surdo não consegue se enquadrar a este processo. A aquisição oral de uma língua para uma criança surda envolve dinâmicas complexas de conhecimento cognitivo, linguístico, cultural, social, psíquico. Assim, a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), que se caracteriza por ser visual e espacial, expressando-se pelas mãos, pela face e pelo corpo, torna-se ferramenta essencial na modalidade de aprendizagem de língua ideal para o indivíduo surdo. Por meio dela, a comunidade surda realiza todas as suas relações interpessoais, sociais, emocionais,

culturais e científicas, sobretudo porque a LIBRAS possui todos os segmentos que as demais línguas orais também possuem.

“De fato, as características e estágios da aquisição da língua de sinais por surdos podem ser comparados aos da aquisição da língua oral por ouvintes o que aponta para resultados semelhantes na representação mental do conhecimento lingüístico” (SALLES, 2005).

Neste sentido, o MEC, Ministério da Educação de Cultura, estabeleceu algumas definições como:

“a aprendizagem de LIBRAS possibilita às crianças surdas uma maior rapidez e naturalidade na exposição de seus sentimentos, desejos e necessidades, desde a mais tenra idade” (MEC/SEESP, 1997, p.31).

Ela contribui decisivamente para o desenvolvimento da organização do pensamento assim como da cognição.

“A Língua de Sinais anula a deficiência e permite que os surdos constituam então uma comunidade linguística minoritária diferente e não um desvio da normalidade. Para a criança surda, o uso da língua de sinais é substancial para a sua aprendizagem e desenvolvimento pleno, visto que essa é a sua língua materna” (LIMA, 2014).

Outra constatação é que os estudiosos do tema asseveram é que a LIBRAS é uma linguagem natural e que segue padrões gramaticais.

“A Língua de Sinais é uma língua natural, com organização em todos os níveis gramaticais, prestando-se às mesmas funções das línguas orais. Sua produção é realizada através de recursos gestuais e espaciais e sua percepção é realizada por meio da visão, por isso é denominada uma língua de modalidade gestual-visual-espacial. Dessa forma, pode-se afirmar que a Língua de Sinais é completa, com uma estrutura independente da língua portuguesa, que possibilita o pleno desenvolvimento cognitivo da pessoa surda” (BRITO, 1998, p. 19).

Dessa forma, a Língua Brasileira de Sinais não consiste apenas em um conjunto de gestos que interpretam as línguas orais, mas uma língua que expressa um pensamento definido, seja ele complexo ou abstrato. Sendo assim, da mesma forma que os ouvintes discutem todo e qualquer tipo de assunto por meio da fala, os surdos, graças a Língua de Sinais se consolidam neste mesmo patamar, uma vez que eles podem emitir opiniões sobre todos os assuntos da vida cotidiana, sem exceção. Nada impede que os

surdos se comuniquem, desenvolvam suas potencialidades e atinjam seus objetivos de vida que planejaram.

A IMPORTÂNCIA DO INTÉRPRETE DE LIBRAS EM SALA DE AULA

Sendo um direito garantido pela Constituição Federal, a Educação para todos é um dever do Estado, o qual deve promover o acesso de todo e qualquer cidadão brasileiro a se matricular nas escolas regulares. Isso diz respeito também às pessoas com necessidades especiais que devem ter seu acesso ao ambiente escolar comum ou em grupos especializados.

“Essa inclusão não se aplica somente a pessoas com alguma deficiência, mas a todas que se encontram em situação de risco, discriminação ou exclusão; em suma, sejam, de alguma forma diferentes. “Temos o direito de sermos iguais, quando a diferença nos inferioriza; temos o direito de sermos diferentes, quando a igualdade descaracteriza” (SANTOS, 1996 p.318).

Mesmo com todas essas garantias asseguradas a todos, sabemos que o tema da inclusão de alunos com necessidades especiais ainda encontra inúmeras barreiras que necessitam ser transpostas. Quando olhamos especificamente para os processos de inclusão escolar de alunos surdos na rede pública de ensino, observamos uma infinidade de contratempos. O aproveitamento desses alunos acaba se tornando bastante dificultado devido ao acesso à comunicação em si.

“A simples presença de alunos surdos na classe comum demanda uma série de recursos como uma boa amplificação sonora e o apoio de um intérprete. Outro aspecto que também precisa ser aperfeiçoado é a relação de colaboração entre alunos surdos e ouvintes. Isto é importante para que as informações e trocas não se restrinjam ao contexto do professor / aluno surdo, mas seja significativo no ambiente em que eles estão inseridos. Essa interação é um pré-requisito para que qualquer pessoa possa realizar seu desenvolvimento e exercer sua cidadania” (SASSAKI, 2005).

É fundamental que o professor tenha bastante domínio da linguagem da LIBRAS em sala de aula, caso contrário, será imprescindível a participação de um profissional Tradutor Intérprete de LIBRAS (TILS), para que possa assegurar que haja uma comunicação produtiva na sala.

“Esse profissional surgiu com a necessidade da comunidade surda de possuir um mediador no processo de comunicação com os ouvintes. Sabe-se que, informalmente, os próprios membros da família faziam essa função, por não conhecerem a Língua de

Sinais, construíam uma comunicação usual própria, diferente da Língua de Sinais, com assuntos relacionados apenas às necessidades básicas e momentâneas da criança Surda” (CASTRO, 1999).

A Lei nº 12.319 de 01/09/2010 foi de grande importância, pois regulamentou a profissão do Intérprete. No Brasil, além de ter domínio sobre a LIBRAS, ele precisa ter domínio do idioma falado no país, conhecer processos, estratégias, técnicas de interpretação e tradução e possuir formação específica na área de atuação.

Neste contexto, dentro da sala e aula, o intérprete atuará como um elemento que permita fluir a comunicação entre o aluno surdo e o professor ouvinte. Além disso, esse profissional realiza as traduções entre os que compartilham línguas e culturas diferentes. Na sala de aula, o intérprete precisa estar ciente que seu papel não é o de professor, e nas situações relacionadas com o ensino-aprendizagem do aluno surdo ele precisa remeter-se ao professor, possibilitando a realização de uma mediação comunicativa efetiva e respeitosa.

“Existem diversos problemas de ordem ética que surgem em função do modelo de intermediação que se constrói em sala de aula. Muitas vezes, o trabalho exercido pelo intérprete em sala de aula acaba sendo confundido com o papel do professor. Por muitas vezes, os próprios alunos surdos acabam direcionando questões ao intérprete sobre conteúdos escolares, resultando em discussões em relação aos assuntos abordados em sala com o intérprete e não com o professor” (QUADROS 2004).

Se considerarmos que o aluno surdo necessita de inclusão no decorrer de toda sua vida acadêmica, o intérprete de LIBRAS poderá atuar na educação infantil, ensino fundamental, médio, universitário e até na pós-graduação. Cada um destes segmentos possui características particulares e distintas, assim, o intérprete poderá estabelecer um relacionamento afetivo, pautado na ética, no respeito e na confiança. Esta será uma contribuição de suma importância para o desenvolvimento, a formação e a integração do indivíduo surdo na sociedade contemporânea.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS QUE OBJETIVAM A INCLUSÃO

Para que ocorra a inclusão efetiva de alunos surdos em uma classe de ensino regular, os professores e os profissionais da educação precisam ter uma real noção daquilo que estão tratando e atentar para cada detalhe do processo. Se isso não ocorrer, poderá gerar uma situação inversa, passando uma imagem de integração mas com

realidade exclusiva, onde o aluno surdo não faz interação social e efetiva com o grupo que está inserido.

“Os alunos surdos, quando são perguntados sobre como se sentem estudando com alunos ouvintes, quase na totalidade afirmam que tal situação exige muito sacrifício, paciência e esforço. Isto se contrapõe ao objetivo fundamental da educação inclusiva, de acolher todas as diferenças em ambientes que proporcionem uma educação de qualidade para todos” (PEDREIRA, 2007, p. 3).

A maioria das escolas ainda se utiliza de estratégias pedagógicas padronizadas, elaboradas para alunos ouvintes, e isto dificulta muito a aprendizagem dos alunos surdos.

“Considerando-se o atual contexto educacional do país, verifica-se uma política de integração que está organizada para atender a todos os alunos. No entanto, as escolas ainda se valem de práticas consideradas tradicionais, desconsiderando as peculiaridades dos alunos com necessidades especiais. Tais práticas determinam que o aluno seja quem deve se adaptar à escola, conquistando sua oportunidade de estar na sala de aula, tendo que provar sua capacidade em acompanhar as atividades propostas. Nesse caso, parece que o caminho mais certo para o aluno seja a exclusão do espaço escolar” (CARVALHO E BARBOSA, 2008).

A metodologia de inclusão necessita, inevitavelmente, ser processada em um ambiente de colaboração no qual as atividades são compartilhadas entre surdos e ouvintes para que sejam respeitadas as diferenças entre cada aluno.

“A partir disso, vê-se a necessidade de refletir sobre uma didática flexível que ofereça o mesmo conteúdo curricular e que respeite as especificidades do aluno surdo sem que haja perda da qualidade do ensino e da aprendizagem. Todavia, o posicionamento de alguns professores toma um rumo contraditório ao que seria o ideal em sala, pois muitas vezes não utilizam uma metodologia específica aplicada aos alunos surdos” (FELIPE, 1997, p. 41).

A falta de um planejamento adequado afeta o desempenho e tende a excluir ou desmotivar o aluno surdo.

“Essa metodologia não realiza a inclusão lingüística necessária, resultando em uma enorme dificuldade na comunicação por falta de uma Língua que os una. O ensino da língua portuguesa para crianças surdas, principalmente em escolas regulares, não tem considerado este fato e as crianças surdas, inseridas em classes de crianças ouvintes recebem o mesmo tipo de atividade como se já tivessem adquirido esta língua naturalmente e tivessem o mesmo desempenho das crianças ouvintes” (CARVALHO E BARBOSA, 2008).

Assim, tomando como base as peculiaridades cognitivas próprias dos alunos surdos, importa repensar as práticas escolares atualmente desenvolvidas, uma vez que elas são preparadas e dirigidas aos alunos ouvintes. Devido aos atrasos de linguagem, a aprendizagem dos alunos surdos fica comprometida, dificultando a formação de uma base conceitual mais sólida e apropriada.

“A educação inclusiva consiste em um sistema de ensino de qualidade que atenda a todos, exigindo um novo posicionamento das escolas quanto à reestruturação, o aperfeiçoamento dos professores, e de suas práticas pedagógicas, da reformulação das políticas educacionais e implementação de projetos educacionais inclusivos. Caberá ao professor proceder um resgate dos conteúdos já construídos por esses alunos, para que, a partir daí, possa desenvolver sua prática. O resgate da base de conteúdos aprendidos pelos alunos surdos deverá permitir serem conduzidos a uma reflexão sobre esses conteúdos, na medida em que as concepções desses alunos sobre os fenômenos e os conhecimentos científicos podem estar muito distantes da realidade. Novamente esbarra-se nas dificuldades cognitivas ocasionadas pelos atrasos de linguagem e as barreiras comunicativas, que resultam em restrições de vocabulário” (SPENASSATO, 2009).

Neste cenário, para que a inclusão ocorra de forma eficaz, a atuação do intérprete de LIBRAS é fundamental como ponte entre o professor titular, os colegas e o aluno surdo. O contato direto deve ser bastante estimulado: aprender a se comunicar em LIBRAS, mesmo que apenas dentro do que for possível, já será de extrema importância para que esse aluno se sinta acolhido e que as pessoas se interessam em estabelecer interações.

“O processo de inclusão requer um esforço de todos na escola. Incentivar os pais a aprenderem a linguagem de sinais (LIBRAS) para se comunicar com os filhos. Incentivar o aprendizado de LIBRAS na escola, investir em cursos para capacitar professores. Procurar por referências de escolas que já atendem alunos surdos. Certificar-se de que a integração entre alunos surdos e ouvintes esteja, efetivamente, acontecendo, prestando atenção se há uma procura de um pelo outro para conversas e brincadeiras. Incentive os alunos ouvintes a aprenderem a se comunicar em LIBRAS com o colega. Investir em apoios aos alunos surdos no contraturno, assim ele poderá tirar dúvidas e aprender coisas específicas” (LACERDA E SANTOS, 2013).

Finalmente, é sempre oportuno observar que a avaliação da aprendizagem do aluno surdo merece uma consideração especial. Todos os profissionais envolvidos nesse processo deverão se conscientizar de que o mais importante é que os alunos consigam aplicar os conhecimentos adquiridos em seu dia a dia, de forma que esses conhecimentos possibilitem uma vivência de qualidade e o pleno exercício da sua cidadania. Assim

sendo, a escola deve assimilar a proposta da inclusão e fazer dela um desafio diário a ser vencido, acolher os alunos com necessidades especiais na sala de aula regular e tratá-los como todos os demais, reconhecendo suas limitações e suas potencialidades. Se estes princípios fizerem parte do cotidiano da escola básica, certamente a inclusão e a socialização dos alunos surdos poderá se estabelecer e se concretizar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não há dúvidas de que a questão da inclusão tem sido objeto de debates e reflexões no meio acadêmico e envolve todas as necessidades especiais. A sociedade procura, mais do que nunca, uma interação plena entre indivíduos de outras culturas, que falam outras línguas e que professam outra fé religiosa. Produzir formas mais adequadas de convivência, ampliando os conhecimentos sobre a realidade cultural do outro, sem restrições ou exigências de adaptação às regras do grupo majoritário é algo que a grande maioria das pessoas deseja. Essa discussão sobre a convivência entre grupos humanos, nas suas diferenças mais contundentes, não é simples e ainda está longe de ser bem resolvida. Neste contexto, a preocupação com a inclusão de alunos surdos, especificamente, tem tornado acalorados os debates entre os especialistas no tema. Proporcionar uma inclusão efetiva que respeite as diferenças e que não os considere como um grupo apartado, discriminado e, muitas vezes, indesejável, que está na escola apenas por força da lei.

Quanto mais se conhecer os sintomas da surdez e mais rapidamente se chegar a um diagnóstico confiável, que apresente informações pertinentes que permita à família saber lidar com uma situação inédita e inesperada, maior será a possibilidade de sucesso na inclusão escolar e social da criança surda. Todavia, o que se tem visto são informações inadequadas e confusas, tanto da classe médica quanto dos profissionais da educação. Assim, a família acaba se desestruturando e não poucas separações decorrem. Entretanto, os familiares devem lutar para promover a aprendizagem e a inclusão dos seus filhos, procurando introduzir a LIBRAS o quanto antes na vida da criança surda e dos demais membros da família.

Nesse contexto, a importância do intérprete de LIBRAS é essencial. Ele deverá viabilizar o processo de aprendizagem como uma ponte entre o professor e o aluno surdo para que a assimilação dos conteúdos seja a melhor possível. Isso permitirá que as

crianças participem do mesmo aprendizado, com alunos ouvintes fazendo parte da vida e do dia-a-dia dos alunos surdos e estes da vida de seus colegas ouvintes.

Finalmente, para que a criança surda seja incluída na educação básica, ela deverá receber da instituição de ensino todo afeto e toda estrutura que possam promover sua socialização no ambiente escolar e com os demais alunos. A instituição deve empreender todos os esforços para possibilitar o desenvolvimento e a aprendizagem da criança surda.

REFERÊNCIAS

BRASIL – MEC - Resolução Nº 4: Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado **na Educação Básica**, modalidade Educação Especial. Brasília, 2009.

BRITO, Lucinda Ferreira. **Educação Especial - Língua Brasileira de Sinais. V. III. Série Atualidades**, nº 4. Brasília: SEESP/MEC, 1998.

CARVALHO, E. de C. & BARBOSA, I. **Pensamento Pedagógico e as NEE: Introdução à Deficiência Auditiva..** – Rio de Janeiro – 2008.

CASTRO, R. G. **Libras: uma ponte para comunicação entre pais ouvintes e filhos surdos.** Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 1999.

DAVIS, H.; SILVERMAN, S. R. **Hearing and Deafness.** Holt - Rinehart and Winston, 1970.

FELIPE, T. A. **Escola Inclusiva e os direitos linguísticos dos Surdos.** Rio de Janeiro Revista Espaço – INES, 1997. p. 41-46, Vol. 7.

FERNANDES, E. **Linguagem e Surdez.** Porto Alegre: Artmed, 2003.

FONSECA, V. Educação Especial – **Programa de Estimulação Precoce: Uma introdução as ideias de Feurstein.** Porto Alegre: Artes Medicas, 1995.

HONORA, Márcia. **Livro Ilustrado da Língua Brasileira de Sinais.** São Paulo: Ciranda Cultural, 2009.

LACERDA, C. B. F. e SANTOS, L. F. **Tenho um aluno surdo, e agora? Introdução à Libras e educação de surdos** – Blog Gestão Escolar Sem Segredos. Disponível em: <http://gestaoescolarsemsegredos.com.br/inclusao-de-alunos-surdos-na-escola-regular>. Acesso em 10 out. 2023

LIMA, Marisa Dias. **Adequação do ensino do português como L2 nas crianças surdas: um desafio a superar/enfrentar.** Universidade de Brasília, Brasília – 2014.

MAINIERI, CLÁUDIA M. P. **Desenvolvimento e Aprendizagem de Alunos Surdos.** Editora IESDE – Curitiba – 2011.

MEC. Educação infantil: **saberes e práticas da inclusão: dificuldades de comunicação e sinalização: surdez** - Prof^a Daisy Maria Collet de Araujo Lima – Brasília : MEC.

METTER, E. Jeffrey. **Distúrbios da Fala: Avaliação Clínica e Diagnóstico**. ED. Rio de Janeiro: Enelivros, 1991.

PEDREIRA, S. M. F. **Porque a Palavra não adianta: Um Estudo das Relações entre Surdos/as e Ouvintes em uma Escola Inclusiva na perspectiva intercultural**. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica, 2006.

PORTAL EDUCAÇÃO – Artigo: **O Papel da Família na Educação Especial – A Criança Surda**. Disponível em: www.portaleducacao.com.br. Acesso em 29 out. 2023.

QUADROS, R. M. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Secretaria de Educação Especial - Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. Brasília: MEC; SEESP, 2004.

REDONDO, Maria Cristina da Fonseca. **Deficiência Auditiva** – Brasília – MEC – Secretaria de Educação à Distância – 2000.

SALLES, Heloísa Maria Moreira Lima. **Ensino da Língua Portuguesa para Surdos. Caminhos para a Prática Pedagógica** – Brasília, 2004.

SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

SASSAKKI, R. K. **Inclusão: O Paradigma do Século 21**. Revista Inclusão – Brasília – Outubro-2005.

SPENASSATO, D. **Inclusão de alunos surdos no ensino regular: Uma investigação das propostas metodológicas**. – Curitiba – 2009.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

GESTÃO ESCOLAR EMPREENDEDORA



Renata Cristina de Oliveira Sewaybricker

Formada em Pedagogia, com Pós-graduação em Alfabetização e Letramento e Psicopedagogia Institucional.



Camila Teixeira Rocha Gomes

Formada em Pedagogia e em Biologia, com Pós-Graduação em Gestão Escolar; Educação Especial; Ensino Fundamental e Educação Infantil.



Izabel Aparecida Farias Diniz

Formada em Pedagogia e em Matemática, com Pós-Graduação em Conhecimentos Pedagógicos e Legislação.

RESUMO

Este artigo propõe uma discussão que tem como cenário a rotina do gestor escolar de instituições públicas, seu desdobramento foi construído sob a perspectiva deste setor. Admitindo que a escola pública não seja essencialmente apenas prestadora de serviços, e seus gestores, não são apenas diretores, e sim gestores públicos, administradores de patrimônio e verbas públicas, sendo assim, esse artigo procurou através de pesquisas bibliográficas, identificar qual seria o perfil do gestor escolar eficiente, elencar seus principais desafios, os resultados que se espera da figura do gestor escolar sob a perspectiva do gestor escolar empreendedor, compreendendo que esse perfil caminha por trajetórias diferentes, com o objetivo da realização de uma gestão que seja de fato considerável e sustentável. O termo “empreendedorismo”

provoca nos gestores e professores resistência por ser usado em práticas empresariais. A palavra empreendedorismo tem como sinônimo a capacidade de assumir riscos, inovação, capitalizar uma ideia, gerar lucros sobre o negócio resultante, postura pouco comum para ambientes públicos, Zahra e Wright (2011) afirmam que, para que as práticas gerenciais dos ambientes públicos possam ser influenciadas pelo o empreendedorismo, é preciso uma mudança comportamental dos gestores, mudanças de foco, conteúdos e métodos de atuação gerencial. Valadares *et al.* (2012), acreditam que está em curso uma processo de modernização dos serviços prestados pelas instituições públicas e por isso o termo “empreendedorismo” cause interesse, onde os conceitos e práticas restritas às organizações empresariais privadas, agora são absolvidas pela a gestão de serviços públicos como forma de alcançar resultados satisfatórios em seus serviços prestados, que no caso do sistema educacional é a formação de cidadãos competentes, reflexivos e críticos.

Palavras- Chave: Gestão Escolar; Empreendedorismo; Educação.

INTRODUÇÃO

A gestão escolar passa por transformações consideráveis diante de profundos e fortes processos políticos, econômicos e sociais, propostos de contextos sociais e econômicos, decorrentes da busca pela diminuição da desigualdade, da consolidação da democracia no país, do desenvolvimento econômico e da formação de jovens, dentre outros, conforme afirma Oliveira (2011). São transformações substanciais de uma gestão estática, demarcada por uma gestão operacional de normas definidas, decididas e subordinadas aos órgãos centrais educacionais. Recomendava-se que o diretor escolar, apresentasse informações, supervisionasse e controlasse as normas hierárquicas. Conforme Lück (2000), o ambiente escolar compartilha as crescentes demandas dos complexos processos sociais e suas diversificações de interesses, assim como em dinâmicas de interação que pedem um novo modelo de gestão e de gestor.

Essa nova dinâmica atribui à gestão escolar e aos seus gestores uma maior responsabilização pedagógica, administrativa e financeira, e com isso maior autonomia ou certo de grau de poder de decisão. São processos complexos que exigem adaptações estruturais e capacidade técnica e tecnológica do corpo gestor. Porém, ter domínio das

técnicas e dos programas administrativos e financeiros, não é suficiente, os gestores devem ser estratégicos, reflexivos, solidários, cooperativos e essencialmente negociadores para compreender e conviver com os fenômenos sociais apresentados no contexto das unidades escolares.

Este artigo propõe uma discussão que tem como cenário a rotina do gestor escolar de instituições públicas, seu desdobramento foi construído sob a perspectiva deste setor. Admitindo que a escola pública não seja essencialmente apenas prestadora de serviços, e seus gestores, não são apenas diretores, e sim gestores públicos, administradores de patrimônio e verbas públicas, sendo assim, esse artigo procurou através de pesquisas bibliográficas, identificar qual seria o perfil do gestor escolar eficiente, elencar seus principais desafios, os resultados que se espera da figura do gestor escolar sob a perspectiva do gestor escolar empreendedor, compreendendo que esse perfil caminha por trajetórias diferentes, com o objetivo da realização de uma gestão que seja de fato considerável e sustentável.

O termo “empreendedorismo” provoca nos gestores e professores resistência por ser usado em práticas empresariais. A palavra empreendedorismo tem como sinônimo a capacidade de assumir riscos, inovação, capitalizar uma ideia, gerar lucros sobre o negócio resultante, postura pouco comum para ambientes públicos, Zahra e Wright (2011) afirmam que, para que as práticas gerenciais dos ambientes públicos possam ser influenciadas pelo o empreendedorismo, é preciso uma mudança comportamental dos gestores, mudanças de foco, conteúdos e métodos de atuação gerencial. Valadares *et al.* (2012), acreditam que está em curso uma processo de modernização dos serviços prestados pelas instituições públicas e por isso o termo “empreendedorismo” cause interesse, onde os conceitos e práticas restritas às organizações empresariais privadas, agora são absorvidas pela a gestão de serviços públicos como forma de alcançar resultados satisfatórios em seus serviços prestados, que no caso do sistema educacional é a formação de cidadãos competentes, reflexivos e críticos.

O empreendedorismo na educação está relacionado ao aprendizado, que deve ser capaz de promover a construção de saberes considerando a formação de cidadãos, orientando o pensar, a ação e a reflexão, colaborando com a construção de uma sociedade empreendedora.

O PERFIL DO GESTOR ESCOLAR EMPREENDEDOR, UM LÍDER

O gestor escolar ocupa uma posição de liderança e como tal possui atribuições específicas como conduzir a equipe, administrar de forma descentralizada, aplicar a avaliação de desempenho dos colaboradores, administrar e desenvolver relações humanas, tomar decisões, comunicar-se e produzir resultados.

Essa gestão não é construída isoladamente, o gestor empreendedor delega poderes e ações, conduz sua equipe e em conjunto percorrem o caminho para atingir os objetivos da unidade, que também são decididos de forma colaborativa. Qualquer organização depende da ação colaborativa de seus atores, conforme Luck destaca:

“O entendimento do conceito de gestão já pressupõe, em si, a ideia de participação, isto é, do trabalho associado de pessoas analisando situações, decidindo sobre seu encaminhamento e agindo sobre elas em conjunto. Isso porque o êxito de uma organização depende da ação construtiva conjunta de seus componentes, pelo trabalho associado, mediante reciprocidade que cria um “todo” orientado por uma vontade coletiva” (LUCK, 1996, p.37).

O compartilhamento de atividades entre os membros da equipe revela-se uma oportunidade para que o gestor conheça sua equipe e suas melhores habilidades, convergindo assim, em informações que permite ao gestor aferir avaliações de seu corpo de colaboradores com maior facilidade e a construção de feedbacks pontuais e motivadores.

O gestor escolar precisa ultrapassar conhecimentos de conteúdos técnicos, científicos e experimentais, precisa atuar gerando mudanças substanciais para o avanço do espaço escolar, seja pedagógico, administrativo, financeiro ou mesmo da estrutura arquitetônica da escola.

O gestor empreendedor não se restringe a sua sala, circula com seus colaboradores em todos os ambientes escolares, desde o portão da entrada até a horta nos fundos da unidade. Segundo Dolabela (2003):

“A rebeldia do empreendedor não se manifesta somente pela denúncia do inadequado, do obsoleto, do prejudicial à sociedade, mas, sobretudo pela proposta de solução ou melhoria para os problemas que encontra. Por isso, só o sonho (ou a ideia) não é suficiente para configurar uma ação empreendedora: é preciso transformá-lo em algo concreto, viável, sedutor pela sua capacidade de trazer benefícios para todos, o que lhe dá caráter de sustentabilidade” (2003, p. 29).

Dessa maneira, pra que o gestor escolar empreendedor tenha condições de praticar as características apontadas por Dolabela (2003), não se confina em sua sala, envolvido em processos burocráticos, mas sim, compartilha ideias e envolve-se no desenvolvimento das práticas desenvolvidas nos espaços escolares.

Os novos desafios que afligem os gestores escolares estão atrelados a uma mudança de concepções, com um olhar mais estratégico, empreendedor e a valorização do ser humano como principal agente de transformação da realidade educacional. Santos (2008) complementa:

“Para o sucesso organizacional, há a necessidade de potencializar os recursos humanos em uma gestão empreendedora, capaz de romper com culturas institucionais impregnadas e buscar formas inovadoras e eficazes para a instituição. Novas concepções de gestão escolar não se satisfazem com a realização de atividades prescritas nas normas, tampouco o que se costuma fazer, partindo da experiência ou do empírico e do bom senso, ao contrário, requer um olhar empreendedor, criativo, renovador, com base em pesquisas científicas qualificadas e de boas fontes” (SANTOS, 2008, p. 13).

A necessidade de alcançar melhores resultados requer novas posturas dos gestores escolares, onde inclui todos os envolvidos no processo educativo, iniciando da realidade instalada para procura de novos olhares, esses desafios são inerentes à atuação gestora. Não se trata de um processo fácil, pois normalmente a mudança configura-se em um contexto conflituoso e mesmo “antes de definir as novas normas, a inovação encontra-se em conflito com a ordem estabelecida e com os conservadores da norma” (ALTER, 2010, p. 35).

OS PRINCIPAIS DESAFIOS DO GESTOR ESCOLAR EMPREENDEDOR

1- ADMINISTRANDO A BUROCRACIA

As atribuições burocráticas do gestor escolar são inúmeras, durante o expediente e algumas vezes até depois do expediente, o gestor escolar vê-se envolvido em preenchimento de planilhas, assinaturas de documentos, confecções de ofícios, entre outras atividades burocráticas próprias da função. Dessa forma, é importante que o gestor domine práticas em informática tais como amplos conhecimentos de softwares como planilha eletrônica de cálculos, editores de texto e até mesmo softwares de apresentação, no entanto, essa habilidade não é desenvolvida nos cursos de formação de gestores

escolares, porém, são de grande importância para que o gestor possa desenvolver suas atividades burocráticas com agilidade e eficiência.

Mesmo que o gestor domine as técnicas da gestão financeira, se não dominar planilhas eletrônicas de cálculos, passará grande parte de seu dia alimentando e conferindo tais planilhas. Os controles financeiros exigidos pelos órgãos públicos exigem um detalhamento muito específico, pois cada verba tem uma regra específica, uma maneira de aplicar, e a prestação de contas é algo muito importante, pois envolve o Tribunal de Contas e, se algo estiver inconsistente não será aprovado, podendo acarretar como consequências grandes conflitos burocráticos. Ainda que haja manuais que auxiliem nesse trabalho, eles não auxiliam em conhecimentos de informática. Sendo assim, o gestor escolar empreendedor além de dominar o controle financeiro e as normas administrativas, precisa dominar as técnicas de informática que irão auxiliar em suas atividades burocráticas deixando-o livre para as demais atribuições.

Outra ferramenta de grande utilidade ao gestor escolar é a cartilha que o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) disponibiliza aos gestores escolares, nessa cartilha constam os programas que atendem as escolas públicas de todo o país em suas diversas áreas, desde infraestruturas até os livros didáticos que são financiados pelo FNDE, essa cartilha é um grande atalho para o gestor, pois reduz seu tempo de resposta a questões pontuais da administração e processos pedagógicos.

Quando o gestor escolar concebe que a burocracia é inerente aos órgãos públicos, entende que precisa dominar técnicas que antes em sua carreira como professor não havia necessidade, no entanto, na posição de gestor escolar empreendedor, vai buscar soluções e ferramentas que o auxiliem no desempenho de tais atividades, fazendo com que as executem com agilidade e eficiência.

2- AS RELAÇÕES INTERPESSOAIS

O gestor escolar empreendedor precisa ter a capacidade de construir relações pessoais democráticas, buscando habilidades para a solução de problemas, deve ser capaz de tomar decisões com alto nível de agilidade. Nesse ponto está à diferença entre ser líder e ser chefe, o gestor escolar empreendedor é um líder.

O líder procura ser assertivo, persuasivo, empático e flexível. Está sempre com sua equipe, sabe o que se passa com os colaboradores, sendo empático com todos, sem perder a capacidade de ação rápida e de encorajar a equipe a correr riscos.

Acúrcio (2005) explica que o empreendedorismo é um novo passo a ser dado pela educação brasileira. Segundo esta autora, há necessidade de introduzir o

empreendedorismo na escola, implicando para isso conceituá-lo em três perspectivas: a capacidade individual de empreender; o processo de iniciar e gerir empreendimentos e o movimento social de desenvolvimento do espírito empreendedor para a geração de emprego e renda, a partir da motivação interna para mobilizar a ação. Sendo assim, o gestor escolar empreendedor precisa estar em constante processo de motivação e encorajamento de sua equipe, com o objetivo incansável pela busca de soluções assertivas, eficientes e sustentáveis por todos os envolvidos nos processos.

3- A EQUIPE DO GESTOR ESCOLAR EMPREENDEDOR

A equipe do gestor escolar é composta pelos colaboradores que são os secretários, os supervisores, a equipe de limpeza, coordenadores, professores, responsáveis pelos alunos, além da comunidade do entorno da unidade escolar, pois o gestor escolar empreendedor inclui a comunidade como parte de sua equipe.

“(…) a inovação em gestão da educação pública pode também ser entendida como uma relação que se estabelece entre sistema de ensino, escolas, comunidades escolar e local e sociedade nacional e internacional, enquanto o gestor é um ‘mediador entre atores e suas representações em escalas de poder e formas organizacionais, eticamente determinadas e estrategicamente orientadas à promoção do desenvolvimento de indivíduos, grupos e coletividade dentro de marcos culturais e de identidade’”. (SOUZA, 2006 apud FISHER, 2002, p. 57)

Para superar os fatores de resistência na dinâmica educacional é preciso que o gestor escolar crie estratégias gestoras envolvendo todos da equipe, objetivando a busca por novos caminhos, onde a comunicação transcorra de forma clara, proporcionando a todos os envolvidos uma compreensão das atividades a serem desempenhadas, das mudanças que serão necessárias.

A motivação da equipe está diretamente relacionada a motivação e empenho de seu líder. Desta maneira, o gestor escolar empreendedor motivado e empenhado é o gatilho da alta produtividade e eficácia de sua equipe. Essas características são adquiridas no decorrer do processo de gestão, onde o gestor escolar através de sua postura de transparência e empatia imprime credibilidade aos membros da equipe.

Para que essas características sejam percebidas pelos membros da equipe é de fundamental importância que o gestor escolar possua uma capacidade de comunicação ampla, pois além de trazer transparência de ações, atua como compartilhamento de atividades solicitadas, e em situações de conflitos promove o consenso.

Em casos de resistências a mudança ou mesmo desmotivação de algum membro da equipe, o gestor escolar empreendedor empático, atua para entender as razões da resistência ou da desmotivação e age, sem perder a capacidade de agir com coerções implícitas ou explícitas, tendo como base a proposta de trabalho adotada. Schumpeter (1982) destaca esse ponto:

A figura do líder está circunscrita às situações em que se apresentem novas possibilidades a partir do rompimento de uma situação de rotina. O líder precisa ter coragem, assumir novos postos, novas situações e fazer acontecer, pois uma ideia inovadora qualquer precisa passar pelo crivo da realização (SCHUMPETER, 1982, p. 562).

Quando se compartilha decisões e desenvolve atividades em conjunto com a equipe, a produtividade aumenta, a qualidade das atividades executadas se eleva, tornando a escola um espaço mais agradável de convívio e aprendizado. O gestor escolar empreendedor carrega um entendimento de inovação e isso se aplica também nas relações interpessoais, todos envolvidos “com” e “no” espaço escolar fazem parte do ambiente cultural, porém também constroem e formam o modo de agir, e essa interação depende da postura da escola junto à comunidade.

Para superar os fatores de resistência na dinâmica educacional é preciso que o gestor escolar crie estratégias gestoras envolvendo todos da equipe, objetivando a busca por novos caminhos, onde a comunicação transcorra de forma clara, proporcionando a todos os envolvidos uma compreensão das atividades a serem desempenhadas, das mudanças que serão necessárias.

A motivação da equipe está diretamente relacionada a motivação e empenho de seu líder. Desta maneira, o gestor escolar empreendedor motivado e empenhado é o gatilho da alta produtividade e eficácia de sua equipe. Essas características são adquiridas no decorrer do processo de gestão, onde o gestor escolar através de sua postura de transparência e empatia imprime credibilidade aos membros da equipe.

Para que essas características sejam percebidas pelos membros da equipe é de fundamental importância que o gestor escolar possua uma capacidade de comunicação ampla, pois além de trazer transparência de ações, atua como compartilhamento de atividades solicitadas, e em situações de conflitos promove o consenso.

Em casos de resistências a mudança ou mesmo desmotivação de algum membro da equipe, o gestor escolar empreendedor empático, atua para entender as razões da resistência ou da desmotivação e age, sem perder a capacidade de agir com

coerções implícitas ou explícitas, tendo como base a proposta de trabalho adotada. Schumpeter (1982) destaca esse ponto:

“A figura do líder está circunscrita às situações em que se apresentem novas possibilidades a partir do rompimento de uma situação de rotina. O líder precisa ter coragem, assumir novos postos, novas situações e fazer acontecer, pois uma ideia inovadora qualquer precisa passar pelo crivo da realização” (SCHUMPETER, 1982, p. 562).

Quando se compartilha decisões e desenvolve atividades em conjunto com a equipe, a produtividade aumenta, a qualidade das atividades executadas se eleva, tornando a escola um espaço mais agradável de convívio e aprendizado. O gestor escolar empreendedor carrega um entendimento de inovação e isso se aplica também nas relações interpessoais, todos envolvidos “com” e “no” espaço escolar fazem parte do ambiente cultural, porém também constroem e formam o modo de agir, e essa interação depende da postura da escola junto à comunidade.

4-A ATUAÇÃO PEDAGÓGICA DO GESTOR ESCOLAR EMPREENDEDOR

O gestor escolar atua em parceria com o coordenador pedagógico, mas deve também participar de reuniões com os professores, a fim de apurar eventuais problemas pedagógicos, podendo atuar como conselheiro ou mesmo propondo alguma ideia para solucionar alguma questão.

Esse contato com os processos pedagógicos é de fundamental importância, pois é seu termômetro para avaliar se ações tomadas em conjunto estão sendo aplicadas e se os resultados esperados estão surgindo, no entanto, sem atribuir uma postura fiscalizadora do processo.

Para que o gestor escolar empreendedor possa circular com desenvoltura entre os docentes e possa atuar de maneira competente é necessário que esteja atualizado, possua conhecimentos prévios das demais disciplinas e suas atualizações.

Quando o gestor escolar está atento às questões de aprendizado que envolve os professores e os alunos, inclusive temas pautados pelas mídias em geral, pode orientar com maior assertividade processos formadores dos docentes ou mesmo sugerir atividade de apoio ao docente para atingir o aprendizado dos alunos.

Para isso é importante que se reúna frequentemente com a equipe de professores e com o coordenador pedagógico, pois nessas reuniões podem surgir temas para o melhor desenvolvimento do aprendizado dos alunos. Esses temas podem carregar uma

pluralidade que pode enriquecer a atuação do gestor escolar, resultando em decisões mais assertivas.

Outro ponto importante no processo pedagógico que o gestor escolar pode atuar é na distribuição de tarefas, pois por possuir diversas informações, pode apresentar dados e assim orientar a atuação dos docentes junto a um determinado problema ou mesmo abrir espaço aos docentes para que possam compartilhar ações que trouxeram resultados para uma determinada demanda educacional.

O gestor escolar empreendedor em constante contato com sua equipe de professores pode atuar também como um articulador de parcerias, que se fazem necessárias para tratar algum tema em que os docentes sintam-se desconfortáveis para tratar diretamente com os alunos, além de intermediar junto a Secretaria de Educação parceiros para o apoio de tais temas, vê-se nesse sentido mais uma oportunidade de identificar cursos de formações para os docentes.

5- A IMPORTANCIA DO FEEDBACK

O feedback é tão importante quanto as estratégias traçadas para se alcançar um objetivo, pode ser apresentado como uma devolutiva, uma observação pontual ou mesmo um processo estrutural. O gestor escolar empreendedor não utiliza adjetivos em seus feedbacks, e também orienta sua equipe que não se trata de um processo de “mão única”, onde apenas a equipe é avaliada, mas também estimula a equipe a avalia-lo como gestor. Essa atitude traz ferramentas para o gestor escolar medir suas ações, redirecioná-las ou mesmo identificar quais ações foram bem sucedidas.

O gestor escolar empreendedor precisa desenvolver ferramentas que o auxiliem nesse processo, são muitas informações e mesmo que as demandas coletivas sejam tratadas no Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo – HTPC, o feedback individual é de extrema relevância, pois é nesse momento que o gestor escolar se aproxima do docente de uma maneira mais pessoal, pois ao avaliar seu trabalho atua diretamente no individuo, é um momento muito rico e deve ser aproveitado inclusive para a devolutiva do docente com relação as ações do gestor.

A avaliação, segundo Silveira *et al* (2015), considera alguns aspectos principais como impactos, contextualização, eficiência, aplicabilidade, engajamento, intencionalidade, interdisciplinaridade, inter-relacionamento e inclusão. "É importante explicar que a avaliação não é realizada no intuito de qualificar ou desqualificar a prática e sim de mapear pontos fortes e pontos fracos, permitindo um diagnóstico onde

possibilidades de melhoria possam ser dadas aos autores da prática" (Silveira *et al*, 2015, p. 52).

A PROMOÇÃO DA CULTURA EMPREENDEDORA NA EDUCAÇÃO

Para Hinckel (2015, p.67), "a principal dificuldade para modificar os contextos de ensino com base na inovação de práticas e ferramentas tecnológicas decorre da organização didático-pedagógica e das práticas dentro das instituições educacionais ainda estarem centradas no ensino (no professor)". Mesmo com tantas dificuldades é possível ações inovadoras, mostrando-se possível mudar esse cenário.

Essas dificuldades divergem das necessidades exigidas pela sociedade e mercado de trabalho, expressas através dos quatro pilares da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Delors (2003, p. 90 e 90) comenta:

"Para poder dar respostas ao conjunto das suas missões, a educação deve organizar-se em torno de quatro aprendizagens fundamentais que, ao longo de toda a vida, serão de algum modo para cada indivíduo, os pilares do conhecimento: *aprender a conhecer*, que é adquirir os instrumentos da compreensão; *aprender a fazer*, para poder agir sobre o meio envolvente; *aprender a viver juntos*, a fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas; finalmente, *aprender a ser* via essencial que integra as três precedentes".

Quando se reflete sobre o empreendedorismo na atuação dos gestores escolares, pode-se relacionar essa atuação como uma expressão de ousadia no trabalho com pessoas em escolas, capaz de conciliar a ideologia democrática da LDB, Lei 9394/96, com novos desafios inerentes a cada realidade. Este novo contexto submete gestores escolares a novos desafios e uma postura diferenciada, conforme abordado por Santos (2008, p. 68):

"O gestor escolar (diretor de escola) não deve se resignar a um trabalho meramente burocrático e sim assumir, com coragem, o seu ser educador, e, como líder, impulsionar a comunidade escolar à mudança – um projeto de longo prazo, mas que, se ninguém o iniciar, jamais será realizado".

Conforme Dolabela (2003) a Pedagogia Empreendedora proposta não destaca o empreendedorismo apenas como forma de enriquecimento pessoal, mas também para que haja maior desenvolvimento social:

“A tarefa da educação empreendedora é principalmente fortalecer os valores empreendedores na sociedade. É dar sinalização positiva para a capacidade individual e coletiva de gerar valores para toda a comunidade, a capacidade de inovar, de ser autônomo, de buscar a sustentabilidade, de ser protagonista. Ela deve dar novos conteúdos aos antigos conceitos de estabilidade e segurança – impregnados na nossa cultura, mas referentes a contextos hoje inexistentes. Atualmente, estabilidade e segurança envolvem a capacidade da pessoa de correr riscos limitados e de se adaptar e antecipar às mudanças, mudando a si mesma permanentemente” (DOLABELA, 2003, p. 130).

Desta forma, Dolabela (2003) propõe a aplicação de uma Pedagogia Empreendedora, ou seja, uma metodologia de ensino que visa o desenvolvimento de competências individuais e coletivas com o intuito de gerar valor para toda a comunidade, a capacidade de inovar, de ser autônomo e de buscar a sustentabilidade.

Uma das questões discutidas em relação ao empreendedorismo diz respeito à possibilidade de seu ensino. A formação de novos empreendedores é possível através do desenvolvimento de suas competências. Fillion (1999) complementa que o treinamento para atividades empreendedoras deve capacitar o empreendedor para imaginar e identificar visões, desenvolver habilidades para sonhos realistas.

A concepção de empreendedorismo tratada neste trabalho não tem por base o conceito econômico de abertura de um novo negócio. Antes, refere-se à formação para a cidadania que enfatize a atenção às mudanças, a criatividade e a busca de oportunidades.

Segundo Freire (1998), uma educação emancipatória possui o diálogo como alicerce, considera as singularidades dos alunos e observa o contexto em que eles estão inseridos e suas possibilidades de aprendizagem.

A atuação do professor é fundamental, pois necessita levar em conta fatores culturais, sociais, políticos e características pessoais de seus alunos, para isso, precisa conhecê-los. Assim sendo, podemos afirmar que as diferenças não impedem que a ação educativa aconteça, ao contrário, as diferenças são traduzidas como sinônimo de riqueza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação brasileira está em estado crítico, a qualidade de ensino ainda está distante do ideal. Estados e municípios mobilizam-se implementando ações com o objetivo de melhorar essa condição, pois as mudanças são necessárias e apontam para a

necessidade de transformação. É nesse cenário que os gestores empreendedores têm promovido mudanças, conquistando melhores resultados. A atuação colaborativa conduz o desenvolvimento de habilidades como analisar, refletir, significar, elaborar interpretações que promovem diálogos produtivos que contribuem para o aprendizado dos demais da equipe, essa característica de sociabilidade deve ser aproveitada para a estimulação dos novos conhecimentos.

Gestores escolares empreendedores consideram que essa posição possui certa autonomia, enxergam na posição a possibilidade de reconstruir e ressignificar o contexto escolar. Nesse sentido, a atuação de gestores escolar empreendedores é fundamental para alicerçar suas ações para trabalhar com adversidades e saber articular sua equipe para a melhoria da qualidade da educação, trazendo-as para a vida dos envolvidos. Sintetizando a atuação do gestor escolar empreendedor, sua ação deve priorizar as atividades colaborativas, o que provoca a necessidade de superar posições reducionistas ou visões simplistas.

Atuar com gestão de pessoas é trabalhar com o principal ativo das escolas, demanda o enfrentamento de grandes desafios, a competência, a responsabilidade social, o envolvimento e a cumplicidade devem ser a principal articulação ao gerir pessoas, esse é o primeiro desafio do gestor escolar empreendedor. Enfim, o trabalho de gestores escolares atuais é o de ressignificar conceitos sobre a gestão escolar, onde empreender significa agir de maneira estratégica, requer uma proposta de fortalecimento institucional, onde o estímulo do corpo docente está alinhado com a capacidade do envolvimento na realização de atividades, onde a interferência é direta e alcança níveis de eficiência e eficácia nos espaços escolares.

REFERÊNCIAS

ACÚRCIO, M. R. B. (Coord.). **O empreendedorismo na escola**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

ALTER, N. **Inovação, Risco e Transgressão nas Organizações**. In: DAVEL, Eduardo; VERGARA, Sylvia Constant (Org.). *Gestão com Pessoas e Subjetividade*. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BRASIL. Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 5 ed. Biblioteca Digital / Câmara dos Deputados, 2010. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 18 jan. 2024.

- DELORS, J. **Educação**: um tesouro a descobrir. 2 ed. São Paulo: Cortez, Brasília, DF: MEC / UNESCO, 2003.
- DOLABELA, F. Oficina do Empreendedor. 6ªed. São Paulo: Cultura, 1999. F. **Pedagogia empreendedora**. São Paulo: Editora de Cultura, 2003.
- FILION, L. J. **Empreendedorismo: Empreendedores e Proprietários-Gerentes de Pequenos Negócios**. Revista de Administração, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 05-28, abril/julho 1999.
- FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – Ministério da Educação - Cartilha FNDE em Ação Disponível em <http://www.fnde.gov.br/acoes/fnde-em-acao/manuais-e-cartilhas/item/10987-cartilha-fnde-em-acao>. Acesso em 14 jan. 2024.
- FREIRE, P. **Educação e Mudança**. 22. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- HINCKEL, N. C. **A escola e as competências para o século XXI. Educação fora da caixa**: Tendência para a educação no século XXI. Florianópolis/ SC, Bookess Editora, 2015.
- LUCK, H. **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar**. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1996.
- LUCK, Heloísa. **Perspectivas da Gestão Escolar e Implicações quanto à formação de seus Gestores**. Brasília, v.17, nº 72, p. 11-33, fev/jun, 2000.
- OLIVEIRA, Neide Aparecida Arruda. **Diretor Escolar: O Empreendedorismo com alternativa de Administração Educacional**. ECCOM Revista de Educação, Cultura e Comunicação, Vol. 2, No. 3, 2011.
- SANTOS, C. R. dos. **A Gestão Educacional e Escolar para a Modernidade**. São Paulo: Cengage Learning, 2008.
- SCHUMPETER, J. A.. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- SILVEIRA, Ricardo Azambuja; STEFANI, Clarissa; NUNES, Carolina Schmitt; NAKAYAMA, Marina Keiko; CALEGARI, Diego. **Crítérios e Indicadores de Inovação na Educação. Educação fora da caixa**:Tendência para a educação no século XXI. Florianópolis/ SC, Bookess Editora, 2015.
- SOUZA, M. G. G. **Inovação em gestão da educação pública: questões conceituais**. Ministério da Educação – Secretaria de Educação Básica – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep/Pradime – Laboratório de Experiências Inovadoras em Gestão Educacional: Produto 01. Julho de 2016.
- VALADARES, J. L. et al. **O fenômeno do empreendedorismo público: um ensaio sobre a aplicabilidade desse construto na administração pública brasileira**. In: XXXVI EN-CONTRO DA ANPAD. Rio de Janeiro: Anpad, 2012.
- ZAHRA, S. A.; WRIGHT, M. **Entrepreneurship's next act: Academy Of Management Perspectives**, v.25, n.4, p.67-83, 1 nov. 2011.

TDAH NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM ESTUDO DOS BENEFÍCIOS DAS ATIVIDADES LÚDICAS PARA A INCLUSÃO



Roberta Edlene Antunes de Oliveira

Formada e em Pedagogia e em Administração de Empresas, com Pós-graduação em Arte Educação e Educação infantil.



Patrícia Paulina Machado dos Santos

Formada e em Pedagogia, com Pós-graduação em; Educação Especial e Inclusiva; Prática em Alfabetização; Educação Infantil; Gestão Escolar; Neuro Aprendizagem e Práticas Pedagógicas e Matemática na Educação Infantil



Solange Godoi da Silva

Formada em Pedagogia, com Pós-Graduação em Alfabetização e Letramento; Educação Infantil; Educação Inclusiva, Escrita e Oralidade Neuropsicopedagogia.

RESUMO

O presente artigo aborda a importância das atividades lúdicas no processo ensino-aprendizagem para alunos com TDAH na educação infantil, sendo, o TDAH, um dos maiores desafios enfrentados no processo educacional, tornando-se uma barreira no processo ensino-aprendizagem, pois a atenção, que é o pilar de sustentação para o sucesso da aprendizagem, é o fator mais afetado pelo TDAH. Busca-se também, conhecer a importância da psicopedagogia em um contexto relacionado a educação infantil. O presente trabalho busca fazer algumas reflexões sobre o TDAH, como causas, sintomas, estratégias e possíveis intervenções. O Transtorno do Déficit de Atenção e

Hiperatividade (TDAH) é considerado pelos educadores um fator preocupante, principalmente na fase escolar. Caracterizado pelos sintomas de desatenção, impulsividade e hiperatividade, afeta de 3 a 5% das crianças. É um transtorno neurobiológico, de causas genéticas, que aparece na infância e frequentemente acompanha o indivíduo por toda a sua vida. A pesquisa girou em torno da problemática os benefícios que as atividades lúdicas podem trazer para a aprendizagem das crianças com TDAH na educação infantil. Para tanto, foi realizada pesquisa do tipo bibliográfica, tendo por base autores principais e secundários, além de obras científicas, legislação e outros documentos imprescindíveis para fundamentação do objeto de pesquisa, cujo teor das fontes se entrelaça em concordância e convergem na mesma direção de ideias e resultados relacionados aos benefícios que as atividades lúdicas trazem as crianças com TDAH, com vistas a amenizar, compensar e superar mediante estratégias pedagógicas e metodologias alternativas no processo ensino-aprendizagem.

Palavras-chave: Educação Infantil; Atividades Lúdicas; Processo Ensino-Aprendizagem.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a politização do termo TDAH Transtorno de déficit de atenção vem crescendo consideravelmente, devido ao grande aumento de crianças que apresentam as características deste transtorno. Conseqüentemente, os estudos ao redor deste tema vêm sendo potencializados, visando um melhor entendimento por parte da família e escola.

O Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade, O TDAH, tem sido um dos distúrbios mais frequentes ocorridos em crianças, a hiperatividade, é uma deficiência neurobiológica provinda de origem genética, sendo um descontrole motor acentuado, ocasionando na criança, mudanças de humor, instabilidade emocional e movimentos bruscos bastante inadequados. Não há apenas uma forma de TDAH, e com o tempo, elas podem sofrer alterações não previsíveis, afetando a criança em casa, na escola e na comunidade, podendo prejudicar até mesmo o relacionamento com a família, amigos e professores.

Crianças com TDAH possuem muita dificuldade em se concentrar e se distraem com muita facilidade, podem esquecer seus compromissos, perder ou esquecer seus objetos, apresentam imensa dificuldade em seguir instruções, em se organizar, falam de forma excessiva, interrompem, não conseguem esperar a sua vez, muitas vezes respondendo às perguntas antes mesmo de serem feitas.

A presente pesquisa justifica-se pelo fato de educadores estarem cada vez mais preocupados com as dificuldades de aprendizagem percebidas no ambiente escolar, muitas delas, sendo ocasionadas pelo TDAH, e não possuírem conhecimento suficiente para auxiliar neste transtorno, visto que é sabido que a atuação preventiva por parte dos professores é de muita importância no auxílio da quantidade de crianças com dificuldades de aprendizagem, neste sentido, este trabalho, busca trazer os benefícios que as atividades lúdicas podem trazer para as crianças com TDAH na educação infantil.

Para tanto, tende-se como o objetivo geral desta pesquisa: demonstrar os benefícios das atividades lúdicas para a inclusão dos alunos com TDAH na educação infantil. Seguindo com os objetivos específicos, sendo eles: definir o que é TDAH; definir o impacto do TDAH na educação infantil; apresentar a importância das atividades lúdicas na educação infantil; investigar os benefícios que as atividades lúdicas podem trazer para o processo de inclusão do aluno com TDAH; propor soluções para os problemas que serão levantados com essa pesquisa.

O TDAH

De acordo com a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde, o Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) está classificado na categoria de transtornos hipercinéticos, descrito como "grupo de transtornos caracterizados por início precoce - habitualmente durante os cinco primeiros anos de vida -, falta de perseverança nas atividades que exigem envolvimento cognitivo e tendência a passar de uma atividade a outra sem acabar nenhuma, associadas a uma atividade global desorganizada, incoordenada e excessiva. Os transtornos podem se acompanhar de outras anomalias. São impopulares com as outras crianças e podem se tornar isoladas socialmente. Estes transtornos se acompanham frequentemente de um déficit cognitivo e de um retardo específico do desenvolvimento da motricidade e da linguagem, as complicações secundárias incluem um comportamento dissocial e uma perda de autoestima. (BALDAÇARA, 2012).

Neste sentido, os alunos diagnosticados com TDAH, fazem parte da educação especial, que consiste em um conjunto de recursos específicos que responda adequadamente às necessidades educativas especiais de todos os alunos. No Brasil, a política educacional representada pela LDB (1996), Leis de Diretrizes e Bases da Educação, traz no artigo 59 – que crianças e jovens portadores de necessidades educacionais especiais devem ser matriculadas preferencialmente em escolas regulares. Entre seus incisos preconiza que deve ser estabelecida uma organização específica para atender às necessidades dessas crianças e jovens, através de currículos, métodos, técnicas e recursos educativos e que os professores do ensino regular devem ser capacitados para a integração desses alunos nas classes comuns, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação artigo 59, (BRASIL, 1996).

Segundo Barkley (2008), o TDAH é um transtorno do desenvolvimento do autocontrole que ocasiona problemas com o período de atenção, com o nível de atividade e com o controle do impulso, a manifestação deste transtorno, persiste durante todo o desenvolvimento das crianças, ele ocorre nas mais variadas situações, o que acaba prejudicando a capacidade das crianças de responderem de acordo com sua idade às demandas solicitadas. Esse transtorno se relaciona com a anormalidade no desenvolvimento ou funcionamento do cérebro, e podem estar relacionados a fatores de ordem biológica.

Para Poeta e Neto (2006), o TDAH é um dos distúrbios de comportamento que mais são diagnosticados em crianças, durante a história, o transtorno aparece com variações em sua nomenclatura, como por exemplo, lesão cerebral mínima, reação hipercinética da infância, distúrbio do déficit de atenção ou distúrbio de hiperatividade com déficit de atenção/hiperatividade.

De acordo com os autores citados acima, os sintomas do TDAH, geralmente, começam antes dos sete anos de idade, ainda que a maioria dos casos sejam diagnosticados após a manifestação dos mesmos por diversos anos, podendo ser observados na escola, em casa ou ainda no trabalho. Algumas das vezes, quando a criança ingressa na escola é que o distúrbio é reconhecido, pois é nessa época em que as dificuldades de atenção e inquietude são potencializadas, sendo percebidas com bastante frequência pelos professores, quando comparam outras crianças da mesma idade, no mesmo ambiente.

Segundo Wilens et al (2002), geralmente, as crianças com TDAH são descritas como desmotivadas, aborrecidas e desligadas em relação as suas tarefas, sendo vistas também como bagunceiras, desorganizadas e sem força de vontade. Essas crianças

podem apresentar também outras características, como frustração, troca bastante contínua de atividades, dificuldade de se organizar, presença de sonhos durante o dia e baixa tolerância. Os fracassos escolares também podem estar relacionados ao TDAH, assim como as dificuldades de relacionamento e emocionais.

A hiperatividade é entendida como uma inquietação motora e agressiva, com a presença não leve de espasmos, muitas vezes, passando uma sensação de que a criança está ligada na tomada, pois estão sempre em atividade. É caracterizada pela dificuldade de manter se quieto na carteira da escola e inquietação, quase sempre apresenta atitudes inesperadas em situações inapropriadas, a criança apresenta também dificuldade em realizar atividades de brincar ou de lazer em silêncio, pois fala excessivamente.

Para Sam Goldstein (2006), o TDAH pode aparecer comumente na primeira infância e atingir mais ou menos 3% a 5% da população, sem importar os graus de inteligência, escolaridade, classe econômica ou etnia, geralmente, o TDAH é percebido mais em meninos do que nas meninas, em uma proporção de 2/1, os sintomas principais apresentados por esses meninos são hiperatividade e impulsividade, e nas meninas o mais comum é a desatenção.

Para Dias (2011), com grande frequência, o TDAH está associado a outras comorbidades e transtornos mentais, como o transtorno de conduta, de oposição e desafio, de ansiedade, depressão e personalidade antissocial, aumentando significativamente a gravidade do quadro clínico das pessoas com TDAH.

A maioria das crianças desenvolve o transtorno precocemente, mas antes de quatro ou cinco anos, um diagnóstico preciso é bem difícil de se realizar. Diversos pesquisadores acreditam que o TDAH não seja hereditário, e sim uma consequência de um desequilíbrio da química no cérebro. Na visão de Sam Goldstein (2006), algumas crianças apresentam os sintomas de hiperatividade como resultado de alguma ansiedade, frustração, depressão ou ainda de uma criação imprópria.

Sam Goldstein (2006), nos traz ainda a informação de que muitas vezes o TDAH é apresentado como um tipo específico de problema de aprendizagem, porém, é o contrário, crianças com TDAH são muito capazes de aprender, suas dificuldades em sobressair se na escola, são justificadas pelo impacto que o transtorno tem sobre sua boa atuação. Em torno de 20% a 30% das crianças com TDAH apresentam também algum problema de aprendizagem, portanto, a identificação correta do transtorno e um tratamento adequado, ficam ainda mais complicados.

Quanto ao tratamento de crianças que apresentam TDAH, são recomendadas intervenções psicológicas, pedagógicas e médicas, sendo esta questão para o

psicopedagogo, é necessário também técnicas de mudança de comportamentos. Faz-se preciso uma abordagem envolvendo todas as áreas, inclusive um treinamento dos pais para controle de comportamento, programas pedagógicos adequados, aconselhamento individual e familiar, e medicamentos quando forem necessários.

Nos dias atuais, diagnósticos de TDAH tem sido bastante comum para explicar transtornos ligados a problemas de comportamento e fracasso escolar, um dos grandes desafios hoje nas escolas diz respeito ao professor, que frequentemente por falta de conhecimento e orientação, não tem preparo para auxiliar nas questões pertinentes a inclusão do aluno com TDAH. É muito importante que pais e professores estabeleçam limites para essas crianças, pois muitas das vezes, a dificuldade na aprendizagem é apenas uma questão relacionada a obediência.

Na educação infantil, os sintomas de TDAH podem se manifestar de forma bastante perceptível, pois é nessa fase que surgem as maiores dificuldades, a criança não consegue seguir e se adaptar as regras e a rotina, atraindo atenção para si e causando desordem na sala de aula, devido ao seu comportamento impulsivo, desatento e agitado. Futuramente, o TDAH irá comprometer sua escrita, leitura e até mesmo outras áreas, que podem afetar a aprendizagem cognitiva dessa criança.

Na concepção de Dias (2011), quando o TDAH não é reconhecido, diagnosticado de forma precoce e corretamente tratado, pode causar consequências graves, representando o transtorno mais frequente da infância, para ele, ainda há quem relute e não reconhecer o TDAH como um transtorno ou um problema de saúde mental de grande importância.

Para Poeta e Neto (2006), o papel do professor é mediar a aprendizagem e orientar a produção da criança com TDAH, onde o estímulo deve ser o foco de seu trabalho, exercendo um acompanhamento efetivo para que o aluno se sinta seguro, uma relação adequada é essencial para que ocorra aprendizagem. O professor deve utilizar estratégias que auxiliem no controle ao comportamento do aluno, tais como valorizar os pontos fortes, motivação, recompensas e regras.

É necessário um acompanhamento pedagógico feito pelo professor, onde o objetivo seja prevenir lacunas na aprendizagem, o professor precisa estar atento as dificuldades apresentadas, pois o transtorno afeta diversos aspectos da vida da criança, muitas vezes, apresentando melhoras em alguns dos sintomas. O encontro da realidade, trará conceitos que auxiliarão na percepção, compreensão do diferente, aceitação da inclusão e entendimento dos conflitos. (BALDAÇARA, 2012).

Para Poeta e Neto (2006) a escola deverá desenvolver um trabalho que esteja em consonância com a realidade de seus alunos, cujo foco seja o trabalho em conjunto, cujas ações oportunizem a interação com o apoio de abordagens, espaços de convivência como estratégias no auxílio de alunos e professores, e ainda nos processos cognitivos, visando promover uma aprendizagem que esteja alicerçada na valorização e no respeito humano.

Primeiramente deve-se ressaltar que mesmo uma criança com TDAH apresente uma inteligência muitas vezes acima da média, sua dificuldade está na dificuldade de concentração, comportamento impulsivo ou retraído. Desta maneira os benefícios em trabalhar as atividades de maneira lúdica são muitos e devem ser estudados e trabalhados pelos profissionais da educação. (SILVA, 2011).

ATIVIDADES LÚDICAS E SEUS BENEFÍCIOS PARA CRIANÇAS COM TDAH

De acordo com Assunção e Coelho (1997), faz tempo que a importância da psicomotricidade e da ludicidade para o desenvolvimento da criança vem sendo discutidos, partindo da máxima de que o ato de brincar é de grande valia para o crescimento infantil, pois por intermédio das atividades lúdicas, o desenvolvimento ocorre naturalmente e de forma processual, ao se movimentar, a criança se comunica, faz interação com o mundo e descobre seus limites. O lúdico deve fazer parte da aprendizagem e do desenvolvimento psicomotor da criança desde bem pequena, pois é através dele que a criança desenvolve interação e socialização, pois ao brincar, a criança faz a representação do que sente e vivencia, ao brincar, a criança manipula a sua realidade.

De acordo com Resende (2009), promover atividades lúdicas como nesse caso o judô, é uma busca onde família, escola, profissionais das áreas de saúde e educação, bem como toda a sociedade acabam se envolvendo. A escola, enquanto principal agente educativo encarregado da missão de formação das novas gerações, vem se empenhando em dar um tratamento adequado a esses alunos, membros de uma comunidade educativa cada vez mais permeada pela diversidade.

Para Winnicott (1971) é extremamente importante o brincar e o criar para a criança, sobretudo nos primeiros anos de vida, onde ocorre a construção de sua identidade pessoal, ele defende que é obrigação da escola auxiliar a criança a completar

sua transição de um modo mais aprazível imaginável, respeitando os seus direitos de imaginar, brincar e fantasiar.

Outro campo bastante estudado e comprovado benefícios é a equoterapia, sendo que um deles ocorrem devido ao movimento tridimensional proporcionado pelo andadura do cavalo. Esse movimento ocorre em três eixos: antero-posterior (A-P), laterolateral (L-L) e longitudinal (L), tendo também um componente rotacional que faz a pelve do praticante sofrer rotação, movimento semelhante à marcha humana (FREIRE, 2000).

“O natural é o brincar e o fenômeno altamente aperfeiçoado do século XX é a psicanálise. Para o analista, não deixa de ser valioso que se lhe recorde constantemente não apenas aquilo que é devido a Freud, mas também o que devemos à coisa natural e universal que se chama brincar” (WINNICOTT, 1971.p. 63)

Ainda para Winnicott (1971), o que é dito sobre o brincar de crianças, é aplicado também aos adultos, sendo apenas a descrição mais difícil quando o material do paciente aparece em termos de comunicação verbal. Para ele, o brincar deve ser encontrado tão em evidência na análise de adultos, quanto no trabalho com as crianças, sendo manifestadas no senso de humor, na verdade, nas inflexões de voz e na escolha das palavras.

Em todo processo educativo é indispensável que exista espaço e tempo para que a criança brinque e dessa maneira, possa se desenvolver integralmente. Quando brinca, a criança cria um espaço de experimentação, uma transição entre mundo interno e externo.

De acordo com Oliveira (1997), mesmo atualmente ocorre a indiferença de muitos em relação a utilização do lúdico para o ensino das crianças, muitas vezes o brincar é encarado como uma atividade não séria, que não está enquadrada nos padrões de ensino. Na maioria das vezes nas escolas são priorizados o silêncio e a disciplina, contrariando diversos estudos e objetivos que professores tem pregado para que se valorize a criança como um ser ativo.

Para Fortuna (2001), propostas lúdicas educativas são desafios à prática do professor, que deve selecionar, preparar, planejar os jogos e, além disso, precisa participar no decorrer do jogo, e observar as interações, trocas de saberes entre as crianças, através do brincar e aprender, o professor aprende como e o que o aluno conhece.

Ainda de acordo com Fortuna (2001), a brincadeira favorece o equilíbrio afetivo da criança, bem como contribui para a apropriação dos signos sociais. No ato de brincar, afeto, linguagem, memória, percepção, representação, motricidade e diversas outras funções do cognitivo estão profundamente interligadas. Ao brincar, a criança cria e vive o

momento, trazendo situações pessoais, sentimentos. Psicomotricidade e ludicidade estão profundamente interligadas aos desenvolvimentos corporal e emocional de cada criança, sendo de extrema importância no processo de aprendizagem.

De acordo com Fortuna (2001) a ludicidade exige uma predisposição interna, o que não se adquire apenas com a aquisição de conceitos, de conhecimentos, embora estes sejam muito importantes. Uma fundamentação teórica consistente dá o suporte necessário ao professor para o entendimento dos porquês de seu trabalho. Trata-se de ir um pouco mais longe ou, talvez melhor dizendo, um pouco mais fundo. Trata-se de formar novas atitudes, daí a necessidade de que os professores estejam envolvidos com o processo de formação de seus educandos. Isso não é tão simples, pois implica romper com um modelo, com um padrão já instituído, já internalizado.

Para Silva Junior (2005), a forma mais fácil e real para que sejam estabelecidas relações afetivas com a criança, é o brincar, através deste ato, é possível transmitir confiança e segurança para que seu início no processo de escolarização seja mais saudável e prazeroso, sem que haja culpas e sofrimento. Para ele, a atividade lúdica é um importante instrumento facilitador da aprendizagem, pois nela há um valor educacional intrínseco, permitindo que a criança explore e interaja com seus colegas, resolvendo situações problemas. Torna o processo de ensino e aprendizagem mais fácil, pois enriquece a dinâmica das relações na sala de aula e fortalece a relação entre quem ensina e aquele que aprende. É preciso que o professor tenha consciência da liderança, timidez, criatividade e inteligência dos seus alunos.

Para Luckesi (2002), o ato de brincar é agir de uma forma lúdica e criativa, e baseado nos estudos de Winnicott (1971), o autor acredita que esse ato ocorre em todas as fases da vida humana, onde o brincar faz parte de um fenômeno psicológico de transição entre subjetividade e objetividade, sendo assim, criatividade e ludicidade por meio do brincar se tornam fundamentais para formar seres capazes de inovar e administrar melhor a vida individual e social, enfatizando-se a importância do brincar em todas as fases da vida humana, onde agir ludicamente está longe de ser algo improdutivo.

Uma proposta lúdica educativa vem a ser um desafio para a prática dos educadores, pois depois de selecionar, preparar, planejar e aplicar, ele necessita participar no decorrer dessas atividades, observando o desenrolar, a interação e a troca de saberes entre seus educandos, nessa troca, os educandos também ensinam ao professor através da ação, observação e reflexão.

Descobrir o corpo, sensações, movimentos e limites é de extrema importância para as crianças da educação infantil, que nessa fase, tem em construção, sua imagem

corporal, além de descobrir seu próprio corpo, ela necessita descobrir também o do outro. Atividades que envolvam psicomotricidade são extremamente importantes para que esta construção ocorra, através da exploração e brincadeiras, a criança desenvolve seus aspectos motor, sensorial e emocional, além de ampliar o seu conhecimento de mundo. Diante disto, a forma de comunicação mais utilizada pela criança neste momento, é sua linguagem corporal.

A aprendizagem das crianças tem ligação direta com o desenvolvimento psicomotor, e é principalmente na escola que se desenvolve essa parte psicomotora, por meio da criação de um espaço para os movimentos, liberdade e dinamismo. É preciso que os educadores entendam as capacidades de seus alunos e proporcionem felicidade, bem-estar e crescimento de acordo com os limites de cada criança, pois cada uma é única.

De acordo com Scoz et al (1991), a psicopedagogia é definida como uma área relacionada ao conhecimento, que atua diretamente nas dificuldades de aprendizagem, estudando como se dá esse processo, frequentemente, o psicopedagogo é acionado quando as dificuldades já se instalaram, e o papel do mesmo é avaliar a criança e estabelecer um plano de ação. É importante entender que a psicopedagogia não atua apenas quando há existe uma dificuldade de aprendizagem, ela atua também de forma preventiva, visando que a dificuldade não se instale, o psicopedagogo é o profissional que trabalha com a formação dos professores, de modo a orientar, auxiliar na organização de atividades que atendam as dificuldades específicas da criança.

Na visão de Serra (2012), a psicopedagogia é extremamente importante no ambiente escolar, pois a mesma tem um caráter preventivo, vindo a contribuir com a ação pedagógica na educação infantil, já que a mesma auxilia na elaboração de planejamentos que estejam voltados as especificidades das crianças, por meio de propostas que estejam adequadas visando ao pleno desenvolvimento da criança, o que pode prevenir problemas futuros relacionados a aprendizagem.

Ainda na concepção da autora citada acima, é a psicopedagogia que auxilia na compreensão do processo de aprendizagem, e ainda que em muitas instituições escolares não haja um psicopedagogo, é preciso que os professores desenvolvam um olhar uma postura psicopedagógica em relação a aprendizagem, concebendo-a como um processo contínuo, onde as características próprias de aprender são de cada criança, para isso, ao realizar o planejamento, os professores necessitam pensar no desenvolvimento cognitivo das crianças como um todo, sem ser dissociado dos aspectos sociais e emocionais.

Para Corso, o desenvolvimento psicomotor está entrelaçado em todos os processos de aprendizagem, para ele, o campo da psicopedagogia trata com atenção todos os neuropsicomotores tidos como essenciais para o processo de aprendizagem, já que a aprendizagem é um processo, em que existem diversos aspectos envolvidos, tais como percepção, memória e atenção, e ainda estão envolvidas as habilidades psicomotoras: postura, motricidades ampla e fina, equilíbrio, ritmo e coordenação visomanual.

É necessário conceber a educação infantil com um enfoque psicopedagógico, e neste contexto é de suma importância analisar as diversas práticas que se encontram com raízes no cotidiano das instituições, para começar, é urgente que se priorize a formação dos profissionais que atuam na educação infantil. Nas DCNEIs, o eixo norteador das práticas pedagógicas as quais compõem a proposta de currículo para a educação infantil, são as interações e as brincadeiras, e diante disto, é o psicopedagogo que irá contribuir para que estes dois eixos sejam garantidos nas instituições escolares, ajudando na construção e formação dos profissionais. Na visão de Cavicchia (2013), é aí que o psicopedagogo irá se deparar com uma das mais difíceis tarefas na instituição: coordenar, orientar, e formar as equipes de trabalho em um contexto de educação.

Para Cavicchia (2013), é no papel de coordenador pedagógico, nos vários níveis da estrutura institucional, que o psicopedagogo encontra a essência de sua função assessora, na instituição educativa: a de orientar o educador infantil nas suas diferentes modalidades funcionais –diretor, professor, recreacionista, berçarista- em sua atuação junto às crianças.

Não somente na Educação Infantil, mas em todas as outras etapas da educação básica, a psicopedagogia vê o aluno como ser único, o qual sua personalidade se constrói através de suas vivências culturais e sociais que o permite realizar internalizações acerca das práticas sociais, demandas ambientais e suas necessidades próprias.

O trabalho do psicopedagogo na educação fundamental é fundamental, pois o mesmo irá compreender porque a criança não aprende, auxiliado por um diagnóstico de investigação e intervenção, ele pode consultar também outros profissionais que o auxiliarão no fechamento do diagnóstico, e a partir disso, irá traçar ações para auxiliar a criança no processo de aprendizagem. O trabalho em sala de aula, deverá propiciar a criança, situações e oportunidades em que ela vivencie de forma ativa a fase do desenvolvimento de sua personalidade, onde ela aprenda e interaja com o outro.

Para Oliveira e Bossa (2015), é enquanto brinca que a criança demonstra sua relação com o mundo, e os adultos necessitam sensibilizar-se com isso, tendo os olhos

voltados para a maneira que essa criança tem construído a sua história e organizado o seu mundo.

A atuação psicopedagógica na educação infantil é de caráter preventivo e o psicopedagogo deve ser quem auxilia os educadores e demais profissionais a compreenderem a forma que se dá o processo de aprendizagem, nas formações continuadas. Interações e brincadeiras devem ser o eixo norteador para as diversas práticas pedagógicas descritas nas propostas curriculares da educação infantil. A criança deve ser considerada o centro do planejamento curricular, acreditando em suas potencialidades, respeitando seus ritmos e desejos e criando ainda oportunidades para que falem e manifestem-se em diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si mesmo e do mundo que a cerca.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O TDAH é um transtorno e necessita ser tratado corretamente, pois a criança portadora deste transtorno, terá mais sucesso se for acompanhada de uma ação multidisciplinar, com pais, professores, terapeutas, médicos e se preciso for, medicamentos. O psicopedagogo é o elo principal entre família e todos os especialistas envolvidos durante o tratamento deste transtorno, sendo seu papel, esclarecer aos pais e envolvidos, que o TDAH se não for tratado, irá gerar complicações diversas para a criança, principalmente em seu convívio social, o que pode levar futuramente, até mesmo a insatisfação, rejeição, depressão, a infelicidade.

Com este trabalho foi possível demonstrar que os estudos referentes ao TDAH são de extrema importância, pois quanto mais conhecimentos se tem sobre determinado transtorno, maior poderá ser a contribuição para que sejam amenizados o sofrimento, dificuldades de aprendizagem e fracasso das crianças.

A ludicidade também contribui para a aprendizagem das crianças, tornando as aulas mais dinâmicas e prazerosas, na atividade lúdica, além de brincar a criança se relaciona com o outro, a brincadeira permite que a criança crie e viva aquele momento. Sendo assim, é possível concluir que a ludicidade está plenamente ligada ao desenvolvimento corporal e emocional da criança, sendo indispensável ao processo de ensino e aprendizagem.

Finalmente, com este trabalho concluído os objetivos específicos dando suporte ao objetivo principal foram atingidos, demonstrando ao leitor a importância do engajamento dos profissionais da educação em busca de uma escola inclusiva e com

total suporte não apenas para captação de alunos com TDAH mas para que aqueles que se enquadram em escolas públicas possam ter o aprendizado desejado.

A ludicidade também contribui para a aprendizagem das crianças, tornando as aulas mais dinâmicas e prazerosas, na atividade lúdica, além de brincar a criança se relaciona com o outro, a brincadeira permite que a criança crie e viva aquele momento. Sendo assim, é possível concluir que a ludicidade está plenamente ligada ao desenvolvimento corporal e emocional da criança, sendo indispensável ao processo de ensino e aprendizagem.

REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, E. e COELHO, José Maia Tereza. **Problemas de aprendizagem**. São Paulo: Ática, 1997.

BALDAÇARA, Leonardo. **Transtornos Mentais**. Tocantins. Ed 1. 2012.

BARKLEY, R. A. & Colaboradores. **Transtorno de déficit de atenção/hiperatividade: manual para diagnóstico e tratamento**. 3. Ed. Porto Alegre Artmed 2008.

BRASIL. LDB, **Lei 9.396**, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 20 fev. 2024.

BRASIL. MEC. **Referencial curricular nacional para a educação infantil - introdução**, vol. 1, 1998. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf. Acesso em: 20 fev. 2022.

CAVICCHIA, Durlei de Carvalho. **Psicopedagogia na Instituição educativa: a creche e a Pré-Escola**. In: SISTO, Fermino Fernandes (Org.). **Atuação Psicopedagógica e Aprendizagem Escolar**. 14. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

CORSO, HV. **Dificuldades de aprendizagem e atrasos maturativos: atenção aos aspectos neuropsicomotores na avaliação e terapia psicopedagógicas**. Rev. Psicopedagogia. 2007.

DIAS, Irineu. **Preconceito x Desconhecimento de causa: uma luta de classes**. In: Ciranda da INCLUSÃO. Ed 14. São Paulo. Grupo Ciranda Cultural. 2011;

FORTUNA, Tânia Ramos. **Formando professores na universidade para brincar**. Petrópolis. Vozes. 2001.

FREIRE, H. B. G. **Equoterapia – teoria e técnica – Uma experiência com crianças autistas**. São Paulo: Vetor, 2000.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4^a ed. São Paulo: Atlas, 2002.

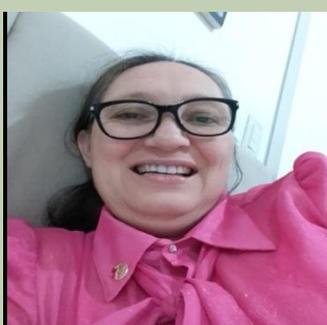
- GOLDSTEIN, Sam. **Hiperatividade: como desenvolver a capacidade de atenção da criança**. São Paulo: Papirus, 1998. 246 p
- LUCKESI, C. C. Playfulness and recreational experiences: an approach from the internal experience. In: PORTO, Bernadete de Souza (Org.). **Educação e Ludicidade – Ensaio 02**. Bahia: GEPEL/FACED/ UFBA, 2002.
- MARCONI, M.A; LAKATOS, E. V. **Fundamentos em metodologia**. 7ª ed, São Paulo: Atlas, 2010.
- OLIVEIRA, Gislene de Campos. **Psicomotricidade: educação e reeducação num enfoque psicopedagógico**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- OLIVEIRA, Vera Barros de; BOSSA, Nádia Aparecida. **Avaliação psicopedagógica da criança de zero a seis anos**. Petrópolis: Editora Vozes, 2015
- POETA, L. S. e Neto, F. R. (2006). **Estudo epidemiológico dos sintomas do transtorno do déficit de atenção/hiperatividade e transtornos de comportamento em escolas da rede pública de Florianópolis usando a EDAH**. Rev. Bras. Psiquiatr., 26 (3). In: GOULARDINS, Juliana Barbosa. Perfil Psicomotor de crianças com déficit de atenção/hiperatividade do tipo combinado. São Paulo. 2010. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5141/tde-14042011-195808/publico/jugouardins.pdf>. Acesso em 20 fev. 2024.
- RESENDE, Fernando Antônio Henrique. **Alunos do ensino fundamental com sintomas de TDAH: a motivação escolar com a prática de atividades lúdico-recreativas baseadas na pedagogia do judô**. IX Congresso da educação, Paraná 2009. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/3599_2119.pdf. Acesso em 20 fev. 2024.
- SERRA, Dayse Carla Gênero. **Teorias e práticas da Psicopedagogia Institucional**. Curitiba, Paraná: IESDE Brasil, 2012.
- SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23ª ed. – 3ª reimpressão. São Paulo. Cortez, 2007.
- SILVA JUNIOR, Afonso Gomes da. **Aprendizagem por meio da ludicidade**. Rio de Janeiro: Sprint, 2005.
- SILVA, Marileide Lemes da. **Psicomotricidade e atividades lúdicas para alunos da educação básica com TDAH**. Brasília 2011. Disponível em https://www.bdm.unb.br/bitstream/10483/2336/1/2011_MarileideLemesdaSilva.pdf. Acesso em : 20 fev 2024.
- Scoz B JL, Barone LMC, Campos MCM, Mendes MH. **Psicopedagogia: contextualização, formação e atuação profissional**. Porto Alegre: Artes Médicas; 1991.
- Wilens, T. E., Biederman, J., & Spencer, T. J. (2002). **Attention deficit/hyperactivity disorder across the lifespan**. Annual Review of Medicine.
- WINNICOTT, D. W. **O brincar e a realidade**. São Paulo: Imago, 1971.

OS BENEFÍCIOS QUE A MÚSICA OFERECE PARA AS CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL



Aline Pinheiro de Arruda Ribeiro

Formada e em Pedagogia, com Pós-graduação em Coordenação Pedagógica.



Reonice Daniel Lima

Formada e em Pedagogia, com Pós-graduação em Docência no Ensino Superior.



Silvana Aparecida Drey

Formada e em Pedagogia, com Pós-graduação em Alfabetização e Letramento; Dificuldade de Aprendizagem; Educação Infantil; Atendimento Educacional Especializado e Transtorno do Espectro Autista.

RESUMO

A presença da música é incontestavelmente notória e perceptível no cotidiano das pessoas em todos os lugares, seja nos centros urbanos, seja nas localidades mais distantes, e isso não é algo recente, visto que os registros históricos dão conta de que a música se revela desde os primórdios da civilização humana, tanto pela voz quanto por instrumentos musicais primitivos. Desde que os seres humanos começaram a se comunicar, os sons ritmados e cadenciados passaram a ser utilizados mais frequentemente, e desde os tempos mais remotos já eram empregados em suas

cerimônias religiosos e nas manifestações comemorativas, quase sempre associadas ao desejo de alcançarem as dádivas de suas divindades. Gradativamente, a música foi adquirindo mais complexidade e mais requinte, e já na Idade Média tornou-se parte integrante da liturgia católica, até que chegasse à Idade Contemporânea onde passou a fazer parte do hábito popular das pessoas. Dentro do contexto infantil, a música se faz presente antes mesmo da criança nascer, recebendo influência musical no ventre materno, por meio da maneira como a mãe se comunica com ela. E é nítido como a criança recém-nascida é impactada pela música, uma vez que ao ouvir os primeiros acordes ela responde por meio de movimentos e manifestações relacionadas ao que ela está ouvindo, pois seu cérebro estimula uma área responsável pela musicalidade, e esta passa a se desenvolver à medida que a criança aperfeiçoa seu conhecimento dos sons e dos ritmos musicais. Assim, aspectos como poder de raciocínio, memorização, capacidade de concentração, desenvolvimento dos componentes psicomotores, socialização e expressão corporal são benefícios oferecidos pela música às crianças da Educação Infantil, e todos estes fatores estão diretamente relacionados com o aproveitamento escolar. Portanto, é inquestionável que a música deve estar presente no contexto da Educação Infantil, visto que a musicalização possui elementos pedagógicos importantes, oferecendo uma diversidade de aprendizagens associadas às concepções auditivas da criança. Além destes aspectos, destaca-se, ainda, a musicoterapia, uma técnica que tem se destacado como excelente ferramenta para o tratamento e a inclusão de crianças que apresentam dificuldade em se comunicar e se expressar, como os autistas, por exemplo. Ao abordar todos estes aspectos, este artigo pretende demonstrar os benefícios que a música pode oferecer às crianças da Educação Infantil.

Palavras-chave: Educação Infantil; Música; Musicalização; Musicoterapia..

INTRODUÇÃO

A música é comumente definida como a arte de combinar sons e silêncio disseminados de uma maneira intercalada, em um determinado período de tempo, sendo interpretado pelo cérebro por meio da audição, um dos cinco sentidos do corpo humano, a qual é essencial para a compreensão musical. Gradativamente, a pessoa passa a identificar e distinguir os tipos de sons: agudo, médio e grave, os tipos de timbre:

percussão, cordas, sopro ou voz, os tipos de ritmo: curtos, médios ou longos, a intensidade: fraca, média ou forte, e a harmonia, que é responsável por combinar, de forma simultânea, todos estes elementos sonoros. A música se desenvolve mediante estímulos, sendo uma manifestação da comunicação humana que frequentemente está associada a um contexto de prazer e alegria, e, historicamente, se constata que a música estava associada aos componentes de cerimônias religiosas desde os povos mais primitivos. A própria origem da palavra “música” já denota essa ideia transcendental, visto que ela procede do grego “mousiké”, que significa algo como: “a arte das musas”, que eram divindades gregas associadas às ciências e às artes.

É incontestável que a música já se faz presente na vida do ser humano desde antes do seu nascimento, por meio da comunicação que a mãe estabelece com a criança em seu ventre, mediante as músicas que ela canta e que produzem uma sensação de relaxamento e de paz. Pouco tempo após seu nascimento, já se observa a relação entre a criança e a música, pois ela se manifesta por meio de movimentos e balanços corporais, ou mesmo sorrindo. E essa relação tende a crescer, pois os estímulos familiares são frequentes e regulares, construindo um hábito com a musicalidade por meio do aperfeiçoamento do ritmo e da harmonia, num contexto de familiarização das músicas que a criança aprende a cantar e a desenvolver a memorização, o ritmo e a melodia.

Reconhecendo a importância da música para as crianças, é indiscutível que a música deva estar presente no ambiente escolar, sendo explorada como uma ferramenta útil para aplicação de conteúdos pedagógicos por meio de atividades que contenham elementos musicais. Neste sentido, a música contribui para o aprimoramento dos sentidos, para a socialização, para o desenvolvimento dos aspectos psicomotores, os quais se constroem mediante movimentos ritmados como bater palmas, dançar ou bater os pés. Este cenário é propício para que a criança desenvolva sua liberdade de expressão, sua criatividade e socialização, ações estas que potencializam uma sensação de segurança, de integração e de pertencimento ao grupo.

No contexto da música na Educação Infantil se destacam dois ingredientes bastante proveitosos: musicalização e musicoterapia. A musicalização pretende trabalhar os conceitos pedagógicos que a música possibilita, para que possam ser utilizados os componentes musicais que desenvolvam aprendizagens, seguindo um planejamento estipulado. Neste sentido, todos os aspectos musicais capazes de auxiliar as crianças a assimilar conteúdos propostos por meio de cantigas, jogos, movimentos corporais e brincadeiras, com descontração e alegria, como são próprias das atividades lúdicas, precisam ser considerados. Já a musicoterapia se constitui em uma área do

conhecimento mais recente, é trabalhada por um especialista que utiliza elementos da música para ajudar pessoas com alguma dificuldade emocional, física ou social, a fim de torná-los aptos a retornarem às suas atividades normais e ao convívio social. Estes aspectos serão abordados mais detalhadamente em cada tópico deste trabalho.

CONCEITOS HISTÓRICOS DA MÚSICA

O termo música é originário do idioma grego: “mousiké”, e tem como significado “a arte das musas”, e é formada por uma sucessão de sons que são emitidos, mas intercalados por curtos períodos de silêncio, os quais são dispostos durante um determinado período de tempo. Portanto, a música consiste na combinação de elementos sonoros, compreendidos pela audição, e varia de acordo com suas alternâncias sonoras que incluem a intensidade, a altura, a duração e o timbre. Além disso, ela pode variar de acordo com o ritmo, a harmonia ou a melodia. A música tem sido reconhecida como um dos elementos fundamentais da cultura dos povos e civilizações ao longo dos séculos. Hoje já se reconhece que a música foi praticada desde os primórdios da Pré-História. A princípio, parece que ela era praticada como uma maneira de reproduzir os sons emitidos pela própria natureza: trovões, chuvas, vento, rios, além dos pássaros e dos animais.

“No panteão grego, por exemplo, Apolo é a divindade que rege as artes, por isso vemos várias representações suas, nas quais ele porta uma lira. Vale lembrar que na Grécia Antiga apenas a música e a poesia eram consideradas manifestações artísticas da maneira como as compreendemos atualmente. Assim, é uma combinação de elementos sonoros que são percebidos pela audição. Isso inclui variações nas características do som, tais como duração, altura, intensidade e timbre, que podem ocorrer em diferentes ritmos, melodias ou harmonias” (BLOG EDUCAÇÃO UOL, 2021).

A música está presente desde as origens das civilizações antigas, visto que a História encontra inúmeras manifestações. Sabe-se que na civilização egípcia, a música é encontrada há pelo menos 4 mil anos A. C, e possuía, assim como as civilizações mais antigas, forte componente religioso, cabendo à sua divindade denominada deus Thoth, ser o senhor do conhecimento, da magia, da escrita e da música. A crença egípcia atribuía ao deus Osíris a aplicação da música como uma ferramenta por ele utilizada para pacificar e para civilizar o mundo. Dessa forma, nas civilizações antigas, a música era utilizada amplamente em rituais relacionados à agricultura, para garantir que as

divindades provessem fartura em suas colheitas, para isso eram empregados instrumentos de percussão, flautas e harpas.

“Podemos observar que a cultura musical na Grécia Antiga funcionava como uma espécie de elo entre os homens e as divindades. Tanto que a palavra "música" provém do termo grego *mousikē*, que significa "a arte das musas". As musas eram as deusas que guiavam e inspiravam as ciências e as artes. É importante ressaltar que Pitágoras, grande filósofo grego, foi o responsável por estabelecer relações entre a matemática e a música, descobrindo as notas e os intervalos musicais. Sabe-se que na Roma Antiga, muitas manifestações artísticas foram heranças da cultura grega, como a pintura e a escultura. Supõe-se, dessa forma, que o mesmo ocorreu com a música. Entretanto, diferente dos gregos, os romanos usufruíam dessa arte de maneira mais ampla e cotidiana” (BLOG TODA MATÉRIA, 2021).

Ao longo dos séculos a música foi se fazendo presente, especialmente na Idade Média, quando a força da Igreja Católica orientava as práticas religiosas, influenciava a política e direcionava os costumes de ordem moral, ética, cultural, artística, social e política, a música passou a fazer parte dos rituais católicos. No século VI, o Papa Gregório I, desenvolveu uma formatação de regras que estabeleciam como o canto deveria ser empregado nos cultos da Igreja, e de onde surgiu o famoso “canto gregoriano”. Entretanto, com o passar do tempo, o pensamento cultural foi se modernizando e se transformando, e as ideias iluministas passaram a ganhar mais força, e a música passou a ser influenciada por essas correntes que firmadas mais na razão e no autoconhecimento e na ciência. Estas concepções da sociedade europeia se refletiram também na música, que foi deixando de ser prática exclusiva dos cultos católicos, e adquirindo contornos mais universais. Já na Idade Moderna se encontram registros da popularização da polifonia, técnica que harmoniza, de forma simultânea, duas vozes ou mais. Este advento marcou o processo de ascendência da música ocidental, dando início a formas musicais inovadoras como as orquestras de câmaras e as óperas, com destaque especial para nomes até hoje aclamados como Mozart, Beethoven e Haydn, que fortaleceram a música instrumental com a criação de concertos, sonatas e sinfonias.

“Já no século XX, a música passa por mais uma transformação a partir da criação do rádio, um meio de comunicação que revolucionou esse século. A partir de então, a música passa a se popularizar, e cantores e compositores são projetados. O rádio contava com uma variedade expressiva de canções que chegavam aos ouvidos do público. Com isso, as pessoas começam a ter contato com diversos tipos de música. Instrumentos que até então não eram tocados por grande parte dos músicos, passam a integrar as composições musicais. Além disso, artistas adotam objetos comuns capazes de emitir sons que

auxiliam nas produções musicais, tais como pentes, chaleiras, pratos, copos e brinquedos, como faz o compositor brasileiro Hermeto Pascoal. Muitos músicos se destacaram nesse período, tais como Heitor Villa-Lobos, Chiquinha Gonzaga, o nigeriano Fela Kuti, a francesa Lili Boulanger entre muitos outros” (ESCOLA EDUCAÇÃO, 2022).

A ESPECIAL LIGAÇÃO DAS CRIANÇAS COM A MÚSICA

O desenvolvimento infantil ocorre de forma gradativa por meio dos aspectos físico, social, emocional e cognitivo, que caminham de maneira interligada. E dentre todas as formas de manifestações artísticas que contribuem para este desenvolvimento se encontra a música, que tem papel de destaque na produção de estímulos em áreas fundamentais do cérebro responsáveis pela cognição e também pelo aprimoramento de capacidades como a audição, a fala e a coordenação motora. Dessa forma, a música também potencializa aspectos relacionados à razão e à sensibilidade como comunicação, socialização, memória, concentração e expressão corporal. Além disso, a música é capaz de fornecer às crianças oportunidades únicas de diversão e ludicidade, sendo que as crianças que recebem estímulos musicais até os cinco anos de idade desenvolvem a área frontal do cérebro, responsável pelo aprimoramento do raciocínio lógico.

“A música integra corpo e mente e neste tópico selecionamos alguns benefícios da música no desenvolvimento infantil: 1 – **Concentração** - A música exerce um poder de sensibilizar a criança e isso faz com que ela se envolva na melodia e se concentre no que está ouvindo. Essa atenção ao som potencializa o poder de concentração e, se ainda, ela for capaz de cantar um trecho ou aprender a música por completo, é sinal de que ela consegue focar naquela tarefa. Se a musicalização for acompanhada de aprendizado de algum instrumento, será ainda mais benéfica para desenvolver e aumentar a concentração. 2 - **Raciocínio e Memória** - Algumas áreas do cérebro que são ativadas com a musicalização na infância têm muito a ver com o processo educativo. Raciocínio e memória bem desenvolvidos são ferramentas importantes na escola e a música é capaz de desenvolver a percepção espacial e ativar a memória. A música no desenvolvimento infantil também faz com que as crianças tenham uma maior facilidade no aprendizado da matemática. 3 - **Expressão Corporal** - A música é uma fonte de estímulos inigualável para o desenvolvimento das expressões corporais. Ela integra corpo e mente, ativa a sensibilidade e também a razão, facilita a comunicação e a consciência do corpo, demonstrando seus sentimentos através dele. Com a música no desenvolvimento infantil, a criança pode melhorar comportamentos como a indisciplina e a timidez e refinar sua coordenação motora, principalmente se também exercitar a dança juntamente com a música. 4 - **Segurança emocional** - Antes mesmo de iniciar a

escolarização, a música é benéfica para desenvolver afetividade e confiança entre os pais e os filhos. Ela traz conforto e segurança emocional, facilita a socialização, a cooperação e a empatia nas crianças. 5 - **Aprendizado escolar** - Crianças em fase escolar se beneficiam de maneira importante do processo de musicalização. Ao cantarem ou ouvirem as músicas, por exemplo, palavras são entendidas nos seus significados e os sons produzidos são estimulantes para o aprendizado da linguagem e para a alfabetização. Além disso, a repetição de músicas melhora a dicção dos alunos” (BLOG MUSEU DA IMAGINAÇÃO, 2023).

É incontestável que a relação entre os bebês e a música se dá de uma forma quase automática, pois ao ouvirem uma música eles logo se manifestam, ou balançando o corpo ou mesmo abrindo um sorriso de alegria, afinal, nestes primeiros anos de vida, o cérebro estimula a área responsável pela musicalização, a qual vai se desenvolvendo a partir da infância. Sendo algo corriqueiro nas famílias, a música tende a se propagar pelos ambientes da casa, fazendo com que as crianças se familiarizem com os sons e com os ritmos. Assim, as cantigas infantis que elas ouvem, logo vão tomando parte do seu universo particular, além de estimular seu interesse por instrumentos, também abre possibilidades para que elas desenvolvam a criatividade e a socialização.

“É impressionante como a música chama a atenção das crianças desde muito cedo. A quantidade de brinquedos com sons existentes no mercado, não é à toa, a música é fundamental no desenvolvimento das crianças em várias faixas etárias. A música possui um papel importante na educação das crianças, ela contribui para o desenvolvimento psicomotor, sócio afetivo, cognitivo e linguístico, além de ser facilitadora do processo de aprendizagem. A musicalização é um processo de construção do conhecimento, favorecendo o desenvolvimento da sensibilidade, criatividade, senso rítmico, do prazer de ouvir música, da imaginação, memória, concentração, atenção, do respeito ao próximo, da socialização e afetividade, também contribuindo para uma efetiva consciência corporal e de movimentação. A musicalização na educação infantil está relacionada a uma motivação diferente do ensinar, em que é possível favorecer a autoestima, a socialização e o desenvolvimento do gosto e do senso musical das crianças dessa fase. Cantando ou dançando, a música de boa qualidade proporciona diversos benefícios para as crianças e é uma grande aliada no desenvolvimento saudável da criança” (BLOG DICAS PAIS E FILHOS, 2013).

A integração social é algo que a música proporciona, visto que ela tem essa capacidade de reunir diversos tipos de pessoas, especialmente as crianças, pois devido à sua natureza simples e pura, e sua constante busca por novas descobertas as torna acessíveis a socializar por meio de brincadeiras, de cânticos e atividades lúdicas. E estes

exercícios físicos que as atividades relacionadas à música promovem são extremamente benéficas para a psicomotricidade e para o desenvolvimento escolar.

“A música em termos específicos, deve tornar um indivíduo sensível e receptivo ao fenômeno sonoro, promovendo nele, ao mesmo tempo, respostas de índole musical. Em termos práticos, é a pré-escola da música. É a música agindo pela música. Com a reunião e o desenvolvimento dos métodos é que buscamos atender musicalmente as vivências das crianças, através de sua participação criadora. Quando a criança se expressa cantando, ela está envolvida com papéis de interpretação sonora em coletividade, fazendo-a sentir-se integrada em um grupo e adquirindo a consciência de que seus componentes são igualmente importantes. Compreende a necessidade de cooperação frente aos outros, pois da conjunção de esforços dependerá o alcance de um objetivo comum”. (CARVALHO, 1997, p. 16).

Importante ressaltar que o cérebro humano é munido de todas as condições apropriadas para a música, ao passo que os demais seres que habitam o planeta não possuem tal capacidade, e mesmo que emitam sons fabulosos, alguns deles até se assemelhando a belas melodias, são apenas manifestações específicas das suas espécies. Em contrapartida, somente a espécie humana é apta à produção daquilo que conhecemos como arte.

“Quando afirmamos que os pássaros (ou outros animais) estão fazendo música, estamos interpretando esse som com base na nossa experiência humana. Um dos motivos pelos quais fazemos isso está em um importante órgão do corpo: o cérebro. Nosso cérebro é equipado para a música, ou seja, a sua estrutura e o seu funcionamento são capazes de receber e converter os estímulos sonoros em música. Devido ao avanço de estudos da área da neurociência, foi possível constatar estruturas cerebrais específicas utilizadas para o processamento musical. Estes estudos mostram, inclusive, que o treinamento musical pode influenciar o desenvolvimento estrutural e funcional do cérebro. Isso contesta o que a crença popular sugere, que apenas quem tem dom pode desenvolver-se musicalmente. De acordo com os estudos, o “dom” para a música é algo que todos possuímos (o nosso cérebro), e o que pode aperfeiçoar na nossa relação com ela são os estímulos, os aprendizados e as vivências”. (PENNA, 2008 p. 18).

A EDUCAÇÃO INFANTIL E A MÚSICA

Como já enfatizado anteriormente, a música faz parte do universo infantil desde muito cedo, e as músicas que as crianças ouvem geralmente trazem a elas uma sensação de conforto, alegria e bem-estar, nesse sentido, é totalmente aconselhável que

a escola se aproprie dessa ferramenta de forma eficaz. Assim, desenvolver conteúdos pedagógicos planejados em sala de aula, e aplicá-los mediante atividades com componentes musicais, trarão benefícios consideráveis para as crianças da Educação Infantil. Entre eles estão: uma melhora da sensibilidade, uma maior capacidade de concentração, aspectos relacionados à memória e à coordenação motora, ao raciocínio matemático e ao próprio processo de alfabetização. Além destes aspectos, há que se considerar, também, o estímulo à percepção sonora e espacial, e a integração social que a música permite, especialmente em atividades lúdicas coletivas.

“Ao propor atividades de música na Educação Infantil, a escola está contribuindo com diferentes facetas do desenvolvimento infantil: **Desenvolvimento cognitivo ou linguístico:** a música ajuda a desenvolver os sentidos, a criança tenta acompanhar o ritmo e trabalha sua coordenação motora. Repetir e imitar sons também faz com que ela estabeleça relações com o ambiente. **Desenvolvimento psicomotor:** o ritmo também ajuda no equilíbrio do sistema nervoso. A música pode aliviar tensões e desenvolver senso rítmico ao dançar, bater palmas e bater os pés. **Desenvolvimento sócio-afetivo:** a musicalização também ajuda a liberar as emoções, dando uma sensação de segurança. Nos trabalhos coletivos, melhora a cooperação e o conceito de grupo”. (JORNADA EDU, 2021).

Portanto, a música é vista de forma bastante positiva pelos especialistas em Educação Infantil, e consideram a sua utilização extremamente benéfica para as crianças no ambiente escolar. Além disso, compreendem que Arte e Música, devem ser vistas como ações integradas ao contexto social e político, e, dessa forma, o processo de ensino da música e da arte em geral estão intimamente relacionados com questões e problemas que a sociedade lida em seu cotidiano. Assim, a música, dentro do currículo escolar, ao longo do tempo, foi incluída e também retirada diversas vezes, dependendo da época. Todavia, como conteúdo ligado ao ensino de Artes, a música foi instituída nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNS), recebendo a seguinte apreciação:

“Para que a aprendizagem da música possa ser fundamental na formação de cidadão é necessário que todos tenham a oportunidade de participar ativamente como ouvintes, intérpretes, compositores e improvisadores, dentro e fora da sala de aula. Envolvendo pessoas de fora no enriquecimento do ensino e promovendo interação com os grupos musicais e artísticos das localidades, a escola pode contribuir para que os alunos se tornem ouvintes sensíveis, amadores talentosos ou músicos profissionais. Incentivando a participação em shows, festivais, concertos, eventos da cultura popular e outras manifestações musicais, ela pode proporcionar condições para uma apreciação rica e ampla onde o aluno aprenda a valorizar os momentos importantes em que a música se inscreve no tempo e na história”. (BRASIL, 1997, p. 54).

Neste sentido, a Arte, como área do conhecimento, tem uma importância significativa, pois ela também é enxergada como patrimônio cultural e histórico da humanidade, revelando aspectos de culturas regionais dentro de uma perspectiva histórica. Desse modo, a Música está acertadamente inserida no contexto do ensino da Arte, pois se trata de uma manifestação cultural que deve permear essa modalidade ensino. A Arte incorpora, além da Música, as Artes Visuais, a Dança, e o Teatro, e todas estão inseridas no currículo escolar para os anos iniciais da educação básica, entretanto, quanto à música, a Base Nacional Comum Curricular apresenta as seguintes considerações:

“A Música é a expressão artística que se materializa por meio dos sons, que ganham forma, sentido e significado no âmbito tanto da sensibilidade subjetiva quanto das interações sociais, como resultado de saberes e valores diversos estabelecidos no domínio da cultura. A ampliação e a produção dos conhecimentos musicais passam pela percepção, experimentação, reprodução, manipulação e criação de materiais sonoros diversos, dos mais próximos aos mais distantes da cultura musical dos alunos. Esse processo lhes possibilita vivenciar a música inter-relacionada à diversidade e desenvolver saberes musicais fundamentais para a sua inserção e participação crítica e ativa na sociedade”. (BNCC, 2017, p. 154).

Dessa forma, a importância do professor nesse contexto é fundamental, e cabe destacar que não é necessário que ele seja um professor de música para aplicá-la às crianças da Educação Infantil, todavia, criatividade e disposição são elementos necessários, e, com os quais, qualquer professor estará em condições de incorporar os componentes musicais nas suas aulas. Além disso, mesmo que o professor não toque nenhum instrumento específico, ele pode recorrer a diversos recursos disponíveis, como aplicativos de música, pendrives, ou até mesmo solicitar que algum professor que saiba tocar algum instrumento participe da sua aula. Entretanto, é imprescindível que todas as atividades apresentadas estejam plenamente apoiadas em um planejamento adequado, e os conteúdos propostos certamente serão melhor assimilados, especialmente se o professor for desinibido e disposto a valer-se dessa modalidade de ensino.

“Abaixo destacamos algumas sugestões: **Filmes e Desenhos:** Uma opção fácil e rápida para iniciar. Procure por filmes educativos e que tragam curiosidades sobre natureza, ciência, matemática e outros conteúdos. Mas, lembre-se de escolher aqueles que se adequam para a idade dos alunos. **Brincar de Roda:** Essa atividade é uma ótima proposta para trabalhar a música na Educação Infantil, já que faz o aluno cantar, dançar, apurar sua percepção de afinação, ritmo e melodia. **Contaço de**

Histórias: Crianças adoram ouvir histórias e ficam ainda mais interessadas quando misturamos com músicas. Existem vários CDs e vídeos com histórias cantadas disponíveis na internet e o professor também pode usar fantoches e fazer dramatizações.

Aulas de Canto e de Instrumentos: É interessante que a escola também ofereça aulas focadas em música, proporcionando um ensino integrado e interdisciplinar. Os estudantes conseguem desenvolver suas habilidades musicais, além de instigar a criatividade e abrir as portas para a arte.

Bater Bola: Para os alunos menores, bater bola no chão, como no basquete, desenvolve o senso rítmico e a manutenção dos movimentos. É um desafio divertido que pode ser mais avançado ao jogar a bola na parede, fazer malabarismo ou brincar enquanto canta.

Músicas e Cantigas Tradicionais: podemos utilizar cantigas mais tradicionais que já passaram de geração para geração. O professor pode aproveitar para estimular a sensibilidade, explorar o sentido das palavras e sensações de cada vocabulário” (JORNADA EDU, 2021).

A IMPORTÂNCIA DA MUSICALIZAÇÃO E DA MUSICOTERAPIA

Reconhecendo que a música traz consigo fortes componentes culturais, e estabelece uma forte relação com os indivíduos, uma vez que se faz presente em seu cotidiano desde seus primeiros momentos de vida, e, portanto, foi plenamente incorporada ao projeto pedagógico das escolas, oferecendo benefícios tanto na aprendizagem quanto na socialização, torna-se importante considerar os aspectos da musicalização para as crianças e seu caráter pedagógico inquestionável. Assim, ao se utilizar das ferramentas e exercícios relatados no tópico anterior, os quais necessitam estar sempre sob um propósito pedagógico previamente definido, a música se torna importantíssima para as crianças da Educação Infantil.

Neste cenário, o professor poderá valer-se de diversas possibilidades, como por exemplo: ao exibir determinados instrumentos musicais, não apenas ensinar sobre o som que eles emitem, mas apresentar o seu formato, retangulares, redondos, triangulares ou multiformes. Falar sobre as cores, sobre as disposições, comparando formatos, ensinando sobre quais são instrumentos de corda, quais são de percussão ou de sopro. Estas representações não apenas ensinam as crianças, mas as influenciam a se identificarem com algum tipo de instrumento e aprender a tocá-los no futuro.

Quando o professor ensina cantigas ou canções às crianças da Educação Infantil, elas logo decoram a letra e começam a aprender seus significados, e esta prática, tende a se perpetuar, uma vez que até os professores de cursinhos pré-vestibulares, com o propósito de fixar fórmulas e conceitos em seus alunos, adotam essa prática tão eficiente para a memorização. Portanto, definir conteúdos e apresentá-los por meio da música, de

uma forma descontraída, com gestos e outras ações, consiste em uma ferramenta excelente para a assimilação dos conteúdos. Dentro deste conceito de musicalização, é importante ensinar às crianças a respeito dos diferentes estilos musicais, como samba, valsa, forró ou rock. Elas poderão associar os estilos com aspectos regionais e temporais significativos, além de aprimorar a sua percepção auditiva mediante a prática de exercícios como apresentar determinados sons ao grupo de crianças que, de olhos fechados, tentam identificá-los, por exemplo: som de um bebê chorando, de uma ave, de um animal específico ou de um eletrodoméstico, etc. Tal atividade se torna bastante agradável inclusiva e socializadora.

Dessa forma, a musicalização pode ser compreendida como o processo capaz de sensibilizar as crianças quanto à percepção e identificação dos sons, apreciando e valorizando-os à medida que desenvolvem sua percepção auditiva, e ampliam seu conhecimento musical de uma forma intuitiva e assertiva. Outra definição para a musicalização é como sendo um conjunto de momentos que expressam a musicalidade nessa etapa da Educação Infantil, objetivando estabelecer uma vivência musical por meio de práticas que a criança desenvolve no seu dia a dia, porém, no âmbito escolar, as práticas devem ser sempre fundamentadas em planejamentos pedagógicos.

Assim, a musicalização se desenvolve mediante estímulos e impulsos capazes de levar as crianças ao discernimento dos sons, das melodias, dos ritmos, dos timbres e harmonias, e, ao vivenciar práticas plenas de elementos musicais, elas estarão mais acessíveis ao universo musical. Portanto, é importante que a criança seja introduzida a este contexto da musicalização o mais cedo possível, visto que, reconhecidamente, a audição é o sentido mais apurado dos bebês dentro do ventre materno, e quando a mamãe está cantando para seu bebê, ele está ouvindo e reagindo de alguma forma.

“Existem cinco passos principais para promover a musicalização na primeira infância. Ouçã músicas durante a gravidez - Se você gosta de ouvir músicas, as chances de o seu pequeno gostar também aumentam ainda mais. Ao fazer isso durante a gestação, você estimula a audição do bebê e contribui para o desenvolvimento da musicalização desde cedo. Estimule atividades sonoras desde a primeira infância do bebê - Após o nascimento do pequeno, que tal adicionar atividades com som na rotina? Vale brincar com objetos sonoros e animais de estimação, tocar um instrumento, cantar para ele, ligar o som ou até mostrar animações musicais para bebês na televisão. Aposte em aulas de musicalização - Ao completar 6 meses de idade, os bebês já podem participar de aulas de música, sabia? Quanto mais cedo eles entrarem em contato com instrumentos musicais, maior será a facilidade para aprimorar as habilidades necessárias para tocá-los. Lembre-se: estudar e brincar são atividades que devem andar sempre de mãos dadas para favorecer o desenvolvimento

emocional e mental dos pequenos. Invista em brincadeiras com cantigas de rodas - Que tal estimular o aprendizado fora da sala de aula? Apesar de as cantigas de rodas já não serem mais tão comuns no dia a dia das crianças, é válido investir nessas brincadeiras e cantar as músicas que você já conhece: além de estreitar os laços familiares, essa é uma ótima opção para despertar o interesse por atividades que envolvem música. Apresente diferentes instrumentos para saber por quais a criança tem interesse - Algumas crianças não demonstram tão cedo os seus interesses por música devido à falta de interação musical no meio em que vivem. Por isso, é recomendável mostrar instrumentos de diversos tipos, como flauta, teclado e violão, para estimular a musicalização” (BLOG NOVOS ALUNOS, 2021).

Reconhecendo a diversidade de benefícios que a música proporciona, ainda é possível empregá-la de uma forma terapêutica, trabalhando de maneira efetiva no tratamento de necessidades intelectuais, físicas, sociais e emocionais. Assim, especialistas criaram a musicoterapia, um ramo do conhecimento bastante inovador, atuando em duas linhas: arte e saúde. Todavia, por ter sido reconhecida como ciência somente nos anos 70, ainda são poucos os trabalhos acadêmicos relacionados a ela, especialmente ao compará-la com outras terapias mais convencionais. Cabe ressaltar que a musicoterapia deve ser praticada por um profissional capacitado, graduado ou especialista em Musicoterapia, o qual irá trabalhar baseado na elaboração de sons, ritmos, melodias e batidas, dentro de uma dinâmica que produza benefícios capazes de recuperar os pacientes e trazer de volta sua autoestima.

Neste sentido, compreendendo o papel extraordinário que a música exerce na saúde mental das pessoas, especialmente quando estas se encontram em uma situação de enfermidade, internadas ou reclusas, várias instituições promovem a visita de músicos, os quais, voluntariamente, realizam trabalhos em hospitais, asilos ou creches. Esta ação tem por objetivo tranquilizar e acalmar as pessoas, suprimindo alguma necessidade emocional ou afetiva que tais pessoas possam estar enfrentando. Nesse contexto, se destaca a musicoterapia com suas ações benéficas para a mente e para o corpo, trabalhando diretamente no tratamento específico, mas também de forma preventiva, para evitar doenças e melhorar a qualidade de vida dos pacientes, sendo que seus principais benefícios são:

”Tratamento de doenças degenerativas - A música ativa regiões do cérebro responsáveis pela memória, de acordo com um estudo publicado em 2014, que mostra como o cérebro se comporta em relação à música. Assim, a musicoterapia pode atuar na prevenção, tratamento e diminuição de efeitos de doenças degenerativas como o Alzheimer. A música é capaz de estimular partes do cérebro que estavam adormecidas e que não eram utilizadas há muito tempo, sendo muito eficaz para diversos tipos

de demência. **Melhora no quadro clínico de câncer** - A musicoterapia já foi comprovada como um elemento que pode diminuir os efeitos da dor, da ansiedade e da fadiga, o que pode colaborar muito para pacientes com casos de câncer. Pessoas que fazem tratamentos dolorosos, se o fazem com acompanhamento musical, podem sentir menos dor. Além disso, a música melhora o quadro psicológico dos pacientes, tornando a recuperação mais provável. Estudos mostram que a musicoterapia é capaz de diminuir, em longo prazo, a quantidade de medicamentos necessários para os pacientes com câncer. **Doenças cardíacas** - Em um estudo publicado pelo Cochrane Library, a música melhora a frequência cardíaca e respiratória, pode reduzir a pressão sanguínea e diminuir os níveis de estresse. Além disso, ela pode melhorar o quadro de Doença Arterial Coronária. **Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT)** – Estudos recentes indicam que a musicoterapia tem efeito no tratamento de vítimas de traumas que desenvolveram o quadro de TEPT. Esse é um avanço recente, que propõe um caminho para melhora de um quadro que antes era visto como irreversível. **Autismo** – Estudos que observam o estudo da música no cérebro apontam que as mesmas partes da comunicação do cérebro são ativadas com estímulo musical. As pessoas que possuem o Transtorno do Espectro Autista possuem enorme dificuldade de se comunicar, e a musicoterapia pode desenvolver e melhorar este quadro” (GUIA DA CARREIRA, 2023).

Cabe acrescentar que a musicoterapia tem apresentado excelentes resultados quanto à recuperação de pessoas que tiveram quadro de derrames, contribuindo para a reabilitação da comunicação, no tratamento da amnésia, visto que exercita a memória, no tratamento de problemas do sono, pois a música atua como relaxante e contribui para a higienização do sono. Assim, a musicoterapia tem auxiliado diversas pessoas, tanto individualmente como em grupos, e, dessa forma, vem comprovar que a ciência evolui constantemente, apresentando sempre novas formas de oferecer tratamentos úteis para as pessoas necessitadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presença da música no cotidiano das pessoas é inquestionável, e isto é algo que remonta aos primórdios da raça humana, de maneira exclusiva entre os habitantes do planeta, pois apenas o cérebro humano é capacitado para esta finalidade. A estrutura e funcionamento do cérebro humano são plenamente adaptados para receberem os estímulos sonoros que serão convertidos em música. E, no contexto infantil, percebe-se que a criança já se identifica com o contexto musical desde muito pequena, pois no seu

círculo familiar ela ouve cantigas de ninar e músicas infantis bastante apropriadas ao seu momento de vida.

Dessa forma, a criança vai se identificando com o universo musical desde muito cedo. No seu ambiente familiar ela já ouve as cantigas de ninar e as músicas infantis que são bastante próprias do seu momento de vida, e à medida que ela vai se desenvolvendo, a música passando a fazer parte da sua vida, cantando, dançando, batendo em objetos, enfim, as expressões da criança relacionadas à música são imensas. Essa relação natural e especial da criança com a música é algo que a escola deve aproveitar ao máximo, explorando atividades lúdicas que contenham elementos musicais, e, dessa forma, a criança assimilará os conteúdos propostos de maneira prazerosa. Estas práticas não apenas facilitam a aprendizagem, mas fortalecem outros componentes importantes como concentração, memorização, desenvolvimento psicomotor e cognitivo e participação coletiva.

As práticas de musicalização, que possuem uma enorme carga pedagógica, devem permear o espaço escolar na Educação Infantil, pois as crianças se envolvem no universo da música com muita facilidade, e aprendem, durante essas práticas musicais, noções de Matemática, Gramática, Ciências, História e Geografia, enfim, todas as matérias podem ser trabalhadas por meio da música, em qualquer idade. A musicalização na Educação Infantil pode, ainda, influenciar a criança a desejar se envolver mais intensamente com determinados aspectos da música, como tocar instrumentos ou adquirir o gosto pelo canto.

A importância da música para as pessoas é tanta que a musicoterapia tem ganhado espaço nas últimas décadas, formando especialistas capazes de auxiliar no tratamento de pessoas com necessidades físicas, sociais ou emocionais, sempre utilizando a música como recurso principal. Assim, a contribuição que a música oferece às crianças da Educação Infantil é incontestável, auxiliando na formação de indivíduos independentes e participativos na sociedade.

REFERÊNCIAS

D'AMBROSIO, Beatriz S. **Como ensinar matemática hoje? Temas e Debates**. SBEM. Ano II. N2. Brasília. 1989. P. 15-19.

DCE. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica de Matemática**. Curitiba: SEED, 2008.

GARDNER, Howard. **Inteligências Múltiplas: a teoria na prática** 1. ed. Porto Alegre: 2000.

GOMES, M. L. M. **História do Ensino da Matemática: uma introdução**. Belo Horizonte: CAED-UFMG, 2012.

GROSSI, Esther Pillar, **Um Novo Jeito de se Ensinar Matemática**. Fórum social pela aprendizagem. Porto Alegre. 2006

MORENO, M. org. **La pedagogia operatória**. Barcelona: Editorial Laia, 1983.

OLIVEIRA, Vera Barros. **O Brincar e a Criança do Nascimento aos Seis Anos**. Petrópolis: Vozes. 1997.

OLIVEIRA, J. S. B.; ALVES, A. X.; NEVES, S. S. M. **História da Matemática: contribuições e descobertas para o ensino-aprendizagem de matemática**. Belém: SBEM, 2008.

RODRIGUES, L. L. A **Matemática ensinada na escola e a sua relação com o cotidiano**. Brasília: UCB, 2005.

SMOLE, K. C. S.; CÂNDIDO, P. T.; STANCANELLI, R. **Matemática e literatura infantil**. 2. Ed. Belo Horizonte: Lê, 1997.

SMOLE, K. C. S. & DINIZ, M. I. **Ler, escrever e resolver problemas: habilidades básicas para aprender Matemática**. Porto Alegre, Artmed, 2001.

O OFÍCIO DO ALUNO, A RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO E A FUNÇÃO DA ESCOLA



Ana Cristina Moraes José

Formada e em Pedagogia e Psicologia, com Pós-graduação em Psicopedagogia; Mídias na Educação; LIBRAS; Educação Especial com ênfase em Deficiência Auditiva; Educação Empreendedora; Gestão de Conflitos e Neurociência da Educação.



Suélen Andressa de Meira Ribeiro Andrade

Formada e em Pedagogia e Farmácia com Pós-graduação em Educação Especial e Inclusiva; Aperfeiçoamento; Transtorno do Espectro Autista (TEA); Criatividade na Educação Infantil e Inteligência Emocional em Ambiente Escolar



Kimberlyn Gabriela Cunha

Formada e em Pedagogia e em Recursos Humanos, com Pós-graduação em Ludopedagogia nos Anos Iniciais.

RESUMO

A relação pedagógica entre professores e alunos é crucial no ambiente escolar, podendo impactar positivamente, como no caso das "Aulas Práticas" de um colégio particular, em Itapetininga, ou negativamente, como evidenciado pelos episódios de desrespeito e violência em Belo Horizonte. Apesar das diretrizes pedagógicas muitas vezes não refletirem a realidade, os educadores devem atuar como mediadores do conhecimento, criando um ambiente favorável ao aprendizado e à disciplina dos alunos, visando formar bons cidadãos.

Palavras-chave: Relação Pedagógica; Impacto na Educação; Mediadores de Conhecimento; Formação de Cidadãos.

INTRODUÇÃO

Apesar de avanços significativos, o sistema educacional brasileiro apresenta diversos assuntos desafiadores a serem discutidos em seu sistema de ensino. Questões como o ofício do aluno, a relação pedagógica entre professores e alunos, a disciplina e a indisciplina em ambiente escolar, ainda são objetos de preocupação de educadores e profissionais da área educativa, o debate promove a incerteza dos resultados e do crescimento do desenvolvimento educacional já que estes temas podem interferir tanto positivamente na vida escolar – como no caso em que a aprendizagem vai além do ensino tradicional e torna-se uma aprendizagem prática, eficaz e disciplinada – como negativamente dentro do ambiente pedagógico – como na situação onde se encontra um grande quadro de professores frequentemente agredidos por alunos indisciplinados, o que acaba por gerar não apenas insatisfação como também defasagem na qualidade de ensino, desistência de profissionais da área e conseqüentemente resulta na diminuição da procura de novos profissionais na carreira pedagógica. Nesta circunstância, pode-se dizer que mais do que problemas de aspectos burocráticos, a educação enfrenta obstáculos de âmbito comportamentais que vão impactar diretamente na aprendizagem, desenvoltura e ofício dos alunos.

O OFÍCIO DO ALUNO, A RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO E A FUNÇÃO DA ESCOLA

Bem se sabe que o Brasil se trata de um país construído com bases de desigualdade social e má distribuição de recursos e rendas, entretanto, no que se refere à educação, é necessário que se faça uma breve análise sobre um levantamento feito pelo IBGE- instituto brasileiro de geografia e estatística, em 2022, em que os dados apontam que por maior que seja o interesse do sistema educacional em tornar o conhecimento acessível a todos, existem barreiras difíceis de serem superadas, um grande exemplo é a evasão escolar por conta de muitos fatores resultantes da desigualdade social (necessidade de trabalho braçal no contraturno escolar e a falta de alimentação adequada

e de saneamento básico) são esses alguns dos fatores que quando negados ou inexistentes não dignifica o cotidiano do indivíduo a fim de que o seu desempenho escolar obtenha grande êxito ,já de que de maneira resumida, tornar acessível o conhecimento para quem está com pensamentos lotados de preocupações exteriores à escola, torna-se uma tarefa um tanto quanto dificultosa.

Ainda sobre os dados apontados pelo IBGE em 2022, 9,6 milhões de pessoas representavam a taxa de analfabetismo no Brasil, sendo em sua maior parte , pessoas pertencentes à um grupo populacional com idade superior à 15 anos, sendo que quanto maior a idade , maior a proporção de analfabetos por grupo (como por exemplo na população de pessoas com 60 anos ou mais), ainda que esse seja um dado que conduza à uma questão: pessoas mais velhas tendem à ocupar maior espaço nas taxas de analfabetos, o fato é que, um dos principais desafios encontrados hoje no sistema de ensino é a realidade de que muitas pessoas concluem o ensino regular, entretanto, sabem o básico apenas para a sobrevivência e não conseguem uma colocação e a tão sonhada mudança de vida que o estudo visa promover. Isso se dá não apenas à defasagem de profissionais, ou a falta de infraestrutura nas escolas brasileiras, na realidade, o Brasil que deseja promover conteúdos acessíveis aos alunos, deveria questionar-se se o aluno em questão deseja ser ensinado de forma eficiente, a questão que permeia debates e conversas entre pedagogos e equipe escolar é: o que está errado é a ineficiência da didática dos profissionais e/ ou dos conteúdos ou seria a falta de interesse de muitos alunos em dar à escola e ao profissional de ensino o verdadeiro valor que ambos precisam obter?

Em linhas gerais, pode-se dizer que a relação pedagógica não resume apenas ao ambiente escolar no sentido de que cada aluno sendo um sujeito histórico de direitos e princípios, traz consigo uma linha do tempo marcada por comportamentos aceitos e/ou repreendidos, seja na primeira infância ou na idade atual em que se encontra, fato é que todos esses comportamentos trabalhados ou não pelos responsáveis pelo educar, reflete diretamente nas atitudes trazidas para a sala de aula. Trata-se de uma relação interpessoal – que envolve a interação dos alunos (com todas as suas bagagens comportamentais) e dos professores que por sua vez, também possuem conceitos, padrões de comportamentos já pré-concebidos como adequados ou não, uma vez que além de já terem um maior tempo de vivência em cidadania, também em grande parte das vezes por serem mais velhos em idade, contaram com uma educação mais firme e direcionada no sentido de valorização da conduta disciplinar. Em outras palavras, é possível dizer que a relação pedagógica é o campo de ação do docente, onde não basta

ao professor que ele apenas domine determinado assunto, mas que ele também atue de modo com que seus alunos aprendam e desejem aprender este assunto, que o respeitem enquanto profissional e que reconheçam a importância dos conteúdos ali passados como algo de benefício individual e duradouro.

Geralmente a sala de aula é o espaço onde essas relações pedagógicas acontecem, já que nesse ambiente ocorre o encontro vários conhecimentos, diversas experiências e pontos de vista diferentes, o que de maneira generalizada deveria ser algo contornável e até favorável uma vez que sendo a escola um preparatório para a convivência em sociedade, o aluno devesse se adequar às divergentes opiniões já que em sua vida adulta terá inúmeros casos de discordância e portanto, seria essa a fase para aprender a lidar e definir uma tratativa. Entretanto, o reflexo da sociedade atual exemplifica inúmeras situações descabidas de respeito e tolerância na resolução de problemas, casos em que indivíduos totalmente despreparados agem e reagem de forma a defender apenas o seu modo de pensar como uma verdade absoluta. Nesse cenário, o papel do professor é reconhecer que no grupo existente dentro da sala de aula existem diferentes pessoas com pensamentos opostos, acordados, céticos e afins, e dentro desse contexto criam-se vínculos que podem ser positivos e de ordem satisfatória para o clima escolar, o que resulta numa classe disciplinada e faz com que os alunos cumpram seu ofício de forma prazerosa e eficiente, por ofício entende-se a premissa de função do aluno dentro de uma escola, a este não basta apenas que aprenda ou demonstre aprendizado, a escola possui regras como num jogo e ao aluno cabe seguir o jogo, trabalhar a aceitação e se permitir o desenvolvimento de suas próprias competências; doutro ponto, os vínculos negativos conduzem a rotina escolar à uma classe indisciplinada em relação ao conhecimento, fadada às conclusões de insucesso, o que ocasionará na má execução do ofício desses alunos.

O contexto de disciplinaridade se faz necessária não apenas por padronização de condutas e ações reguladas, o crescimento populacional por vezes desenfreado e em discrepância com as ofertas de vagas dispostas pelo sistema educacional acaba por resultar num regime de estudos de baixa qualidade no que se associa à possibilidade de um olhar individualizado por parte do educador, uma vez que com uma sala extremamente sobrecarregada, o mínimo que se pode esperar é um ambiente qualitativo e respeitoso, com silêncio na hora exata, diálogo regido por liberdade de expressão e também respeito mútuo, não se é possível promover ensino de qualidade sem a imposição de regras, não nesse cenário.

O sistema de ensino próspero porém, utópico, seria aquele cuja conduta dos indivíduos não precisasse ser podada, mas o que se percebe é que desde sua primeira infância o ser humano é condicionado à imposição de ordens para o acato e seguimento de regras e limites, não há como descredibilizar totalmente a imposição da disciplina no sistema escolar, se numa sociedade posterior, desde a ida ao supermercado (filas, caixas, locais exatos para a guarda de mercadorias, carrinhos, cestas e afins...), até a educação no trânsito (semáforo, ultrapassagem, faixa de pedestres) o indivíduo precisará ser direcionado constantemente por comandos, ainda que implícitos.

No que se refere à relação professor-aluno, ambos os lados possuem papéis centrais no cotidiano educacional, já que impactam positivamente ou negativamente em muitas das atividades desenvolvidas em ambientes pedagógicos, atividades que vão desde aprendizagens de conteúdos pertencentes à grade curricular comum obrigatória do sistema de ensino, como também à vivências e trocas que seriam possíveis e necessárias mas que por má conduta e/ou desrespeito durante a execução das aulas ou insucessos nas relações escolares, acabam por não ocorrerem; Situações hipotéticas que exemplificam essa importância da troca entre educador/aluno e colegas são as promoções de debates políticos instigadas desde o ensino médio, a criação de chapas em referências a “ partidos “ levantam a necessidade de defesa dos ideais e compreensão de que existem outras pessoas, outras ideias e que a importância de uma causa, não anula a de outra. Em síntese, é dessa relação que resultam vínculos duradouros, olhares benéficos e decisivos para que o aluno decida a sua posição frente ao ano letivo em que esteja inserido, por outro lado, se essa relação não se der de forma positiva, sendo um desses ruídos o mau comportamento, a convivência pode tornar-se aversiva e transformar o ambiente escolar num cenário negativo não apenas para o professor, mas também para o aluno e sua família.

Neste contexto, é possível citar como exemplo de impacto positivo a iniciativa “Aulas Práticas” de um colégio particular, na cidade de Itapetininga, interior de São Paulo. Em suma, trata-se de aulas práticas que ocorrem no final de cada bimestre, onde o conteúdo é cuidadosamente desenvolvido e planejado pelos professores de cada uma das disciplinas, visando tratar de forma atípica assuntos mais complexos já estudados durante o bimestre. O objetivo dessa iniciativa é fixar o conhecimento que o aluno aprendeu em sala de aula e converter o aluno passivo até então em um agente ativo de sua própria aprendizagem. Todo esse empenho resulta em uma escola mais participativa, onde o aluno desempenha seu ofício de maneira mais eficiente e mais disciplinada.

Por outro lado, é possível citar como exemplo de impacto negativo a grande quantidade de ocorrências registradas onde os professores são vítimas de desrespeito e violência em ambiente escolar, os noticiários, as conversas e as conclusões que por vezes baseiam-se em senso comum, exemplificam a emergência da questão, entretanto, para que não se atenha apenas à dados infundados, um breve relato ocorrido na cidade de Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, revela que 29 professores foram vítimas em ocorrências em escolas, de modo que além do compromisso e anseio de ensinar, a luta também é pela sobrevivência e vitória ante à criminalidade espalhada dentre os jovens. Infelizmente são cada vez mais frequentes os episódios de desrespeito, agressões – tanto verbais como físicas – e violência aos professores.

O Brasil que ainda segue em recuperação da pandemia de COVID-19 (pandemia do corona vírus que espalhou óbitos, dor e muito sofrimento, modificando para sempre o conceito de “normalidade”), mesmo frente a esse cenário de recuperação e luta para se reerguer, o sistema público educacional voltara à sua rotina “normal” de frequência às aulas (antes os educadores aplicavam as aulas por meio de conteúdo online e vídeo chamadas). Esse triste momento foi um fator divisor de águas para a realidade do cenário escolar atual, se outrora a questão da importância da disciplina era enfatizada, posteriormente à pandemia, os alunos perderam a habilidade de adequação ao “jogo escolar” e seguem-se até hoje os esforços dos profissionais educadores para restaurar tais habilidades e tornar a escola um ambiente de liberdade e respeito, esforço e recompensa, ensino e aprendizagem, etc. Este triste quadro pode ser motivado por fatores externos à escola como os aspectos sociais, o desemprego e a desigualdade social, mas problemas intraescolares como o desinteresse escolar do aluno, a indisciplina e as condições desfavoráveis para que o aluno exerça o seu ofício também contribuem para a formação deste universo.

Como lembra Sacristán (2005), a função da escola é amparar, auxiliar, educar, supervisionar e ensinar grupos de alunos. Entretanto, por apresentar-se historicamente em ambientes fechados e abrigar um volumoso grupo de pessoas, essa instituição viu a necessidade de criar regras e normas a serem cumpridas, a fim de garantir o controle e a disciplina dentro da instituição de ensino. Logo, originou-se um modelo de ensino rigoroso e autoritário, que não é conivente com a metodologia de ensino nos dias de hoje. Porém, mesmo sendo progressivamente revertido com o passar dos anos, esta característica arbitrária ainda que sutilmente, mostra-se presente na cultura das escolas modernas.

Segundo Inforsato (2011), as diretrizes pedagógicas instauradas nas instituições nem sempre condizem com a realidade vivida no cotidiano. Este quadro faz com que as

escolas – que têm papel de preparar e zelar pelo desenvolvimento acadêmico de seus alunos – acabem por transformar o ofício de seus alunos – que é de trabalhar em tarefas e atividades, ser monitorado, conduzido e analisado pelos seus professores, além de honrar com suas obrigações e usufruir de seus direitos em algo monótono e muitas vezes desagradável, devido ao excesso de controle e rigor exercidos sobre os estudantes.

Contudo, é preciso que o professor tenha compreensão de quão fundamental é o seu papel nas escolas. Mais do que ensinar, o educador deve atuar como mediador do conhecimento, prezando pela expansão do aprendizado e considerando que todos os indivíduos possuem conhecimentos prévios e anteriores à escola, uma vez que se entenda isso é possível compreender a escola como um ambiente de continuidade e crescimento, e não como um ponto de partida, inovando e criando uma relação pedagógica favorável em ambiente escolar, já que essa por sua vez, será colaboradora para que o aluno cumpra o seu ofício de forma disciplinada e eficiente e para que a escola conseqüentemente concretize o seu objetivo de preparar e formar bons cidadãos e seres humanos eficientes no respeito ao próximo, às leis e regras de civilidade e com sabedoria para reconhecer seus potenciais de formação acadêmica, profissional e social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, a relação pedagógica entre professores e alunos é o epicentro do processo educacional, dali partem os benefícios vinculativos, os sucessos e os insucessos do desempenho escolar; deste modo, pode se dizer que essa relação atua influenciando diretamente na qualidade da aprendizagem e no ambiente escolar como um todo, atingindo não apenas os envolvidos diretamente (professor, aluno, equipe pedagógica, etc.), como também os que convivem e se inter-relacionam com os agentes dessa relação(pais dos alunos, familiares e responsáveis... pais dos professores, familiares e cônjuges) e acabam por sofrer conseqüências quando essa relação não alcança o devido êxito, como nos casos em que se é necessária a procura de apoio profissional especializado para a resolução de problemas de ordem emocional resultantes do desgaste do cotidiano de uma sala de aula cujo o desrespeito e a falta de seriedade na compreensão dos limites entre direitos e deveres de ambas as partes na execução dos papéis . Através de exemplos tanto positivos quanto negativos, fica evidente que essa interação não se limita apenas à transmissão de conhecimento, mas também engloba aspectos comportamentais, emocionais e sociais.

Através de iniciativas como as aulas práticas, é possível perceber como um ambiente de aprendizagem dinâmico e participativo pode potencializar o desenvolvimento dos alunos, o que conduz os olhares para uma importantes questão: a inovação dos métodos de ensino poderiam ser muito mais flexibilizadas se nas salas de aula houvesse mais respeito e anseio pelo conhecimento, possibilitando um ambiente mais propício para a expansão da criatividade e transformando os alunos em agentes ativos de sua própria formação, sendo o professor o mediador do conhecimento.

Por outro lado, casos de desrespeito e violência contra professores ressaltam a importância de abordar não apenas o conteúdo curricular, mas também aspectos relacionados à convivência e respeito mútuo, nesse sentido, são necessários que se destaque a indispensável existência e participação de uma estrutura familiar na vida do aluno, e que essa esteja sempre disponível a trabalhar juntamente com o educador e a escola no propósito de proporcionar crescimento para o aluno, respeito e disciplina no tratar das relações de reciprocidade e convivência.

É imperativo que os educadores atuem não apenas como detentores de conhecimento, mas como facilitadores do processo de aprendizagem, criando um ambiente acolhedor e estimulante para seus alunos, demonstrando a valorização e importância da relação escola e família para que em ambas as relações os resultados alcançados sejam sempre os melhores possíveis. Dessa forma, a escola pode cumprir sua missão de formar não apenas bons profissionais, mas também cidadãos conscientes e éticos, contribuindo para uma sociedade mais justa e equitativa.

REFERÊNCIAS

EDUCA IBGE, **CONHEÇA o Brasil- população EDUCAÇÃO: IBGE Educa Jovens, 2º Trimestre de 2022**. Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18317-ducacao.html#:~:text=No%20Brasil%2C%2053%2C%25,%2C2%25%20no%20mesmo%20ano.>>. Acesso em: 01 dez 2023.

JORNAL ESTADO DE MINAS. **De janeiro a agosto, 29 professores foram vítimas em ocorrências registradas em escolas de BH**. Belo Horizonte, 15 out. 2018. Disponível em: <<https://www.em.com.br>>. Acesso em: 05 dez. 2023.

JORNAL G1. **Aulas práticas na escola: Como ir além do ensino tradicional**. Disponível em: <<https://g1.globo.com>>. Acesso em: 05 dez. 2023.

INFORSATO, E. C. **O ofício de aluno**. In: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Prograd. **Caderno de Formação: formação de professores didática geral**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011, p.59-65, v. 9.

SACRISTÁN, J. G. **O aluno como invenção**. Porto Alegre: Artemed, 2005.

JOGOS E BRINCADEIRAS



Cibele Tavante Teotônio de Ataíde

Formada e em Pedagogia e Educação Física, com Pós-graduação em Psicopedagogia; Educação Especial, Alfabetização e Letramento e Alfabetização Matemática.



Fernanda Teles de Ataíde dos Santos

Formada e em Pedagogia, com Pós-graduação em Psicopedagogia; Educação Especial, Alfabetização e Letramento e Alfabetização Matemática.



Marcela Rodrigues Ramos Araújo

Formada e em Pedagogia, com Pós-graduação em Educação em Tempo Integral; Educação Infantil; Pedagogia Sistemica; Ludopedagogia e Desenvolvimento Psicomotor e Alfabetização e Letramento.

RESUMO

O presente trabalho visa abordar a importância do Resgate de jogos e brincadeiras no processo do desenvolvimento da criança, pois, elas estão inseridas em realidades diferentes umas das outras, no qual cada família traz consigo uma cultura, religião ou costume distinto uns dos outros, e deve-se ressaltar a importância que essa carga cultural tem nas brincadeiras, pois no momento do há uma troca entre elas, o que torna a brincadeira universal. Ao resgatar as brincadeiras e jogos a criança usa para expressar – se, ainda tem o brinquedo que vem como um auxílio, caso o meio ao qual ela está inserida não for um ambiente agradável. Com o brinquedo a criança pode trabalhar seus sentimentos e usá-lo como uma válvula de escape. A escola deve ter um espaço

apropriado para o momento de brincadeiras e jogos, até mesmo como um momento de lazer entre eles, no qual poderá auxiliar a criança trabalhar sua imaginação, sua autonomia começando pela escolha de seus brinquedos, conviverá diferentes colegas, podendo assim dividir experiência entre si, no qual haverá pessoas específicas para avaliar seu comportamento, para extrair todos os sentimentos guardados, sem que a criança se faça perceber. Essa pesquisa foi fundamentada a partir de pesquisa bibliográfica, onde foram realizadas leituras e análise de livros, artigos, revistas e sites, que abordam esse tema.

Palavras-chave: Jogos; Brincadeiras; Lúdico.

INTRODUÇÃO

Os jogos e brincadeiras têm o objetivo de analisar a importância do desenvolvimento da criança, analisar o equilíbrio entre o jogar e brincar. Foi abordado esse tema para ressaltar e observar a importância e os benefícios que os jogos e brincadeiras trazem não somente para crianças, mas também para todos.

Os jogos lúdicos permitem uma situação educativa, cooperativa e interacional, introduzir a didática principalmente nos primeiros anos de ensino básico e fundamental, pode garantir que a criança goste de estudar durante toda a sua vida escolar futura.

A brincadeira se distingue por alguma estruturação e pela utilização de regras de maneira mais sutil. Hoje com a evolução das civilizações das grandes cidades e das mudanças de hábito, o brincar e os jogos sofreram várias mudanças, houve redução de espaço físico, não há segurança para as crianças brincarem, o ritmo da vida moderna diminuiu o tempo para as atividades lúdicas, e as tecnologias desestimulam as brincadeiras e os jogos.

Brincar é uma ferramenta muito poderosa no processo de aprendizagem das crianças, pois amplia a visão de mundo, promovendo a crítica, questionando as regras impostas e as adaptando conforme surgem novos desafios. A criança brinca não só pelo prazer da diversão que o ato proporciona, mas para compreender o mundo a sua volta.

Os jogos não são apenas uma forma de desafogo ou entretenimento para gastar energia das crianças, mas meios que contribuem e enriquecem o desenvolvimento intelectual. É indispensável se ver, que independentemente da idade, a brincadeira pode e deve fazer parte do conhecimento com o ser humano. O brincar evidencia o caráter

emocional em que os jogos se desenvolvem, demonstrando seus interesses pelas relações sociais infantis nos momentos do jogo e seus aspectos relativos à socialização.

A aprendizagem com os jogos e brincadeiras é realizada pela ação e vivência de múltiplas experiências significativas, é fundamental que as crianças se sintam bem, acolhidas, seguras e confiantes, utilizando um espaço para aprender e ampliar as suas relações sociais e afetivas, numa relação saudável e coesa entre criança/criança e adultos/criança, a fim de construir uma imagem positiva sobre si mesma e sobre os outros.

A adoção de estratégias e métodos variados facilita a aprendizagem, tornando-a mais motivadora e interessante, permitindo ir ao encontro de cada criança, sendo a relação afetiva a base de toda a aprendizagem. Alguns brinquedos, jogos e brincadeiras tradicionais entre as crianças brasileiras tem origens surpreendentes. Vem tanto dos povos que deram origem a nossa civilização, como até mesmo do longínquo oriente, atualmente, no mundo cada vez mais urbanizado, industrializado e informatizado, a tendência é que muitas brincadeiras tradicionais percam espaço nas preferências infantis.

Mas de qualquer forma, algumas brincadeiras como a peteca, amarelinha, cama de gato, ciranda e a pipa tem valor inestimável, e o lugar dessas brincadeiras no folclore já está garantido. O ser humano precisa ficar atento a tudo no que se diz respeito às crianças, pois são elas o futuro do mundo.

A IMPORTÂNCIA DOS JOGOS E BRINCADEIRAS

Os jogos e brincadeiras sempre existiram, mas eram explanados de formas diferentes como as que já foram vivenciadas desde a antiguidade os jogos já eram meios de aprendizagem e aproximação entre as crianças e os adultos, pois já existiam competições entre tribos e o papel fundamental era jogar e brincar em grupos, anteriormente com a evolução das civilizações, das grandes cidades e das mudanças de hábitos, o brincar e os jogos sofreram mudanças.

Houve redução de espaço para que as crianças pudessem brincar, não há segurança para brincarem, o ritmo da vida moderna diminuiu o tempo para as atividades lúdicas e as tecnologias, desestimularam as brincadeiras e os jogos. Nas cidades os valores são diferentes das do campo, as cidades parecem um mosaico, como um número grande e incontrolável de indivíduos que correm e se esbarram em todos os cantos, e cada um faz, age e fala como se quer, diferente dos outros que vivem no campo.

Poucos constroem criativamente um espaço para as atividades infantil, dificilmente se vê aquela preocupação com o espaço para as crianças brincarem, isso acabou se tornando algo para se perguntar, será que está sendo correto deixá-los somente em redes sociais, vendo desenhos e jogando em aparelhos como celulares ou computadores? Muitos acabam deixando por falta de tempo em levar as crianças para brincar ou participar de um jogo educativo e sadio.

Por esses e outros motivos isso acaba por deixar a criança sedentária, adquirindo até mesmo problemas de saúde, por isso os jogos e brincadeiras são de grande importância na educação infantil, para que as crianças cheguem na idade adulta com mais vigor e saúde tanto física quanto mental.

As brincadeiras e os jogos começaram no século XIX, a partir de pesquisas evolucionista e desenvolvimentista, que passam a estudar o jogo infantil. O psicólogo norte americano Stanley hall defendia então a ideia de que jogo infantil recapitula toda a história do pensamento humano. Mais adiante o jogo foi enfatizado como um modo de preservação dos costumes infantis.

Desde os primeiros anos de vida, os jogos e a brincadeiras são nossos, mediadores na relação com as coisas do mundo. Do chocalho ao vídeo game, se aprende a relacionar em um mundo de jogos e brincadeiras. Por esse motivo, o jogo tem um papel de destaque na Educação Infantil, pois é à base do desenvolvimento cognitivo e afetivo humano. O jogo possui aspectos fundamentais para a aprendizagem racional e emocional.

Existem muitas teorias sobre o jogo. Acredita-se que eles sejam tão antigos quanto às criaturas do planeta, pois os animais já brincavam entre si, fomentando o lúdico como fator de vínculo e afeto. O homem primitivo já possuía jogos e brincadeiras, o que reitera o lúdico como algo essencial e elementar para o ser humano.

A LUDICIDADE

Com a evolução dos jogos, do brinquedo e do brincar no universo infantil, se encontra fascinantes pesquisadores como: Piaget e Vygotsky. Na releitura desses autores, encontram-se muitos fatores que se aproximam um do outro, e isso, desmitifica a ideia de que se tem de seguir a linha educacional.

Piaget (1976), por exemplo, em seus estudos sobre o pensamento da criança mostra a importância do brincar em vários períodos do desenvolvimento infantil. Segundo ele, a criança inicia a brincadeira por meio do próprio corpo, já que no primeiro ano de vida não consegue representar os objetos externos. Mais tarde, com o aparecimento das

imagens mentais, da função simbólica e da linguagem, a conduta da criança modifica-se; surge o pensamento propriamente dito e o início da compreensão dos signos, possibilitando à criança o jogo simbólico, a imaginação e a imitação, nos quais ela revive prazeres e/ou conflitos elaborando-os, compensando-os e completando a realidade por meio da ficção.

Subsequente, ao domínio da linguagem a criança apresenta um duplo progresso: pode pensar antes de agir e conhecer as regras que organiza uma situação. O brincar nesse nível, baseado na cooperação e na compreensão das regras explícitas, possibilita à criança uma construção progressiva de sua autonomia, socialização e afetividade. Para Piaget (1976) o brincar constitui-se expressão e condição para o desenvolvimento infantil, já que as crianças quando jogam assimilam, acomodam e podem interferir na realidade.

Outro estudioso do brincar é Vygotsky, que trata de um brincar específico: o de “faz- de - conta”. Para ele os desejos não realizáveis podem ser alcançados pelo mundo imaginário, por meio do brinquedo. Além disso, a brincadeira tem a função de transmitir conhecimentos sobre a estrutura social e os tipos de relações valorizadas por uma cultura específica. O brinquedo cria na criança uma nova forma de desejo. Ensina a desejar, relacionando seus desejos e um eu fictício ao seu papel no jogo e nas regras (VYGOTSKY, 1988).

“A ação na esfera imaginativa, numa situação imaginária, a criação de intenções voluntárias e a formação dos planos da vida real e motivações volitivas – tudo aparece no brinquedo, que se constitui, assim, no mais alto nível do desenvolvimento infantil. A criança desenvolve-se, essencialmente, através da atividade do brinquedo” (VYGOTSKY, 1988, p.117).

De acordo com Fantin (2000): Resgatar a história de jogos tradicionais infantis como a expressão da história e da cultura, pode nos mostrar estilos de vida, maneiras de pensar, sentir e falar, sobretudo, maneiras de brincar e interagir. Configurando - se em presença viva de um passado no presente.

O brincar está relacionado à criatividade e, nesse sentido, todo o sujeito precisa de atividade em que possa ser criativo. Observando pessoas de diferentes idades e atividades, percebe-se que sempre estão em busca de realizar algo em que possa criar e isso lhe dá prazer.

Muitas vezes, as crianças encontraram no faz de conta e no brincar o único meio de liberdade para se expressarem e tornarem - se livres em um mundo onde não há

desafios, medos ou cobranças, um mundo que podem escolher a hora de começar e parar com a brincadeira.

Kishimoto (1994), quando é apontado como uma atividade espontânea da criança, ou em grupo. Ela constrói uma ponte entre a fantasia e a realidade, o que leva a lidar com complexas dificuldades psicológicas, com a vivência de papéis e situações não bem compreendidas e aceitas no seu universo infantil. A brincadeira na infância leva a criança a solucionar conflitos por meio de imitação, ampliando suas possibilidades linguísticas, psicomotoras, afetivas, sociais e cognitivas.

Segundo Kishimoto (2011), o brinquedo que possui uma situação imaginária também pode obter regras. O que será de grande valia para a formação social da criança, proporcionando para a criança o convívio com regras, sejam estas regras já existentes no brinquedo ou jogo, ou regras criadas pelas próprias crianças, como se a cada brincadeira a criança fosse descobrindo uma nova regra e um novo meio de resolver - lá conforme a criança vai amadurecendo, essas regras que antes estavam ocultas tornando - se cada vez mais claras em seus significados o que faz a criança a executá-las.

JOGOS E BRINCADEIRAS COMO FERRAMENTA NA APRENDIZAGEM

A brincadeira infantil possibilita à criança a imitação de diferentes papéis, comumente de seu cotidiano, ação que facilita a expressão de sentimentos e relações que estabelece com as pessoas do seu meio. A imitação também é um elemento que garante à criança experimentar atitudes que, se fossem realizadas de forma verdadeira, muitas vezes poderiam coloca - lá em situação de risco, como nas brincadeiras de cozinha, dirigir, consertar móveis e aparelhos eletrônicos. Quando brinca do faz de conta, a criança age e enfrenta desafios, organiza o pensamento e elaboram suas regras, o que facilita a transposição do mundo adulto para o seu universo.

O brincar permite à criança um espaço para a resolução de problemas que as rodeiam, conduz a relacionamentos grupais, facilita o crescimento, podendo ser uma forma de comunicação consigo mesmo e com os outros. O brincar é mais que um divertimento. Santos (1999) relata que brincando a criança ordena o mundo à sua volta assimilando experiências e informações, e ainda mais, incorporando comportamentos e valores. É através do brinquedo e do jogo que a criança consegue reproduzir e recriar o meio a sua volta.

Kishimoto (2011) coloca o brinquedo como um pedaço de cultura colocado ao alcance da criança, como um parceiro para a criança na hora de sua brincadeira, como se

o brinquedo trouxesse em si diferentes características e utilidade, remetendo seu formato, modelo ou marca ao país de origem. O que irá transmitir vestígios de diferentes culturas para a criança. O brinquedo contribui para que a criança, inconscientemente, viva em sua mente em diferentes espaços de tempo como, futuro, passado, e presente. Como ainda não há um entendimento completo de noção espacial por uma criança pequena, ela desenvolve isso de forma inconsciente. Segundo Kishimoto (2002):

“[...] o brincar da criança não está somente ancorado no presente, mas também tenta resolver problemas do passado, ao mesmo tempo em que se projeta para o futuro. A menina que brinca com bonecas antecipa sua possível maternidade e tenta enfrentar as pressões emocionais do presente. Brincar de boneca permite-lhe representar seus sentimentos ambivalentes, como o amor pela mãe e os ciúmes do irmãozinho que recebe os cuidados maternos. Brincar com bonecas numa infinidade de formas está intimamente ligado à relação da menina com a mãe” (BETTELHEIM apud KISHIMOTO, 2002, p.69).

A brincadeira é um elemento que aparece inicialmente á a imaginação, a ação livre e espontânea, a presença da representação de seu cotidiano. A criança expressa às relações culturais, afetivas e sociais nas qual envolvida, vivencia e troca de papéis e posições e, neste sentido, faz acordos em uma tentativa de organização a ação lúdica.

Kishimoto (2008) define o brinquedo como um termo indispensável para compreender esse campo. Deferindo o jogo, o brinquedo supõe uma relação íntima com a criança, a qual o sistema de regras para sua utilização.

Uma boneca permite a várias formas de brincadeiras, desde a manipulação até a realização de brincadeiras como mamãe e filhinha. O brinquedo estimula a reapresentação, a expressão de imagens que evocam aspecto a realidade. Ao contrário, jogos como xadrez e de construção exigem o desempenho de certas habilidades definidas por uma estrutura preexistente nos próprios objetos de suas regras.

Para Piaget os jogos de regra começam a aparecer aos quatro anos de idade e nunca mais desaparece. O autor distingue dois tipos em relação ás regras: as transmitidas e as espontâneas. As regras transmitidas se referem aos jogos institucionais que se impõe por influência das gerações anteriores. Já as regras espontâneas se referem aos jogos de natureza contratual e momentânea. Piaget afirma que os jogos de regras envolvem combinações sensório-motoras (corridas, lançamento de bolinhas de gude) ou intelectuais (cartas, dama, xadrez, cubo mágico) de competência dos indivíduos e regulados por um código transmitido de geração em geração, ou por acordos improvisados.

A construção de jogos é um elemento importante para a abstração do mundo real e nesse sentido é necessário considerar que a fala e a ação da criança, que muitas vezes expressa complicadas relações de cotidiano. Dessa forma, enquanto constrói, a criança possibilita ao educador perceber suas representações mentais, o que se refere ao seu mundo exterior e interior.

O jogo proporciona muitos benefícios à criança em relação ao seu desenvolvimento, sendo uma experiência fundamental e terapia imprescindível para a estimulação e reeducação de suas habilidades concretas. Além disso, possibilita ao educador a aplicação de técnicas de comunicação social, que auxiliam a criança no desenvolvimento de habilidades e competências para interagir e comunicar-se melhor.

Nos tempos atuais as propostas da educação Infantil dividem – se entre as que reproduzem a escola elementar com ênfase na alfabetização e números (escolarização) e as que introduzem a brincadeiras valorizando a socialização e a recriação de experiências.

Na Educação estas discussões sempre estiveram ligadas às atividades lúdicas, fundamentais na formação de jovens e crianças e verdadeiramente facilitadoras dos relacionamentos e das vivências dentro da sala de aula. Atividades com jogos e brincadeiras sempre são aquelas que promovem a imaginação e, principalmente a transformações e interações nas atividades.

Com isso, a brincadeira educativa aborda a integração das áreas de desenvolvimento e aprendizagem, o que se acredita ser importante para o futuro educador saber. Mesmo quando o professor organiza seus objetivos priorizando uma determinada área de desenvolvimento a ser estimulado, ele deve observar que outras áreas estão interligadas; nesse sentido, atingir os objetivos propostos significa observar as crianças em sua totalidade.

A brincadeira tem uma importância fundamental para as crianças, assim esse brincar não deve ser deixado de lado num contexto escolar é importante que haja um olhar atento do professor e de como esse professor fará a mediação para que possibilite para a criança um brincar de qualidade e ao mesmo tempo em que a criança se sintá á vontade com os objetos, com o ambiente que deve ser preparado justamente para ela, porque quando o brincar é de qualidade será também refletido no desenvolvimento cognitivo, motor e social da criança o que interessa muito para o professor. De acordo com Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil (RCNEI, 1998):

“[...] o professor deve preparar brincadeiras com situações diferenciadas para que as crianças tenham capacidade de

escolher papéis, objetos, companheiros para brincar, e que elas possam expressar seus sentimentos, emoções, entendimento e a própria regra no ato do brincar. É preciso que o professor tenha consciência que na brincadeira as crianças recriam e estabilizam aquilo que sabem sobre as mais diversas esferas do conhecimento, em uma atividade espontânea e imaginativa [...]” (RCNEI, 1998, p. 29).

Em relação a aprendizagem, é importante destacar que a criança, ao participar do jogo deve ser estimulada pelo educador, bem como ter suas iniciativas valorizadas. Para poder envolver – se e gostar do jogo, a criança precisa primeiramente, conhece – ló por completo, suas regras e seus limites, para assim poder dele usufruir, experimentando, explorando, manipulando, aprendendo mas também tendo o prazer de nova descoberta e da realização pessoal.

Os PCN (Brasil, 1998) dão destaque com jogo com ferramentas didáticas e evidenciadas que através de sua vivência há uma interação do sujeito com o objetivo, possibilitando a atribuição de significados aos conteúdos por parte da criança. O documento também evidencia que o educador, ao utilizar os jogos como ferramenta, pode desenvolver sua prática pedagógica através de uma multiplicidade de propostas, trabalhando de forma multidisciplinar, com a possibilidade de abordar os temas transversais de modo significativo. Segundo Wajskop (2012, p. 44):

“[...] que a sala onde as crianças passam a maior parte do seu tempo tenha uma configuração visual e especial que facilite o desenvolvimento da imaginação. Os moveis com mesas, bancos, etc., devem ser de fácil manipulação para permitir a reorganização constante do local pelas crianças, e a construção de “casinhas”, “cabanas”, “lojas”, “castelos” etc. é importante ainda garantir um canto com espelhos, maquiagens, roupas e fantasias para que as crianças possam utiliza-las nos períodos de jogos [...]” (WAJSKOP, 2012 p. 44).

Partindo da reflexão de que nem sempre a aprendizagem e o prazer andam juntos, muitas vezes educadores apontam que em relação ao jogo, no contexto escolar, as experiências sobre o lúdico com a recreação, revelam a visão do lúdico apenas como diversão em momentos livres, o que empobrece as possibilidades de intervenção no processo de ensino-aprendizagem das crianças.

Contrariando essa visão, os estudos de Friedman (1996) e Kishimoto (2008, 1997) apontam que, nas brincadeiras, as crianças transformam os conhecimentos que já possuíam em conceitos gerais com os quais brincam. Neste sentido a imitação é um aspecto importante que possibilita a aprendizagem em diferentes situações. Quando imita, a criança organiza o pensamento, utiliza a memória exercita formas de agir. Ela

ressignifica objetivos e emoções, transpondo-os para aprendizagens cognitivas mais elaboradas; exercita a linguagem, adquirindo e ampliando o vocabulário.

Friedman (1996) destaca que o brinquedo na infância proporciona à criança viver a idade do possível, na qual se pode projetar uma imagem de inocência, pois a infância expressa no brinquedo contém o mundo real com seus valores, modos de pensar e agir o imaginário do calor do objeto.

Nesta perspectiva, Kishimoto (2008) esclarece que cabe aos professores refletir sobre a concepção de brincar como lazer sobre a relação entre o adulto e o lúdico. Tal reflexão pode ser aprofundada à medida que o educador for buscando conhecimento sobre a área do lúdico.

O jogo proporciona muitos benefícios à criança em relação ao seu desenvolvimento, sendo uma experiência fundamental e terapia imprescindível para a estimulação e reeducação de suas habilidades concretas. Além disso, possibilita ao educador a aplicação de técnicas de comunicação social, que auxiliam a criança no desenvolvimento de habilidades e competências para interagir e comunicar -se melhor.

De acordo com Fantin (2000), resgatar a história de jogos tradicionais infantis como a expressão da história e da cultura, pode nos mostrar estilos de vida, maneiras de pensar, sentir e falar, sobretudo, maneiras de brincar e interagir. Configurando-se em presença viva de um passado no presente.

Segundo Friedman (1995) assinala a relevância do resgate dos jogos tradicionais considerando que estes fazem parte de nosso patrimônio lúdico. Destaca que o jogo tradicional tem um importante papel de servir como um instrumento para o desenvolvimento das capacidades físicas, motoras, sociais, afetivas, cognitivas e linguísticas nas crianças.

Com a infância, o brincar também se insere no processo de mudanças históricas. Nos dias atuais, a valorização das imagens veiculadas pela televisão, as novas tecnologias e os brinquedos eletrônicos têm gerado um impacto maior de estímulos impostos pela sociedade de consumo, modificando o repertório das brincadeiras infantis. Os brinquedos associados à industrialização e subordinados ao mercado, acabam proporcionando exclusões sociais, já que os mais cobiçados são os mais caros, fora do alcance de classes menos favorecidas.

O brincar com o outro socializa, pois durante a atividade surge a necessidade de se estabelecer regras para organizar as interações. Também o ato de lidar com a linguagem do outro, pensamentos, comportamentos, sentimentos, possibilita que o mesmo tempo a criança identifique as próprias emoções como a alegria, a raiva, a

frustração, o medo e a ansiedade. Nesse sentido, o que aponta sobre o brincar individual e coletivo é que em situação de grupo a criança, o adolescente ou o adulto necessita lidar realmente com a questão que irão conceder a sua formação pessoal.

Nos jogos eletrônicos, o sujeito brinca com a tela e é estimulado nas habilidades cognitivas, com o raciocínio, com a atenção concentração e a memória, bem como habilidade psicomotora, como a coordenação motora, a lateralidade e organização espacial e temporal. Na área afetiva, o indivíduo também necessita lidar com frustração e a alegria. Porém, é uma reflexão individual e egocêntrica, que não estimula a autonomia e a criatividade, a coragem de comunicar-se abertamente e expor seus sentimentos.

De acordo com Oliveira (2000), também faz menção à importância do brincar como condição necessária para o desenvolvimento saudável da criança. Expressa o modo como ela organiza sua realidade além de introduzi-la no universo sócio-histórico - cultural. Conforme Oliveira (2000):

“[...] É brincando que a criança se humaniza aprendendo a conciliar de forma efetiva a afirmação de si mesma à criação de vínculos afetivos duradouros, o lúdico abre caminho e embasa o processo de ensino/aprendizagem favorecendo a construção da reflexão, da autonomia e da criatividade [...]” (OLIVEIRA, 2000 p. 7/8).

Kishimoto (1998) ressalta que o jogo desempenha um papel fundamental na constituição das representações mentais infantis e como isto está vinculado ao desenvolvimento da criança, já que o brincar é um elemento essencial para o equilíbrio emocional.

Mostrando que os jogos são uma grande ferramenta para os professores na forma de ensinar, podendo realizar uma aula com mais dinâmica e descontraída, o professor utiliza os jogos como forma de aprendizagem em sala de aula, pois são através deles que a criança tem a oportunidade de se desenvolver, os jogos se tornam algo com muita influência nas crianças, pois despertam a curiosidade, a linguagem, a concentração e a atenção dos pequenos, por meio das atividades lúdicas, o professor pode estimular a imaginação das crianças, obtendo com que ideias e medos sejam colocados frente a frente quebrando barreiras.

O brinquedo estimula a inteligência pois contribui com que a criança solte a sua imaginação e desenvolva sua criatividade. Ao mesmo tempo, possibilita o exercício de concentração, e da atenção, os jogos proporcionam oportunidades para aperfeiçoar a linguagem da criança. O contato com diferentes situações e objetos estimula a linguagem e o aumento de seu vocabulário. É através da brincadeira que a criança desenvolve o

senso de companheirismo, aprende a perder/ganhar, procura entender regras, tudo com satisfação, brincar contribui para boa saúde física, emocional e intelectual da criança.

Indo ao encontro com o que traz Montessori sobre a utilização de brincadeiras e jogos nos processos pedagógicos que faz despertar o gosto pela vida e leva as crianças a enfrentarem os desafios que surgirem. Assim como, afirma Teixeira (1995) dizendo que o lúdico é prazeroso, pois envolve a criança de forma intensa e total criando um clima de entusiasmo. Percebeu-se através do lúdico a criança interage com o meio, conhecendo-o e manifestando sua criatividade, inteligência, habilidade e imaginação.

Esse aspecto manifestado pela criança durante a brincadeira, além de ser necessário para um bom desenvolvimento, que conduz durante todo seu futuro. Sendo assim, a brincadeira deve ser vivenciada pela criança de melhor maneira possível. O lúdico é muito importante para o desenvolvimento da aprendizagem da criança e precisa de uma atenção especial dos professores, cada criança é única, e traz com si diferentes dificuldades e bagagens. Através do lúdico ela desenvolve conhecimento necessário para uma aprendizagem significativa.

METODOLOGIA

Este trabalho foi desenvolvido por meio de uma pesquisa bibliográfica, para entender a influência do lúdico para a aprendizagem na Educação Infantil. De acordo com a análise dos dados obtidos, várias são as razões que levam os educadores a recorrer às atividades lúdicas e a utilizá-las como um recurso no processo de ensino aprendizagem, tanto para a aprendizagem como para o desenvolvimento cognitivo das crianças.

A partir das bibliografias levantadas foram feitas leituras, no sentido de eleger um referencial teórico que propiciasse uma visão mais qualificada sobre a ludicidade, e como esta interfere no processo de ensino aprendizagem.

Segundo Ruiz (1996, p 58) A revisão literária enquanto pesquisa bibliográfica tem por função justificar os objetivos e contribuir para própria pesquisa. “E a pesquisa bibliográfica consiste no exame desse manancial, para levantamento e análise do que já produziu sobre determinado assunto, que se assumi como tema de pesquisa científica”.

O trabalho busca a realização de uma pesquisa do ponto de vista da sua natureza, que “objetiva produzir conhecimentos novos, úteis para o avanço sem aplicação prática prevista. Envolve verdades e interesses universais” (GIL, 1999 apud SILVA e KARKOTLI, 2011, p. 10).

Tendo como resultado desta pesquisa: o levantamento de dados, através de bibliografias, onde segundo GIL (2002, p.41) “pode-se dizer que estas pesquisas têm

como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições”. No entanto, a pesquisa enfatiza o aprimoramento do assunto estudado, e tem como objetivo buscar respostas na realidade e na aquisição do conhecimento, numa abordagem bibliográfica sob a ótica de vários autores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que a brincadeira e o brinquedo fazem parte da infância, e que toda criança tem direito de brincar, o trabalho apresentado buscou entender a relação do brinquedo e dos jogos na educação infantil.

Compreende-se que o mais importante nas brincadeiras é a satisfação em brincar, e que, favorece a aprendizagem e o desenvolvimento de um modo prazeroso.

Através das contribuições da perspectiva histórico-cultural estudadas nesse trabalho, foi possível compreender que a brincadeira de faz de conta e as demais brincadeiras desenvolvidas pela criança são capazes de produzir efeitos significativos no seu desenvolvimento afetivo, motor, social e cultural.

É evidente que cada criança busca realizar no seu mundo imaginário o que não é possível na realidade, mostrando também seus desejos mediante as elaborações de seus conflitos.

Os brinquedos e objetos utilizados pelas crianças para brincar tornam-se importantes e muitas vezes deixam o sentido real, transformando-se em personagens imaginários capazes de transmitir segurança à brincadeira realizada pela criança. Para ela um objeto pode ser seu super-herói, outro pode ser o inimigo derrotado, pois é na brincadeira que o desenvolvimento cognitivo aparece criando soluções para a situação de maneira confortável.

Na idade pré-escolar a criança, na interação com outras crianças e com a professora, apreende experiências próprias de seu grupo social e vai se constituindo enquanto sujeito singular. Nesse sentido, como afirma Vygotsky (1998) na brincadeira através da aproximação com as situações de vida real, a elaboração do desenvolvimento mental da criança vai se ampliando e se modificando.

Ao imitar um adulto, a criança busca na brincadeira as características do seu personagem e transforma os pequenos objetos em seres que completam o quadro de sua fantasia. É interessante observar a forma de brincar da criança e as imitações que faz com seu mundo real e a organização de sua imaginação.

Nesse sentido, este estudo pretendeu contribuir com o profissional da Educação Infantil, sobre a importância de valorizar as brincadeiras e os jogos para o desenvolvimento da criança. Seguindo a perspectiva teórica de Vygotsky (1998), concluímos que é de extrema relevância que as crianças tenham espaços na escola, em casa, ou em qualquer lugar outro lugar para que proporcionem o desenvolvimento de brincadeiras, pois, ao compreender que é através dos jogos e das brincadeiras que a criança desenvolve sua curiosidade, a atenção, a autonomia, sua capacidade de resolver problemas e todos esses fatores, fazem parte da aprendizagem e são constitutivas do desenvolvimento da subjetividade da criança.

A pesquisa buscou contribuir na área da educação infantil atingindo todos os envolvidos, no contexto escolar, respeitando as fases apresentadas por deus alunos, utilizando como recurso as atividades lúdicas para o melhor desenvolvimento na aprendizagem.

Os jogos e brincadeiras proporcionam aos alunos na fase da educação infantil, um aprendizado melhor, pois, a criança consegue aprender e se divertir ao mesmo tempo, assim, tornando o desenvolvimento dela com mais eficiência.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, M.C, **Jogo, brinquedo e a educação**. Educ. soc. V, 18. PIAGET (1998).

BRASIL. RECNEI - **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**, Brasília: MEC/SEF, 1998.

FANTIN, M. **No mundo da brincadeira: jogo, brincadeira e cultura na Educação Infantil**. Florianópolis: Cidade Futura, 2000.

FRIEDMANN, Adriana. **Brincar: Crescer e aprender** – o resgate do jogo infantil. São Paulo: Moderna, 1996.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Escolarização e brincadeiras na educação infantil**. Disponível em: <http://www.labrinjo.ufc.br/artigos%20e%20texto/artigo-005.pdf>>. Acesso 28 mar. 2024.

_____. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. 14ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Jogos, brinquedo, brincadeiras e a criança**. São Paulo: Ed. Cortez, 1997.

NAVARRO, Mariana Stoeterau; PRODOCIMO, Elaine. **Brincar e mediação na escola**. 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S010132892012000300008>>. Acesso em: 09 mar. 2024.

OLIVEIRA, D.T.R de. **Brinquedos e Brincadeiras Populares no Programa, Lazer da Cidade.** In MARCELINO, N, C.; FERREIRA, M.P.A (org.), Brincar, jogar, viver: Programa de Esporte, Lacerda Cidade. BRASÍLIA.MEC, 2007, v 1, P.127-138.

PIAGET, Jean Paul. **A formação do símbolo na criança: Imitação, jogo e sonho imagem. Imagem e representação.** Tradução de Álvaro Cabral. 3ª ed. Rio de Janeiro, RJ. Livros Técnicos e Científicos Editora S.A. 1990.

_____. **Construção do Real da Criança.** 3ª ed. Editora Ática, 1996.

RAU, M. C. T. D. **A ludicidade na educação: uma atitude pedagógica** Editora Intersaberes, 2016.

RUIZ, A. C Pesquisaqualitativa: **pesquisabibliográfica** [www.portalseer.ufba.br/index.php/geotextos/article /download/.../358...](http://www.portalseer.ufba.br/index.php/geotextos/article/download/.../358...) vol. 6, n. 2, dez. 2010. Rita Jaqueline N. Chiapetti. 2010.

VELASCO, C. G. **Brincar, o despertar psicomotor.** Rio de Janeiro: Sprint, 1996.

VIGOTSKY, L. S. **A Formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes.

_____. **O desenvolvimento psicológico na infância.** Tradução de Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. **A Formação Social da Mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores.** 7ª ed. São Paulo. Editora Martins Fontes LTDA, 2007.

WAJSKOP, G. **Brincar na educação infantil: uma história que se repete.** 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

EDUCAÇÃO ESPECIAL: DESAFIOS DA FORMAÇÃO E DA EDUCAÇÃO EM SALA DE AULA



Kethilin Fernanda da Silva Thomaz

Formada e em Pedagogia, com Pós-graduação em Educação Especial e Inclusiva.



Tayenne Camarço Fernandes

Formada e em Pedagogia, com Pós-graduação em Educação Especial; Atendimento Educacional Especializado e LIBRAS.



Ianara Saua Dutra de Souza Siqueira

Formada e em Pedagogia, com Pós-graduação em Alfabetização e Letramento; Atendimento Educacional Especializado; Práticas de Alfabetização e Intervenção; Ludopedagogia; Pedagogia Sistêmica; Alfabetização Matemática e Neurociência da Educação.

RESUMO

Importa estar atento que, a humanidade vive hoje, um momento significativo de sua história acerca da atenção necessária à Educação Especial. Trata de um tempo marcado por transformações profundas em decorrência da valorização, das relações estabelecidas pelo ser humano, das suas capacidades, bem como suas potencialidades e o desenvolvimento como um todo de seu ser, de sua essência. Nesse contexto, a vida se revela como o cenário crucial para a aquisição de novos conhecimentos e habilidades, isso se torna muito eficaz, sobretudo na produção econômica dos bens naturais, nas relações políticas da vida social e, na construção filosófico-cultural que se processa a

cada momento. É fundamentado nisso que pode-se afirmar que a inclusão social é semelhante a uma via com várias mãos e diversos caminhos, no qual as pessoas ainda excluídas e a sociedade buscam, em parcerias, diminuir problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos. Embora seja importante crer que o pré-requisito para a efetiva inclusão não está apenas nos recursos materiais, mas certamente, um imprescindível e necessário suporte está não só dentro da rede regular de ensino, mas em seus extramuros também, em seus preconceitos que por vezes reforçam a exclusão como no plano político pedagógico, isto é, na filosofia da instituição, muitas vezes há dificuldade em interagir com a sociedade. Além disso, existem desafios a serem superados em relação à necessidade de uma equipe multidisciplinar eficiente, dedicada à elaboração de metodologias e instrumentos pedagógicos adequados tanto para os professores quanto para os educandos.

Palavras-chave: Educação Especial; Formação; Desafios.

INTRODUÇÃO

A escola inclusiva é aquela que proporciona uma educação voltada para o conjunto de forma que todo e qualquer aluno que dela faça parte, independente deste ser ou não um indivíduo com necessidades especiais (a não ser nos casos de comprometimento mais severos), tenha condição de conhecer, aprender, socializar e conviver, num ambiente capaz de estimular o desenvolvimento das suas potencialidades e a formação de uma consciência crítica.

A inclusão não pode significar uma adequação ou normatização, mas sim exigir substancialmente, uma postura capaz de possibilitar um convívio respeitoso das diferenças e não uma subtração ou anulação das mesmas.

Uma instituição de ensino se torna inclusiva quando se torna capaz de atender alunos não apenas enquadrados nos conceitos da “normalidade”, mas também os que necessitam de suporte diferenciado; e isso implica, dentre outras necessidades, a adequação dos espaços físico-arquitetônicos e das acomodações, isto é: as salas de aula, a biblioteca, o pátio, os banheiros, os corredores e outros.

Assim, é necessário que os ambientes sejam adaptados, pensados em função do todo. Professores e pesquisadores não podem deixar de cogitar o quão é difícil ao ser humano experimentar a inclusão em um relacionamento com outra pessoa (dita especial)

e que não goza do “privilégio” de ser considerada “normal” e “perfeita” para os padrões vigentes.

Nos dias de hoje, convivemos predominantemente com forte individualismo em todos os ambientes e com reflexos notórios no seio da escola e da família. Esses comportamentos se revelam, muitas vezes, nos atritos que pontuam a comunicação na relação entre professores/pais/alunos. Junto a isso existem outros desafios como, tornar o processo de aprendizado mais atraente, ter perspicácia e cordialidade, ser autoridade e não fazer uso abusivo da mesma, bem como outros limites relacionados.

Com base nesse contexto, o que se pode deduzir, de imediato, é que a inclusão escolar depende, antes de mais nada, de um reconhecimento humilde por parte da escola e da sociedade, como um todo. Deve-se considerar essencial, a necessidade de se educarem a si como condição para lidar com a diferença, e talvez isso conjuntamente ao processo de elaborarem métodos, técnicas e estratégias de ação.

Quando se reflete sobre a inclusão no ambiente educacional, duas questões tomam destaque:

- saber como o processo está sendo conduzido e
- a preocupação com a fundamentação teórica que lhe dê todo o suporte.

A meta teria que se basear numa perspectiva balanceada onde, de um lado, não se enfatize a segregação do aluno com alguma necessidade especial, distanciando-o, e de outro, não se queira incluí-lo na classe regular, passando por cima de suas demandas específicas e necessidades que devem ser atendidas tanto em relação ao espaço físico, sua adequação, quanto ao atendimento especializado e multidisciplinar.

Assim sendo, o equilíbrio assistiria, em permitir que a criança com necessidades especiais pudesse interagir com os demais, socializarem, trocar experiências e vice-versa, e que ambos aprendessem acerca das diferenças, não para anulá-las, mas para poder usá-las como fonte de contato verdadeiro e de amadurecimento mútuo, do exercício da empatia e assim provocar uma humanização em grau mais elevado ao processo ensino-aprendizagem.

INSTRUMENTOS E PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Segundo a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva,

“Todos têm o direito a aprender e a se desenvolver em qualquer escola, a qual deve respeitar as diferenças, limites e facilidades de cada estudante. Por essa razão, é preciso estruturar as escolas para facilitar que as políticas inclusivas sejam seguidas e caracterizar o papel de cada profissional no processo de inclusão, para assim poder ajudar os alunos com deficiência intelectual a se desenvolverem cada vez mais”. BRASIL (2008).

Com o propósito de garantir a justiça de oportunidade e uma educação de qualidade para todos, foram criadas, várias práticas com a intenção de auxiliar o professor regente a lidar com a inclusão em sala de aula. A formação de professores para a atuação em uma perspectiva inclusiva, nas escolas regulares da rede pública, privada ou em instituições especializadas de ensino, ainda faz se necessário debater amplamente a preparação desses profissionais e do trabalho realizado com estudantes do público alvo da Educação Especial.

A legislação prevê serviços e recursos para organizar o sistema de ensino, podendo destacar o Atendimento Educacional Especializado que é imprescindível.

O AEE é um conjunto de atividades e recursos pedagógicos e de acessibilidade, organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos estudantes público alvo da Educação Especial, matriculados no ensino regular. BRASIL (2013, p.7).

No desenvolvimento da inclusão escolar, existem alguns alunos que necessitam de auxílio e mediação continuamente dentro das salas de aula e nos espaços externos do ambiente escolar também.

De acordo com Pelosi e Nunes (2009), estudantes com deficiências motoras e intelectuais mais graves frequentemente não conseguem se comunicar verbalmente para atender às demandas do professor, não têm autonomia na escrita, por vezes dependem de ajuda para se locomover e cuidar de si mesmos. No entanto, esses mesmos alunos podem aprender, serem encorajados a se comunicar de maneiras alternativas para promover maior acessibilidade.

Como parte importante do processo de aprendizagem e desenvolvimento da pessoa com deficiência, o profissional de EE atua como um agente mediador intervindo nas atividades realizadas para chegar a Zona de Desenvolvimento Proximal, conceito postulado por Vygotsky (1998), assim, exercitando a autonomia à partir de intervenções e adaptações curriculares. Tais intervenções podem ocorrer tanto na adaptação do currículo quanto na mediação social entre a criança com deficiência e o ambiente em que ela se encontra.

No parecer do AEE (Atendimento Educacional Especializado), o profissional especializado poderá utilizar recursos de tal atendimento como forma de intervenção com a finalidade de facilitar e mediar o acesso ao conteúdo de sala, fazer uso de tecnologia assistiva como ampliador benéfico para aprendizagem, esse recurso poderá proporcionar ao aluno um acesso à informação exposta em sala de maneira adaptada.

O PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL É ESSENCIAL EM ESCOLAS

A rede de ensino público do Brasil progrediu muito na questão "acesso", mas ainda existem aspectos que precisam ser melhorados, como a qualidade e investimento na qualificação de professores em educação inclusiva para atender as necessidades dos alunos. Para incorporá-los de verdade em escolas regulares, é necessário desenvolver uma rede de apoio integrada entre o aluno, as famílias, docentes e profissionais da educação em geral, bem como profissionais da área da saúde.

Para que a educação inclusiva seja garantida para a aprendizagem de todos os alunos em escolas regulares, são vários fatores envolvidos. A lei sujeita a matrícula do estudante na sala regular, mas não garante o sucesso de sua escolarização. Isto deve ser garantido pelo sistema de ensino que por sua vez ainda é carente.

Hoje, já existem algumas determinações, como por exemplo, cursos de especialização em Educação Especial, porém, com baixa acessão ainda. A inserção de salas de recursos multifuncionais também já é uma realidade. Nelas, o professor especializado em Educação Especial, encontra meios mais adequados ao atendimento.

O plano pedagógico é obrigatório para todas as escolas. Nele, é necessário que exista um planejamento para a Educação Especial, pensando no público da própria escola, nas características específicas da comunidade, elaborado pela equipe gestora, os professores regulares de ensino e pelo professor de Educação Especial, em conjunto com a família. O ensino em parceria é o caminho. Sem a ligação de todos não há inclusão. A família também é fator essencial.

Todos são capazes de aprender, mas cada um no seu tempo e de uma maneira, e para isso é preciso dedicação e busca por conhecimento. A Educação Especial dá ao docente o conhecimento legal e histórico, além de situar o professor com relação ao trabalho com a variante na sala de aula comum.

As principais necessidades dos alunos, são a compatibilidade do ambiente e do currículo baseado nas características de cada um. É claro que muitas coisas são "padrão", como evitar a demasia de estímulo visual, explicações concretas com o uso de imagens e vídeos, evitar sons muito altos inclusive nos tons de voz, diminuição na quantidade de escrita (muitos deles sofrem excessivamente com a escrita e é preciso oferecer outros meios como a oralidade ou o uso de computadores como alternativa), estimular o diálogo com os colegas, etc.

Cada um tem suas necessidades especiais para aprender e é preciso identificá-las. Para isso, a presença de um professor de Educação Especial é indispensável a fim de se estabelecer um Programa de Escolarização Individualizado (PEI) em conjunto com os professores da sala regular e equipe gestora da escola, para que as suas capacidades sejam trabalhadas. Este deve ser o foco, as potencialidades e/ou as habilidades e não as dificuldades.

Os professores buscarem conhecimento é de extrema importância e, acima de tudo, ouvir o que a família tem a dizer sem que o senso comum atrapalhe esta parceria, afinal, a família conhece muito mais a criança do que qualquer outra pessoa.

O PROFISSIONAL DE E. E. E O PROFESSOR REGENTE: UMA PARCERIA NECESSÁRIA

É de suma importância que os profissionais da educação acreditem nas capacidades e potencialidades de todos os seus alunos, além disso, criar métodos distintos para que todos consigam aprender, independente de suas diferenças e particularidades.

Para Mantoan (2006, p. 48), é indispensável que o professor deseje a progressão de seus alunos e que não haja uma desistência em buscar recursos e meios para auxiliá-los a superar os obstáculos e barreiras.

Porém, muitas vezes o professor regente de sala não consegue sozinho atender a toda essa polarização e precisa de técnicas e profissionais especializados para ajudá-lo neste desafio.

“Escolas de todo o mundo, impulsionadas, sobretudo pela Convenção de Salamanca, tiveram que dar conta de incluir crianças que precisavam de ajuda em classes já existentes, muitas vezes com grande número de alunos e professores, cuja formação não havia se preocupado com esses aspectos. Neste

momento, a opção para muitos foi colocar um profissional especializado na sala de aula. (MOUSINHO, 2010, p. 2).

É importante lembrar que o professor regente, a escola e o profissional de EE devem trabalhar em união, para que suas funções fiquem bem demarcadas e que um possa auxiliar o outro quando necessário.

Segundo Mousinho, et. al., (2010, p. 2), a parceria entre os profissionais de EE e de uma escola que seja capaz de promover o estabelecimento de metas realistas em relação ao desenvolvimento e possibilite avaliar a criança com base em suas próprias conquistas, partindo de suas potencialidades é fundamental para o crescimento e o aprendizado saudável dos alunos. É importante que as crianças sejam incentivadas a progredir de acordo com seu próprio ritmo e capacidades.

Para Vygotsky (1993), há capacidade e potencialidade nas pessoas com deficiência, porém, para desenvolvê-las, é necessário que existam condições materiais e instrumentos adequados para tal. Sendo assim, o autor tece uma crítica à postura dos educadores preocupados em avaliar com ênfase na defasagem no que a criança não consegue fazer, quando o ideal seria um olhar a partir daquilo que ela consegue, de suas potencialidades. Por isso é importante a escola estar estruturada e os profissionais capacitados para conduzir o processo educacional das pessoas com deficiência intelectual, e é justamente nesse contexto que entra a importância da Educação Especial.

“A educação inclusiva, o foco de atenção não recai exclusivamente sobre o meio. Além de buscar os recursos que sejam adequados para as necessidades de cada aluno deficiente, este também precisa ser alvo de intenso empenho para adequar-se às demandas do meio. Ser capaz de funcionar como a maioria das pessoas de sua comunidade, fazendo uso dos recursos comuns, é evidentemente uma meta importante. Tanto cada comunidade necessita adequar-se à presença de pessoas com acentuadas diferenças, que impõem o uso de recursos diferenciados, quanto cada pessoa deficiente, ou não, deve envidar todos os esforços para aproximar-se do modo de vida da maioria da população. Portanto, a inclusão é uma continuação natural dos movimentos anteriores, incorporando os acertos e modificando ou rejeitando os desacertos das experiências anteriores” (IBIDEM, p.28).

Atualmente, uma questão muito destacada nos debates sobre a educação inclusiva é a questão da incorporação de todas as crianças, sem restrição, em classes de ensino comum, desconsiderando a natureza e o grau de comprometimento que tais crianças apresentam. Tal colocação merece uma consideração, pois entre os profissionais que lidam com o público especial sabem que existe um grupo de crianças e jovens com grau de comprometimento elevado. É necessário ponderar que, em casos

específicos, a exemplo da deficiência mental severa e profunda e, mesmo múltipla deficiência em que não se dispõe vastamente de recursos didático-pedagógicos e de tratamento na área da saúde, o aproveitamento em classes comuns é, absolutamente, insatisfatório. Isso porque as urgentes demandas e necessidades desse nicho são outras, devendo os mesmos serem atendidos em outros centros, adequadamente, especializados.

Não obstante, a alegação mais forte em favor das classes comuns é a respeito dos benefícios representados pela oportunidade de convívio social com outras crianças, ainda que aqueles não tenham condições de beneficiar-se da atividade escolar oferecida nessas classes. Seguramente, tal argumento da convivência é de suma importância para as partes envolvidas (crianças sadias e comprometidas) e é algo obviamente verdadeiro, isto é, a questão da convivência é um argumento bastante categórico; todavia, corre-se o risco de desagregar dos mesmos o direito a serviços de alta qualidade, ocultar tanto um atendimento que deve ser qualificado como a busca real de melhorias e soluções cada vez mais adequadas e precisas com apoio dos recursos tecnológicos já disponíveis para esses portadores de deficiências agudas e severas.

Algo que deve ser combatido com veemência, é a inclusão desmedida, mais conhecida como “encaixe” sem considerar as necessidades e possibilidades do novo aluno que chega a uma determinada classe. O alvo deverá ser sempre a busca de condições favoráveis de aprendizagem para todos os alunos. Nesse sentido, quando a questão ensino- aprendizagem é levada a sério, tanto os recursos das divisões em subgrupos como a atenção e instrução rigorosamente particularizadas devem ser instrumentos fortemente aliados da escola e do educador inclusivo.

É importante o professor de EE estar bem informado e qualificado para atender crianças com necessidades especiais, pois é ele que mantém um contato mais direto com elas, conhecendo bem a sua rotina; também sabe-se que o professor deve estar atualizado sobre o assunto para conhecer os sintomas e poder interpor com ajuda de outros profissionais assim que for necessário.

É importante também, sempre que possível, estar atento aos professores da classe regular de ensino para que circundam o aluno no sistema educacional.

O sucesso da escola está ligado à relação dos profissionais que nela trabalham independente da função que exercem. Todos devem ter o mesmo objetivo: a formação de cidadãos que sejam conscientes de seus direitos e deveres perante a sociedade.

Essa escola atual, tão profunda devido à globalização e às diferenças sociais e políticas do mundo moderno, devem adaptar mudanças e estar preparada para direcionar

seus esforços no objetivo maior que é a inserção do aluno na sociedade. Para que isso de fato se torne real é preciso que todos participem na preparação do projeto político pedagógico; documento baseado na realidade da comunidade escolar e que conduz os princípios que devem ser seguidos para efetivação do objetivo da escola.

Acredita-se que a formação contínua dos profissionais da educação representa uma das possibilidades de ação, pois sabe-se que o trabalho, bem-sucedido ou não de um profissional, está diretamente ligado à sua profissionalização.

Já é consenso entre os teóricos da educação que a profissionalização de docentes e especialistas em educação, processo que passa a exigir maior profissionalismo por parte dos educadores, é decisivo para melhorias relevantes da educação.

A criança tem o direito de ser compreendida e protegida independentemente de raça, cor sexo. Precisam ter formas sadias de oportunidades para o seu desenvolvimento integral na qual a criança se sinta bem disposta a dar espaço para a ajuda de um profissional da educação. Toda criança tem o direito a um nome, nacionalidade, a crescer e criar-se com saúde, alimentação, habitação, recreação e assistência médica condignas, em lugares favoráveis para um bom crescimento físico e mental, com condições de higiene e assistência para qualquer casualidade que esse menor possa vir a precisar.

A criança tem o direito de crescer em um ambiente que tenha afeto, compreensão, segurança moral, psicológica e material, para que assim possa desenvolver uma personalidade saudável e se tornar um adulto consciente de seus atos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão no processo ensino-aprendizagem só pode ser praticável quando aquele que tem a função de plantar, ou seja, o sistema educacional, os professores e todo o corpo escolar, e isso considerando também políticas públicas que atinjam a todos desde os gestores, até os prestadores de serviços, incorporem novas atitudes ao lidar com a diferença, aceitando-a, estipulando novas formas de diálogo, de relação afetiva, de escuta e de compreensão, paralisando “antigos” juízos de valores corrompidos de pena, de aversão e de descrença.

A educação inclusiva enquanto novo modelo para a Educação Especial trata da construção e da transmutação de atitudes em um acareamento entre as teorias e as práticas, bem como a mobilização dos sujeitos comprometidos com a mesma, debilitados de conhecimentos e saberes frutos de experiências pedagógicas revolucionárias.

Vive-se um momento de acentuadas mudanças, onde se precisa rever a escola e seus quadros técnicos em função dessas mudanças. Um dos aspectos a ser repensado nesse contexto é a formação profissional desses educadores.

O professor regente, a instituição de ensino e o profissional de Educação Especial devem colaborar em conjunto, respeitando as suas atribuições específicas.

Esta coparticipação do profissional de EE com os demais profissionais da escola e com a família é fundamental para que o profissional consiga regrar as ações realizadas, compartilhar informações, aprender e elaborar métodos específicos para cada aluno.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, M & FERREIRA, M. Inclusão de crianças com necessidades educativas especiais na educação infantil. Revista Brasileira de Educação Especial. vol.19 no.4. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**, de 07 de janeiro de 2008. 2008, p. 14-20.

_____. Ministério da Educação. **Nota Técnica N° 055 / 2013 / MEC / SECADI / DPEE**, de 10 de maio de 2013. p. 07.

BUENO, Geraldo Silveira. Educação Brasileira: integração/segregação do aluno diferente. São Paulo: EDUC, 1999.

GARCIA, Fabiana Burgos. Especialista em Educação Especial na área de transtornos globais do desenvolvimento pela Unesp presta assessoria pedagógica à famílias e escolas com relação à TEA, inclusão escolar (aspectos legais), formação de professores e também sobre adaptação curricular (2016, p.29).

MANTOAN, Maria Tereza. Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?.São Paulo: Moderna, 2006. p. 48-61.

MOUSINHO, R. Mediação Escolar e inclusão: revisão, dicas e reflexões. Revista de Psicopedagogia, São Paulo, vol 27, nº 82, 2010, p. 02-08.

OMOTE, S. Diversidade, Educação e Sociedade Inclusiva. In: OLIVEIRA, A. A. S. (Org.). **Inclusão Escolar: as contribuições da Educação Especial.** São Paulo: Cultura Acadêmica; Fundepe, 2008.

SASSAKI, Romeu Kasumi. Inclusão: Construindo Um a Sociedade Para Todos. Rio de Janeiro: WVA, 1999.

VYGOSKY, L. S. The collect work of L. S. :The fundamentals of defectology. New York, London: Plenum Press. Volume 2. 1993. Disponível em: http://books.google.com.br/books?id=E_UxpP4hzz0C&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 02 dez. 2023.

_____ **A Formação Social da Mente: O Desenvolvimento dos Processos Psicológicos Superiores.** 4 ed. Editora: Martins Fontes. São Paulo. 1998. p.40-116.



A IMPORTÂNCIA DA ORGANIZAÇÃO DO TEMPO E ESPAÇO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Maria Nazaré Finoti Paula Melo

Formada em Pedagogia com Pós-graduação em Alfabetização e Letramento; Ludopedagogia; Pedagogia Sistêmica; Gestão e Mediação de Conflitos e Neurociência na Educação.

RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar alguns argumentos referentes a aspectos relacionados ao espaço e ao tempo no contexto da educação infantil, especialmente considerando que essa etapa da educação vem alcançando cada vez mais notoriedade e sua importância se consolida com o passar do tempo. Na educação infantil, ocorrem os processos de desenvolvimento das crianças, seja no aspecto social, cognitivo ou psicomotor, a aquisição das aprendizagens se estabelece mediante o trabalho conjunto dessas áreas, e, à medida que a criança vai se desenvolvendo ela aprimora estes conceitos tão essenciais para seu crescimento físico e afetivo. Todos estes aspectos são alcançados, em sua plenitude, desde que a escola propicie os mecanismos que promovam a busca de uma formação que valorize a criança, e seja orientada para formar alunos capazes de se engajarem numa sociedade comunitária e justa. Dentre as diversas metodologias a serem planejadas e implementadas na escola, as questões que se relacionam com espaço e tempo são profundamente impactantes, pois dizem respeito a elementos fundamentais para a qualidade do ensino e afetam as experiências e vivências das crianças em seu cotidiano. Neste sentido, é fundamental que a escola privilegie ao máximo o tempo por meio de oportunidades efetivas de aprendizagens e experiências criativas e diversificadas. Portanto, é necessário estabelecer um equilíbrio no tempo empregado na realização das atividades, especialmente as coletivas, aproveitando para aprimorar a variedade, a espontaneidade e a diversidade, para que se tornem atividades atrativas e interessantes para as crianças. Dentro dos espaços da educação infantil, as crianças experimentam um tempo de experiências educativas seguras, envolventes e repletas de estímulos que as tornam aptas a ampliarem sua capacidade de pensar e produzir diferentes linguagens, e tais experiências se consolidam na vida das crianças e as acompanharão no decorrer dos anos. Assim, o ambiente escolar é primordial, visto que quanto mais elementos positivos ele apresentar, maior será o aproveitamento que a

criança alcançará, portanto, o espaço deve ser planejado de maneira totalmente criteriosa, visando oferecer um ambiente acolhedor e seguro, evitando lugares que apresentem perigo ou desafios, mas que, pelo contrário, permita que elas explorem todo o espaço e os materiais oferecidos. E esta regra se aplica a todas as crianças da educação infantil, desde os pequenos do berçário, até os maiores, pois todos precisam de espaços multifuncionais, repletos de acessibilidade e de materiais disponíveis e adequados aos propósitos pedagógicos estabelecidos. Atividades bem planejadas, com aproveitamento máximo de tempo, desenvolvidas numa rotina saudável, sejam individuais ou em grupo, que valorizem as interações sociais e oportunizem um convívio criativo e uma vivência da diversidade, certamente serão de muito valor para as crianças, especialmente utilizando recursos que estimulem o contato com a natureza e valorizem aspectos de higiene e saúde. Dessa forma, organizar espaço e tempo na educação infantil traz inúmeros benefícios e deve ser sempre estar no radar dos gestores e educadores.

Palavras-chave: Espaço; Tempo; Educação Infantil; Escola.

INTRODUÇÃO

O universo da educação infantil envolve, inegavelmente, uma enorme diversidade de experiências e vivências diárias, todas repletas de dinamismo, significados e aprendizagens. Todas estas experiências precisam explorar o tempo e o espaço de uma forma expressiva e importante para as crianças, e, neste sentido, a escola se torna seu lugar e seu ambiente. Dessa forma, tudo que ocorre neste cenário deve ser amplamente planejado para que as atividades propostas alcancem os objetivos pedagógicos propostos para os alunos desta faixa de idade, aplicando, na prática diária, os conteúdos pedagógicos e os conceitos propostos no projeto político-pedagógico. Neste sentido, é fundamental que a escola tenha em mente a quem seu trabalho está sendo direcionado, e para isso, ela precisa organizar e adequar os elementos espaço e tempo de modo que a criança possa desenvolver seu potencial criativo e seu aprimoramento psicomotor num ambiente plenamente compatível com essa proposta. A escola deve explorar as atividades lúdicas como os jogos, as brincadeiras, a contação de histórias, as músicas, o teatro, tudo dentro de um contexto que estimule sua imaginação, sua criatividade, sua participação coletiva e seu desenvolvimento social e afetivo.

Dessa maneira, torna-se fundamental que o espaço destinado às crianças seja repleto de objetos que possibilitem a elas desenvolverem toda sua criatividade e todas as possibilidades para elas inovarem, idealizarem, produzirem e experimentarem, ou seja, oferecer espaços para ela brincar e vivenciar dentro das propostas pedagógicas planejadas para sua idade. Importante ressaltar que cada criança utilizará seu espaço de maneira distinta e peculiar, apropriando-se dos conceitos de espaço e tempo projetados para ela, segundo os objetivos pedagógicos discutidos e alinhados previamente, para que ela possa exercer as atividades de forma ativa e desafiadora, seja individualmente ou em grupo, mas que trabalhem aspectos que fortaleçam sempre sua criatividade e autonomia.

Vale ressaltar que a compreensão de tempo e de espaço das crianças é totalmente distinta dos adultos. A percepção do educador é a de um adulto, cuja tendência é a de, em geral, não levar em conta que é a criança quem vai desenvolver vivências e experiências nele, e que, neste sentido, deve considerar sempre o fato de que será a criança quem vai oportunizar e construir a apropriação do espaço exclusivamente para suas próprias vivências. Assim, inegavelmente, este espaço precisa se constituir em um lugar de prazer e contentamento, plenamente adequado às crianças da educação infantil, e este ambiente educacional tende a ser um transmissor de sentimentos como paz, segurança, alegria, satisfação, mas pode, em certos momentos, proporcionar sentimentos de inquietação, insegurança, medo, dúvida ou ansiedade.

Assim, é importante que se compreenda que quando se trata do elemento espaço, no contexto da Educação Infantil, nem sempre ela se refere aos aspectos físicos como estrutura, topografia, metragens, muros ou paredes, mas o que se pretende é disponibilizar valor ao ambiente no qual as construções pedagógicas estão se solidificando. Por isso, as crianças da educação infantil dependem de um ambiente que seja acolhedor e seguro, cabendo, portanto, aos educadores atender e intervir sempre que surja alguma demanda a eles dirigida, ou quando a necessidade das propostas pedagógicas demandarem sua orientação ou participação. Neste cenário, o ambiente nem sempre se restringirá ao que se estabelece em sala de aula ou dentro da escola. Muitas vezes o ambiente poderá se estender para o exterior da escola, para as ruas, para a vizinhança, para o bairro, e até mesmo para a cidade. Assim, o elemento espaço ganha um novo olhar, e se constitui em um importante instrumento na elaboração da proposta pedagógica da escola, e deve ser sempre estudado e discutido, para que o debate e as reflexões produzam aprimoramento e valorização da sua efetiva contribuição para o desenvolvimento das crianças da educação infantil.

Da mesma forma, os aspectos relacionados ao tempo também são motivo de um olhar atento e que necessita estar sempre alinhado ao elemento espaço dentro do ambiente escolar, pois esta relação espaço-tempo é fundamental e indissolúvel dentro do contexto da educação infantil. Para oferecer um tempo de qualidade, aproveitado ao máximo, ele precisa estar sendo trabalhado com bastante organização, levando sempre em conta as necessidades de ordem biológica, social, emocional, familiar ou psicológica da criança. Neste sentido, os educadores devem oferecer uma rotina de trabalho que promova a organização do tempo, mas que considere aspectos relacionados ao cuidado como repouso, alimentação, higiene, entre outros, considerando, ainda, o histórico das crianças, o qual pode demandar o uso de medicamentos, ou alguma outra peculiaridade. Portanto, os conceitos essenciais de espaço e tempo necessitam sempre receber atenção e cuidado por parte dos educadores, os quais devem considerá-los como elementos de vital importância para o desenvolvimento das crianças no contexto da educação infantil.

A EDUCAÇÃO INFANTIL COMO PRIMEIRA EXPERIÊNCIA EDUCACIONAL

A educação infantil é a primeira etapa da educação básica. Ela dispõe atender às crianças de zero a cinco anos de idade, os quais estão, inegavelmente, tendo contato com suas primeiras experiências escolares e, principalmente, tendo suas vivências iniciais fora do ambiente residencial, por isso, ela demanda a integração de cuidados básicos associados ao ensino pedagógico, tudo isso funcionando de maneira integrada e planejada, complementando a educação familiar, mas proporcionando uma nova experiência na vida da criança. Seu principal objetivo consiste em promover, nas crianças desta faixa etária, o desenvolvimento dos aspectos físicos, cognitivo, psicomotor, emocional e social, além de incentivar a exploração da criatividade, das descobertas e das experiências e novidades com que as crianças se deparam nessa fase. Nesse período, as crianças começam a ter relacionamentos e interações com pessoas fora do seu âmbito familiar, e ela tenderá a se desenvolver favoravelmente à medida que participar das atividades coletivas, especialmente as de orientação lúdica, como os jogos, os cânticos e as brincadeiras.

”A Educação Infantil é considerada uma das mais importantes etapas da formação das crianças, pois é onde elas começam a existir fora do convívio familiar, o que envolve lidar com diferenças, o desenvolvimento da personalidade e da autonomia, a criação de laços de amizade e as descobertas em diferentes áreas do conhecimento. Ela funciona como uma base para as

demais etapas da educação formal, e o correto aproveitamento desta etapa permite que os pequenos cresçam com mais autonomia e tenham mais sucesso em sua vida escolar e individual. E como lidar com bebês e crianças exige cuidados especiais e muito tato, a proposta pedagógica da educação infantil prevê a realização de jogos, brincadeiras e atividades prazerosas que além de ensinar, divertem, tornando o processo de construção do conhecimento muito mais assertivo e divertido. Como falamos logo acima, a educação infantil é voltada para crianças de zero a cinco anos de idade. Entretanto, ela só é obrigatória, no Brasil, para crianças de quatro e cinco anos, o que torna os grupos 1, 2 e 3 facultativos. E a depender da idade dos pequenos, eles devem ser matriculados em creches ou escolas (pré-escolas): nas primeiras caso tenham idade até três anos, e nas segundas entre quatro e cinco anos. A educação infantil no Brasil é um direito da criança, sendo o estado obrigado a disponibilizar espaços e profissionais adequados para atendê-la corretamente. Por isso encontramos em todas as regiões do País instituições de ensino públicas que atuam como creches e pré-escolas, mas diversas escolas particulares também oferecem educação infantil, o que dá aos pais e responsáveis a chance de optar por aquela que está de acordo com as suas possibilidades financeiras” (BLOG EDUCA MAIS BRASIL, 2021).

A educação infantil se desenvolve dentro de um período importante conhecido como primeira infância, a qual se divide em duas fases distintas, sendo a primeira denominada “primeiríssima infância”, que corresponde àquela etapa que vai desde a gestação até aos três anos de idade, e o período seguinte, que compreende dos quatro aos seis anos. A dinâmica de crescimento e desenvolvimento é bastante acelerada nestes dois períodos, porém, existem diferenças significativas entre eles: Na primeiríssima infância, que engloba os três primeiros anos de vida, mais o período gestacional, os desenvolvimentos cognitivo e emocional do indivíduo são os mais impactados.

“Durante toda a Primeira Infância, o desenvolvimento é muito acelerado, mas há diferenças significativas entre as duas fases. Os três primeiros anos de vida (incluindo a vida intrauterina) são determinantes para o desenvolvimento emocional e cognitivo de uma pessoa. De acordo com estudos da neurociência, o cérebro das crianças passa por uma intensa fase de amadurecimento entre a gestação e os 2 anos, o que determina uma grande capacidade de absorção do ambiente. Por isso, é preciso muito cuidado com os estímulos nessa fase (especialmente traumas e situações negativas). Nesse período, as sinapses (comunicação entre os neurônios) se desenvolvem por meio das interações que estimulam os sentidos, como o tato, a audição e a visão. Isso possibilita à criança se perceber no mundo e também perceber o outro. Mas não se engane: o desenvolvimento do bebê já está a todo vapor desde o útero. É possível interagir com ele ainda na barriga da mãe, estabelecendo laços afetivos e ajudando a desenvolver a memória. Ele é capaz de ouvir e interagir com o ambiente externo à barriga da mãe já na 25ª semana de gestação. No período posterior, que vai dos 4 aos 6 anos, por outro lado, a

criança possui maior autonomia. Isso quer dizer que, além de conseguir se expressar, ela consegue desenvolver diversas atividades sozinha, como brincadeiras relacionadas às práticas esportivas. Nessa fase, a cognição (ou seja, a busca de conhecimento sobre o mundo) já é mais complexa. Por exemplo, a partir dos 5 anos, a criança já pode ser estimulada a seguir rotinas” (BLOG TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2018).

Durante a primeira Infância, não é apenas a aprendizagem que está no centro das atenções, neste período existe uma série de aspectos que precisam ser atendidos como cuidado, acolhimento, atenção e carinho. Estes ingredientes são de suma importância para que as crianças, em seus primeiros anos de vida, estejam totalmente aptas para receberem os conteúdos pedagógicos que a escola planejou. E quanto mais a criança tiver vínculos fortes com seus pais, familiares, educadores e colegas, maiores serão as possibilidades que ela terá de se apropriar dos conteúdos de informação e formação, e maiores serão as chances de sucesso ao longo de sua vida.

“A Educação Infantil é essencial para que a criança tenha um convívio social além do núcleo familiar. Ou seja, é um momento importante para que o indivíduo aprenda a se relacionar e viver em sociedade, desenvolvendo habilidades fundamentais à formação humana, além das capacidades cognitivas e motoras. Logo, as atividades para Educação Infantil de acordo com a BNCC, trabalham, de forma lúdica, as motricidades fina e ampla, a percepção e a capacidade de foco e concentração, bem como proporciona a ampliação das interações sociais, das capacidades linguísticas e do senso moral, além de outras características importantes, como a autoestima. Dessa forma, a Educação Infantil não é apenas uma solução para os pais que trabalham e não conseguem cuidar dos filhos em algum período do dia, afinal, trata-se, na Educação Infantil no Brasil, de um importante meio de desenvolvimento pessoal e social do indivíduo, aprimorando suas habilidades cognitivas, sociais e motoras” (CENTRO EDUCACIONAL LEONARDO DA VINCI, 2022).

ESPAÇOS QUE SÃO VERDADEIROS AMBIENTES

Uma metodologia pedagógica inovadora e eficaz na Educação Infantil requer que os educadores estejam extremamente atentos a todas as necessidades que se apresentam, mesmo que silenciosamente, no cotidiano desta fase tão importante da formação escolar. Cada criança oferece informações, mediante seus históricos e suas experiências, e até mesmo os bebês da chamada primeiríssima infância comunicam muita informação. Esta visão precisa ser abrangente e democrática, e se estender à comunidade, aos pais, familiares e todos os que possam oferecer uma contribuição significativa para que a experiência educativa, da criança seja repleta de situações que

possibilitem que ela explore seu universo infantil em sua totalidade, com liberdade para escolher, imaginar, emocionar e produzir o que ela sentir vontade. Esta jornada de conhecimento, que se inicia na educação infantil se transformará em vivências individuais ou coletivas que passam a fazer parte da vida da criança.

Neste sentido, a escola necessita oferecer as condições propícias para que as crianças possam vivenciar experiências ricas em todos os aspectos, tais condições devem ser planejadas e orientadas no sentido de cumprirem o objetivo principal que é o de qualificar os seus alunos mediante propostas pedagógicas repletas de conteúdos significativos. Dessa forma, um dos elementos de maior importância é o espaço, cujo conceito jamais poderá ser associado ao de um local qualquer no qual as crianças pequenas podem ser acomodadas, sem nenhum objetivo ou planejamento, apenas para passarem o tempo até que seus pais ou responsáveis possam apanhá-la. Na verdade, o espaço precisa ser organizado de acordo com os objetivos que a Educação Infantil estabelece nestes tempos atuais, ou seja, promover o desenvolvimento integral das suas crianças.

“O olhar de um educador atento é sensível a todos os elementos que estão postos em uma sala de aula. O modo como organiza os materiais e móveis, e a forma como crianças e adultos ocupam esse espaço e como interagem com ele são reveladores de uma concepção pedagógica. Aliás, o que sempre chamou a atenção foi a pobreza frequentemente encontrada nas salas de aula, nos materiais, nas cores, nos aromas; enfim, em tudo que pode povoar o espaço onde cotidianamente as crianças estão e como poderiam desenvolver-se nele e por meio dele se fosse mais bem organizado e mais rico em desafios. As escolas de educação infantil tem na organização dos ambientes uma parte importante de sua proposta pedagógica. Ela traduz as concepções de criança, de educação, de ensino e aprendizagem, bem como uma visão de mundo e de ser humano do educador que atua nesse cenário. Portanto, qualquer professor tem, na realidade, uma concepção pedagógica explicitada no modo como planeja suas aulas, na maneira como se relaciona com as crianças, na forma como organiza seus espaços na sala de aula. Por exemplo, se o educador planeja as atividades de acordo com a ideia de que as crianças aprendem através da memorização de conceitos; se mantém uma atitude autoritária sem discutir com as crianças as regras do convívio em grupo; se privilegia a ocupação dos espaços nobres das salas de aula com armários (onde somente ele tem acesso), mesas e cadeiras, a concepção que se revela aí é eminentemente fundamentada em uma prática pedagógica tradicional” (HORN, 2004, p. 15).

Portanto, o espaço físico, muitas vezes, pode estar sendo designado para aulas ou para atividades diversas, e pode ser identificado pelo mobiliário, materiais didáticos ou mesmo por objetos decorativos. O ambiente, porém, se caracteriza por uma associação

deste espaço físico com as relações que se constroem dentro dele. Assim, o ambiente pode ser considerado como uma estrutura que demonstra que tipo de atividades são praticadas ali.

“Do ponto de vista educacional, podemos entender o Ambiente como uma estrutura formada por quatro dimensões. **1-Dimensão Física:** Compreende os objetos e materiais que compõem o ambiente. É o espaço físico, como o mobiliário, elementos decorativos etc. **2- Dimensão Funcional:** É caracterizada pela forma de utilização dos espaços. Um tapete pode servir tanto para um encontro e comunicação quanto um canto de construções, por exemplo. Dessa maneira podemos falar em canto das construções, do jogo simbólico, da música, da biblioteca, etc. **3- Dimensão Temporal:** Refere-se à organização do tempo, portanto ao período em que serão utilizados os diferentes espaços. O tempo das atividades está necessariamente ligado ao espaço onde se realiza cada uma delas. **4-Dimensão Relacional:** Refere-se às diferentes relações que se estabelecem dentro da sala de aula, como os modos de se ter acesso aos espaços, às normas e a forma como se estabelecem os grupos para a realização das atividades (grandes ou pequenos grupos, duplas, individual). Portanto, na Educação Infantil, a forma de organização do espaço e a dinâmica que for gerada da relação entre os seus diversos componentes irão definir o cenário das aprendizagens” (BLOG PORTAL EDUCAÇÃO, 2022).

Diferentemente do ambiente mais tradicional da sala de aula que sempre apresentou a figura de um espaço para se armazenar materiais ou amontoar objetos como livros, mesas, cadeiras e outros objetos, o espaço educativo deve se constituir em um lugar limpo e organizado com dedicação, com seus utensílios distribuídos de modo que transmita um desejo de mexer, de brincar, de mover e construir, e que encoraje a criança a se interessar em realizar atividades repletas de experiências prazerosas e significativas, que proporcione a exploração de suas habilidades, expectativas e limites.

Sem dúvida alguma, a aprendizagem acontecerá em condições muito mais favoráveis quando oportunizadas num ambiente que desperte o desejo de aprender e de participar. Cabe destacar que a qualidade das interações e o alcance dos objetivos propostos não são conquistados apenas ajuntando as crianças em mesmo espaço, pelo contrário, as interações precisam ser criativas e interessantes na sua forma e conteúdo, e, para isso, o professor deverá explorar os espaços mediante atividades que o transformem em ambientes repletos de acolhimento e dinamismo.

“Os espaços utilizados pelas crianças são atraentes e contam com materiais que possibilitam à criança explorar o entorno, interagir com diferentes parceiros, dispor de momentos de privacidade? O ambiente é confortável, em especial, para as crianças que passam muitas horas na instituição de educação infantil? As situações que o professor oportuniza são desafiadoras? Todas as crianças estão

envolvidas na mesma atividade todo o tempo ou há momentos para atividades diversificadas? A criança pode interagir com companheiros de diferentes idades? São organizadas filas? Para quê? Por quê? Quanto tempo elas duram? São consideradas momentos de organização dos grupos ou de restrição? A partir de que idade as crianças são estimuladas a comerem sozinhas? Elas podem se servir do alimento? As crianças brincam com frequência? De quê? Com quais materiais elas brincam? O pátio ou outro espaço externo é usado com frequência? Para que tipo de atividade?” (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2006 p. 34).

Para uma efetiva ambientação, a sala de aula, espaço no qual se realiza a maior parte das interações, se constitui em um espaço bastante privilegiado no processo de aprendizagem das crianças da educação infantil. Compreendendo que não existe uma forma definida de como se deva organizar o espaço, pode-se sugerir algumas ideias como: afixar os desenhos e os trabalhos executados pelos pequenos nas paredes, afixar cartazes que indiquem os conteúdos que estão sendo desenvolvidos, possibilitando a qualquer um poder se informar sobre quais aprendizagens aquele espaço está promovendo. Mesmo ações simples como estas podem contribuir para a valorização desse ambiente, despertando um sentimento de pertencimento e inclusão, tão importante para as crianças.

Portanto, os espaços oferecidos para a construção de experiências pedagógicas nas etapas da educação infantil precisam sempre ser considerados como ambientes alfabetizadores, que favoreçam a conquista de autonomia e de cidadania. Deve se constituir em um ambiente acolhedor para a promoção de experiências prazerosas, que viabilize interações sadias com outras crianças, que facilite a construção da aprendizagem, que seja aberto ao diálogo e ao debate respeitoso, com total liberdade para emitir opiniões, expressar sentimentos, apresentar dúvidas, e abrir-se para manifestar seus interesses.

OS MATERIAIS NOS ESPAÇOS ESCOLARES

Existem dois aspectos fundamentais e que são considerados de extrema importância para as crianças que ingressam nas instituições de ensino no período da educação infantil, um é o cuidado e o outro é a educação. Até pouco tempo tinha-se como conceito que as creches e berçários eram locais de cuidado, e a pré-escola um local para educação. Atualmente, os educadores se propõem a promover uma redefinição destes dois conceitos, integrando-os em apenas um propósito: intermediar o desenvolvimento cultural e social das crianças da educação infantil. Assim, as

experiências vivenciadas no espaço da educação infantil devem conduzir a criança ao conhecimento daquilo que ocorre à sua volta e consigo mesma, enquanto desenvolve maneiras de sentir, pensar e solucionar problemas. Tudo isso por meio de linguagens que se utilizam de recursos lúdicos, ou seja, as brincadeiras, os jogos, os cânticos entre outros, e, para que estes espaços que exploram o lúdico sejam atrativos, é necessária a utilização de vários tipos de materiais, de diversos tamanhos, cores e formatos. Estes materiais variados e sempre disponíveis às crianças aliados à organização dos ambientes de uma maneira segura e confortável, e que orientem as interações das crianças, oferecem uma enorme contribuição no desenvolvimento da autonomia e estimulam a participação em todas as atividades propostas para as crianças.

“Torna-se necessário compreender que o espaço físico escolar, dependendo de como os elementos estão dispostos, pode contribuir de maneira positiva ou negativa para a interação e também para a aprendizagem. Para que fique mais claro, a seguir, apresentamos alguns elementos importantes a serem destacados na hora de organizar o espaço, a fim de promover as diversas vertentes do aprendizado: **Mobília:** O mobiliário é uma peça muito importante e deve-se levar em consideração na hora de organizar o espaço de aprendizagem. É necessário que a estruturação desse espaço seja bem distribuída, de forma a contribuir enormemente para que a criança construa sua própria noção de espaço. Desse modo, a própria maneira de organizar o espaço constitui, em si mesma, um conteúdo de aprendizagem. **Materiais Didáticos:** Constituem outro indicador muito válido, pois apresenta os tipos de atividades a serem realizadas pelas crianças e a forma com que as educadoras abordam as necessidades delas, sejam elas de cunho emocional ou cognitivo. **Decoração:** A sala de aula é um lugar propício à educação. Dessa forma, a decoração, como as cores, a exposição dos trabalhos feitos, a exposição de numerais ou até mesmo o alfabeto, podem contribuir de forma positiva no ensino-aprendizagem” (BLOG PORTAL EDUCAÇÃO, 2022).

Dessa forma, cada material existente no ambiente escolar deve se constituir em um recurso para que a criança possa explorar e interagir. O tipo, a quantidade e a diversidade dos objetos, sejam brinquedos diferenciados, devem sempre haver em número suficiente, sejam livros, fantasias, vestimentas, ou qualquer outro, devem estar dispostos no ambiente de maneira a contribuir para a autonomia da criança na realização de cada um de seus projetos, ações, ideias e criações. Um livro colocado em uma estante inacessível torna-se inútil para a criança, assim como objetos de difícil manuseio impedem sua exploração. Assim também, mesas, cadeiras, pratos, copos e talheres inadequados reduzem significativamente o estímulo para uma boa alimentação. Portanto, a escolha e a disposição dos materiais devem ser alvo de um elaborado planejamento.

“O planejamento do trabalho das crianças com diferentes linguagens deve atender aos seguintes critérios em relação aos materiais: **1-** Disponibilidade dos materiais necessários à expressão nas diferentes linguagens: objetos produtores de sons, materiais para desenhar, pintar, moldar, colar; **2-** Acessibilidade e segurança dos materiais necessários ao movimento em suas diversas possibilidades: rolar, arrastar, puxar, empurrar, subir, chutar, equilibrar, acalentar, saltitar, abaixar, utilizar força, curvar, andar na ponta dos pés; **3-** Equilíbrio entre oferta de brinquedos convencionais – tanto para o faz de conta como para os jogos de mesa, e de materiais menos estruturados; **4-** Acessibilidade da criança aos dispositivos de música, aos livros e outros equipamentos de escrita, bem como a outros instrumentos, dispositivos e bens culturais” (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2006 p. 40).

Outro fator bastante importante é oferecer, sempre que possível, um espaço destinado ao envolvimento das crianças com elementos da natureza, isto pode ser no pátio ou no jardim, viabilizando um tempo ao lado delas para que elas se identifiquem com a variedade de elementos da natureza (folhas, galhos, pedras, flores, sementes). Proporcionar um ambiente aprazível, no qual as crianças possam exercitar sua criatividade, aprendendo a conhecer e a diferenciar estes elementos desde os primeiros anos, contribuirá para torná-los cidadãos que tratem a natureza e o meio-ambiente com responsabilidade. Além disso, a escola precisa organizar espaços que possam favorecer o movimento, evitando que ele se torne estressante ou desanimado. Deve assegurar que haja regularidade nas atividades lúdicas, explorando momentos de brincadeiras, jogos, dança e música como experiências marcantes e significativas para as crianças. Os espaços precisam ser trabalhados para a criança e com a criança, sendo plenamente explorados por ela, numa relação sadia com os colegas, com liberdade para se locomover à vontade, para que elas aprendam enquanto se divertem.

A IMPORTÂNCIA DE SE APROVEITAR BEM O TEMPO

É importante reconhecer que os espaços na educação infantil necessitam ser planejados e adaptados de maneira prática e harmoniosa para se tornarem ambientes repletos de oportunidades visando o desenvolvimento psicológico, cognitivo, motor e social das crianças, por isso, é fundamental considerar a inseparável relação entre o espaço e o tempo no cotidiano da escola. Assim, as experiências relacionadas ao espaço e ao tempo no ambiente escolar oferecem uma diversidade de possibilidades de atividades que demandam equilíbrio na aplicação do tempo aplicado para a realização

dos afazeres pedagógicos propostos. Todavia, quando se diz respeito ao tempo na Educação Infantil, se nota, de imediato, a importância da rotina, que passa a ser um instrumento muito útil no contexto das práticas pedagógicas, no intuito de obter sucesso na busca de se potencializar ações organizadas que promovam uma participação autônoma e eficiente das crianças nas brincadeiras e nas interações.

A rotina, num primeiro momento, pode transmitir uma ideia de algo ruim ou negativo, entretanto, ela é uma verdadeira aliada no processo educacional, e não pode ser vista como uma coisa arrastada e entediante, mas entender que ela possui a função de cadenciar uma sequência de atividades distintas e diferenciadas, que passam a ser desenvolvidas considerando seu ritmo próprio. Assim, a rotina diária se torna parte do desenvolvimento prático do planejamento, como uma sequência lógica das diferentes atividades trabalhadas na educação infantil, e é exatamente esta sequência que vai trazer orientação para a criança na relação espaço tempo.

“A rotina é um elemento importante da Educação Infantil, por ofertar à criança sentimentos de estabilidade e segurança. Também favorece à criança, maior facilidade de organização espaço-temporal, e a desprende do sentimento de estresse que uma rotina desorganizada pode causar. Ela não necessita ser rigorosa, sem espaço para invenção (por parte dos professores e das crianças). Pelo contrário, a rotina pode ser rica, alegre e prazerosa, favorecendo um espaço para a construção diária do projeto político-pedagógico da instituição de Educação Infantil. é através da disciplina, que o educador, organiza, delimita, direciona a liberdade para que a construção e a produção do conhecimento possam acontecer. Qualquer ação educativa é regida pela maneira como cada educador estrutura estes limites, ou seja, pela disciplina que ele acredita necessitar para organizar o tempo e o espaço (sua rotina) de liberdade, onde sua prática se desenvolve” (MEYER, 2011 p. 15.

Esta relação entre espaço e tempo vai se consolidando, uma vez que o professor, para viabilizar um tempo proveitoso e com muita qualidade, precisa desenvolver uma rotina de trabalho que aborde os aspectos: tempo, espaço, atividades, participantes e frequência. Cada um destes componentes precisam estar articulados e encaixados no objetivo planejado, para que seja possível legitimar os resultados e confirmar ou não a eficácia das experiências produzidas nestas atividades. Nesta perspectiva, a rotina precisa ser planejada de forma flexível, devendo englobar aspectos como o cuidado, o ensino e as características individuais de cada criança e suas capacidades. Nessa dinâmica, o planejamento do professor adquire maior importância, visto que ao utilizar o tempo de forma qualificada, por meio de reflexões e avaliações sobre a metodologia empregada, ajustando as rotinas, preparando e disponibilizando materiais, elaborando as

brincadeiras e atividades lúdicas de forma organizada, o tempo é melhor aproveitado, atingindo os resultados esperados.

Além de criar uma rotina de trabalho que propicie a maximização do tempo na educação infantil, existem outras maneiras para aproveitar bem este tempo, todavia, dependerá, em grande parte, da diligência, entusiasmo e disposição por parte do professor nas dinâmicas diárias. É necessário que esta disposição ocorra desde os primeiros momentos, no horário de chegada das crianças, ali é o momento em que o tempo já começará a ser trabalhado, pois ao receber um aluno, os demais precisam estar entretidos e cuidados. É importante haver um local e atividades específicas para os que já chegaram, e, após o momento de recepção, o envolvimento do professor e da equipe escolar passará às fases seguintes, como a alimentação e o descanso, as quais requerem um horário pré-estabelecido. As demais atividades podem ser divididas em blocos mais flexíveis, mas que estejam sempre dentro de um planejamento.

A flexibilidade da rotina pode ocorrer na sala de aula, no parquinho, na hora do lanche, um dia se conta história no pátio, no outro dia é a vez de se cantar, enfim, o envolvimento do professor com sua turma permitirá que ele avalie e descubra quais os melhores momentos para se praticar cada atividade, fazendo com que este tempo, bem planejado e muito bem organizado, consiga ser muito bem aproveitado no contexto do espaço, criando um ambiente propício para o desenvolvimento da criança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância que os elementos espaço e tempo apresentam no âmbito da educação infantil é indiscutível, portanto, ao abordar estas pequenas considerações para reflexão, conclui-se que o tema ainda está sendo construído, e ainda demandará mais pesquisas e mais reflexões. Entretanto, considerar a importância dos elementos espaço e tempo na educação infantil, período importante da caminhada escolar, remete a um conceito importante no momento atual do ensino, pois dimensionar estes elementos de forma planejada e equilibrada, certamente atingirá os objetivos propostos pela instituição de ensino, que é potencializar o desenvolvimento da criança, aprimorando a construção dos aspectos cognitivos, psicológicos e relacionais e dos valores éticos e cidadãos. Na Educação Infantil este conjunto de princípios e convicções vão sendo introduzidos e tomando corpo, portanto, a responsabilidade da escola é imensa.

Neste sentido, a perspectiva de espaço e tempo tem ganhado evidência e notoriedade, visto que o espaço oferecido pela escola será o local de vivências intensas e significativas para as crianças neste contexto de aprendizagens e formação de valores. O espaço no qual a criança viverá experiências inovadoras e transformadoras é fundamental, pois aquele é o ambiente em que ela se sente acolhida, respeitada e valorizada. Portanto, é fundamental que este espaço seja cuidadosamente preparado, estruturado e planejado, e que cada peça, móvel, brinquedo, livro ou equipamento não esteja ali sem um propósito, mas que esteja ali para cumprir um objetivo definido. Dessa forma, o espaço se converte em um ambiente plenamente favorável ao aprendizado, às experiências de relacionamento com os colegas e com o professor. Portanto, espaços bem definidos, materiais bem escolhidos, e o tempo administrado seguindo uma rotina que crie na criança a segurança de que as atividades realmente vão ser realizadas são alguns pontos que evidenciam que a escola valoriza as crianças e valoriza o espaço e o tempo.

REFERÊNCIAS

BLOG PORTAL EDUCAÇÃO, **O espaço como um ambiente de aprendizagem.** Disponível em: <https://blog.portaleducacao.com.br/o-espaco-como-um-ambiente-de-aprendizagem/>. Acesso em 01 jun 2022.

BLOG EDUCA MAIS BRASIL, **Educação Infantil.** Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/etapa-de-formacao-e-series/educacao-infantil>. Acesso em 20 jun 2023.

BLOG TODOS PELA EDUCAÇÃO, **Primeira Infância: O que é e quais os impactos na vida adulta.** Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/perguntas-respostas-o-que-voce-precisa-saber-sobre-primeira-infancia>. Acesso em 30 mai 2022.

BRASIL. **Lei de Políticas Públicas para a Primeira Infância** (Lei nº. 13.257, de 08 de Março de 2016. Brasília-DF.

HORN, M. G. S. **Sabores, cores, sons, aromas. A organização dos espaços na Educação Infantil.** Porto Alegre: Artmed, 2004.

MEYER, Ivanise Corrêa Rezende. **Brincar e viver: projetos em educação infantil.** 5. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011

PREFEITURA DE SÃO PAULO, **Tempos e Espaços para a Infância e suas Linguagens.** Secretaria Municipal de Educação - São Paulo-SP, 2006.



AS CONTRIBUIÇÕES DO ENSINO DA ARTE PARA AS CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Maria Aparecida dos Santos

Formada em Pedagogia, com Pós-graduação em Ensino Lúdico, Educação Especial e Inclusiva e Artes.

RESUMO

A arte é a forma pela qual o ser humano, de todas as idades e em todas as épocas da História, expressa seus sentimentos, seus pensamentos, suas emoções, sua visão de mundo. É a maneira como as pessoas transmitem suas experiências e sua concepção da realidade que vivenciam ou que almejam. Além dos seus medos, conflitos, desejos, dúvidas, vontades, sonhos, enfim, tudo que ela vive e sente. Mesmo que nem nos apercebamos, a arte está presente em nosso cotidiano e em tudo o que está à nossa volta. Nas coisas que vemos, que ouvimos, tocamos, comemos, bebemos e consumimos. Em suma, a arte tem participação imensamente significativa na nossa experiência de vida. Assim, absorvemos diariamente ideias e movimentos artísticos que nos tocam, nos emocionam, nos impactam e influenciam nosso modo de viver. Considerando esta quase onipresença que a arte exerce em nosso viver diário, seria praticamente impensável supor que a arte não teria espaço no processo educativo. É inegável a importância que ela traz no desenvolvimento do aluno com vistas à sua formação como um cidadão integral, consciente e participativo. O papel da arte nesse processo se constitui num mecanismo de expressão daquilo que a criança pensa e sente, revelando tanto seu mundo interno quanto externo. Quando ela canta, dança, desenha e se manifesta de forma criativa ela começa a elaborar o seu próprio universo afetivo e cognitivo, que trazem toda a carga de estímulos do contexto em que ela está inserida. Quando o professor identifica as nuances de comportamento da criança pelo modo como ela realiza seus desenhos, suas pinturas, suas participações lúdicas, ele consegue contribuir bastante para o desenvolvimento cognitivo e para fortalecer aspectos emocionais da criança. A importância da arte na educação é de extrema relevância e este artigo se propõe a oferecer uma breve reflexão sobre este tema.

INTRODUÇÃO

Reconhecemos ser a escola o espaço reservado ao desenvolvimento das atividades educacionais, incluindo seu aparato técnico, pedagógico e docente. Ela estabelece propostas pedagógicas que direcionam os alunos à aprendizagem plena mediante o aperfeiçoamento constante de suas habilidades e competências. Dentre elas, os educadores devem estar atentos às de cunho artístico, elas proporcionarão a expansão do seu repertório criativo e inovador, fatores essenciais nos dias atuais. Tanto assim que a legislação brasileira relativa ao Ensino Fundamental, destaca a necessidade de se destinar relevância ao conteúdo curricular Arte.

A educação em arte propicia o desenvolvimento do pensamento artístico, que caracteriza um modo particular de dar sentido às experiências das pessoas: por meio dele, o aluno amplia a sensibilidade, a percepção, a reflexão e a imaginação (BRASIL, 1997).

Aprender arte na escola fará com que a criança integre o sonho à realidade e assim construa sua identidade e compreenda sua inclusão e sua participação na sociedade. É importante que ela saiba que as experiências de desenhar, cantar, dançar ou dramatizar não são atividades que visam uma mera distração, mas que possuem objetivos pedagógicos específicos.

Na Educação, a arte além de ser uma ferramenta para o desenvolvimento da criança é ainda um meio de o educador conhecer e compreender melhor o seu aluno e ajudá-lo no seu percurso. Por meio da arte o professor poderá perceber as mudanças que ocorrem no íntimo dos seus alunos: seus sucessos, suas vitórias, seus problemas, suas dificuldades, a maneira como está reagindo a determinadas situações, suas alegrias e suas tristezas (PROSSER, 2012 p. 31).

Compreendendo a importância do ensino de arte na educação infantil cabe-se buscar metodologias adequadas às necessidades dos alunos, considerando sua idade, capacidade de compreensão e objetivos definidos no projeto pedagógico.

INCENTIVANDO A CRIATIVIDADE INFANTIL

A arte faz parte do processo natural do desenvolvimento motor e cognitivo infantil, por isso o ensino da arte deve estar presente nas escolas desde suas etapas iniciais. A arte desperta a capacidade criadora das pessoas, algo tão exigido entre os

profissionais de hoje, e, seguramente, pessoas criativas e inovadoras tiveram seu potencial despertado nos bancos da educação de base.

A criatividade é uma capacidade dos seres humanos, mas ela deve ser estimulada e a arte ajuda no sistema de desenvolvimento de todo esse processo. Podemos ir até mais além e dizer que ela é o trampolim para que essa habilidade se desperte. Isso porque independentemente da sua natureza, as iniciativas artísticas tem tudo a ver com a imaginação, com a capacidade de pensar fora da caixa e criar alternativas para a solução de um problema. Por que isso acontece? Porque a arte ajuda a pensar e a se desenvolver. Já reparou que cada rabisco de uma criança tem uma história e um contexto? E que elas utilizam os instrumentos que estiverem à disposição, como lápis, caneta, o próprio corpo, para transmitir essa história e produzir o contexto desejado? Isso se chama ser criativo. Utilizar os recursos que ela tem à disposição no momento para então criar algo novo (PORTAL EDUCAMUNDO, 2017).

A fonte de onde procede a criatividade é a imaginação criadora, que ocorre em função de fatores internos e externos de cada pessoa. A criatividade nasce do desejo de pesquisar e examinar situações mediante a capacidade de investigar e de apresentar novas possibilidades para eventos problemáticos de qualquer natureza.

A imaginação criadora é resultante da capacidade de fantasiar situações. O indivíduo irá criar segundo a sua capacidade de imaginar e fantasiar com base numa série de fatores, entre eles, a experiência acumulada, enquanto um produto de sua época e seu ambiente. Percebe-se a forte influência que a imaginação e a fantasia exercem sobre a atividade criadora, que irá ser desenvolvida a partir dos conhecimentos construídos individualmente e socialmente, de forma tal que os estímulos do meio ambiente atuam imperativamente sobre a capacidade imaginativa e criativa de cada um (VYGOTSKY, 1982 p. 32).

A criatividade amplia as oportunidades de inovação e de resolução de problemas. Ela pode ser aprendida e estimulada durante toda a vida da pessoa, mas seu aprendizado se torna mais fácil quando o indivíduo tem seu lado criativo despertado na infância. As crianças são curiosas por natureza e não sentem medo, que é o principal bloqueador da criatividade na fase adulta. Para incentivá-las e estimulá-las é necessário deixar a criança ser criança.

Para estimular a criatividade infantil, você precisa deixar sua parte adulta de lado e compreender que ela é uma criança. Toda vez que você interrompe o processo criativo de uma criança, você tira sua liberdade e gera insegurança. O excesso de críticas gera frustração e bloqueia o processo criativo. A infância é um período de descobertas e aprendizados, e é natural que as crianças façam coisas erradas ou de maneira atrapalhada. Ao invés de criticar e apontar os erros reconheça seu esforço e mostre que existem formas mais fáceis de realizar determinadas tarefas. É mais fácil

dar comida na boca da criança do que deixá-la comer sozinha, se sujar e limpar toda a lambança produzida. Porém, quanto mais você fizer as coisas pela criança, mais dependente ela se tornará. Tenha paciência com as limitações de uma criança e deixe que ela se desenvolva, estimulando seu aprendizado. Dar regras e impor limites a elas é uma obrigação dos pais e educadores. O excesso de regras, porém, torna a criança rígida e inflexível, fazendo com que ela escolha sempre as mesmas coisas e não explore as possibilidades. Dê liberdade e abra exceções em algumas situações, desde que isso não atrapalhe a rotina da criança (PORTAL SBIE, 2016).

No decorrer da atividade criativa, a criança estabelece um diálogo interior entre a sua imaginação e o mundo real. Essa comunicação íntima faz com que ela conheça mais a si mesma e se identifique gradativamente com o mundo à sua volta e com o lugar que ela ocupa nesse contexto.

É importante enfatizar que o modo próprio da criança se comunicar ao criar e ao brincar não se refere a um pensamento ilógico, mas a um discurso organizado com lógica e características próprias, o qual permite que a criança transponha espaços e tempos e transite entre os planos da imaginação e da fantasia explorando suas contradições e possibilidades. Assim, o plano informal das brincadeiras e atividades criativas possibilita a construção e a ampliação de competências e conhecimentos na esfera da cognição e das interações sociais, o que certamente tem consequências no seu desenvolvimento e no seu autoconhecimento (BORBA, 2006 p.38).

A manifestação artística permite que a criança amplie sua sensibilidade, sua percepção do mundo que a cerca e da sua linguagem. O ensino da arte às crianças da rede escolar envolve um fazer artístico e seu correspondente senso crítico. Elas devem aprender a apreciar e a refletir sobre produções artísticas individuais e coletivas, assim, incitarão a criatividade e despertarão sua análise crítica.

RECURSOS E METODOLOGIAS PARA O ENSINO DA ARTE

Até pouco tempo, o ensino de arte se limitou a tarefas repetitivas e pouco criativas como copiar formas, ligar pontos e outras atividades que não despertavam o lado criativo das crianças que sentiam que não eram responsáveis pela produção. Algum tempo mais tarde, novas concepções foram sendo construídas, abrindo então espaço para a consolidação de outras perspectivas. Incentivar alunos a conhecer manifestações culturais da sociedade em que estão incluídos e, principalmente, a soltarem a imaginação e desenvolverem sua criatividade, utilizando-se de todos os equipamentos e ferramentas que lhes forem acessíveis.

A partir do final dos anos 70, com o surgimento do movimento da Escola Nova, ideias modernizadoras começaram a influenciar as aulas de Arte. Na época, a proposta era romper totalmente com o jeito anterior de trabalhar. Os professores forneciam materiais, espaço e estrutura para as turmas criarem e não interferiam durante a produção dos estudantes. Tudo para permitir que a arte surgisse naturalmente, de dentro para fora e sem orientações que pudessem atrapalhar esse processo (IAVELBERG, 2016).

Infelizmente, ainda há professores supervalorizando exercícios mecânicos e as cópias por acreditar que a repetição é capaz de garantir que os alunos "fixem modelos", onde o mais importante é o produto final, avaliado pelo "quanto mais próximo do original, melhor". Isso obriga crianças a apenas memorizar partituras de música e textos teatrais para se apresentarem em festas comemorativas, que nada contribuem para o desenvolvimento criativo e inovador dos alunos. Entretanto, o modelo mais indicado e utilizado atualmente é o sociointeracionista, que explora os fatores produção, apreciação e reflexão.

Na perspectiva sociointeracionista, o fazer artístico (produção) permite que o aluno exercite e explore diversas formas de expressão. A análise das produções (apreciação) é o caminho para estabelecer ligações com o que já sabe, e o pensar sobre a história daquele objeto de estudo (reflexão) é a forma de compreender os períodos e modelos produtivos. Esse tripé original é considerado uma "matriz" dos eixos de aprendizagem que dominam o ensino atualmente: a produção, a apreciação artística e a reflexão. O "novo" tripé ajuda a desmanchar alguns dos mitos que rondam as aulas de Arte nas escolas brasileiras, como a confusão entre a necessidade de ter muito material e estrutura para obter uma resposta "de qualidade" dos alunos (BARBOSA, 2007).

O modelo sociointeracionista do ensino da arte procura relacionar todas as experiências importantes que o aluno traz de fora da escola com o conhecimento adquirido em sala, e que favoreçam a sua formação por meio do ensino das quatro linguagens da Arte: Artes Visuais, Música, Dança e Teatro. Devem seguir o tripé dos eixos: Produção (fazer e desenvolver um percurso de criação), Apreciação (interpretar obras artísticas) e Reflexão sobre a arte (contextualizar e pesquisar). Estes três conceitos não necessitam estar nessa mesma ordem.

O ensino de Arte para as crianças nas suas linguagens (Artes Visuais, Música, Teatro e Dança) possibilita a ampliação do repertório cultural e do potencial criativo. Os projetos de Artes Visuais seguem a abordagem triangular sociointeracionista, que destaca

a aprendizagem em Arte a partir de momentos de reflexão sobre as obras estudadas, de contextualização sobre os artistas e os momentos da sua criação. Mediante elementos de expressões visuais (pintura, desenho, escultura etc.) as crianças têm a oportunidade de conhecer vários artistas, obras e estilos. As artes cênicas se desenvolvem através do Teatro e da Dança, manifestando percepções sobre espaço, tempo, ritmo e expressão corporal, além da tríade cênica (público, texto e atores), os elementos da encenação, composição, criação coletiva e improvisação, Já a música é apresentada às crianças como uma linguagem que comunica e traduz emoção, possibilitando inúmeras experiências de socialização e desenvolvimento cognitivo. Elas são incentivadas a interagir com a música por meio de atividades propostas para seus diferentes níveis de maturidade, facilitando a percepção das nuances sonoras (timbres, alturas, intensidades e duração de sons) e estimulando um repertório musical amplo e eclético.

Quando a escola promove uma metodologia que desenvolve aspectos como expressão oral, concentração, trabalho em equipe, consciência corporal e vocal, auto-estima, raciocínio lógico, criatividade e improvisação entre outros, e quando estes conceitos se tornam perceptíveis nos alunos, compreende-se que o ensino da arte cumpriu totalmente o papel que intencionou fazer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino da arte nas escolas da rede regular deixou de ser algo mecânico e superficial para tomar um lugar efetivo no processo de desenvolvimento criativo das crianças. A arte estimula a capacidade criativa, a visão inovadora, a exteriorização de sentimentos, a percepção de espaço e tempo, a valorização dos sentidos e a liberdade de se expressar de todas as formas possíveis.

O caminho de descobertas que se abre quando a criança começa a produzir, apreciar e a refletir sobre arte é pleno de possibilidades. A arte possibilitará à criança vivências que ampliarão seu universo sensitivo e a conhecer melhor seus limites e suas capacidades. Ao compreender a si mesma e se relacionar com as coisas que acontecem à sua volta, certamente levará a criança a empreender sua criatividade e aplicar esses conceitos no seu cotidiano.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Ana Mae. **Inquietações e Mudanças no Ensino da Arte** – Editora Cortez – São Paulo, 2007.

BORBA, Ângela M. **O brincar como um modo de ser e estar no mundo**. In: BRASIL, MEC/SEB: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Brasília – 2006.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Arte. Volume 6** - Brasília: MEC/SEF, 1997.

IABELBERG, Rosa. Para Gostar de Aprender Arte: Sala de Aula e Formação de Professores. ARTMED – São Paulo – 2016..

PILLAR, Analice Dutra. **A Educação do Olhar no Ensino das Artes**, Editora Mediação – Porto Alegre - 2001

PORTAL EDUCAMUNDO – **Artigo: Artes na Educação. Conheça os motivos de se aprender arte na escola**. Acesso: www.educamundo.com.br/artenaescola. 2017.

PORTAL SBIE – Sociedade Brasileira de Inteligência Emocional, Artigo: **Como estimula a Criatividade Infantil**. Acesso: www.sbie.com.br/blog/dicas. 2016.

PROSSER, Elisabeth S. **Ensino de Artes** – 1ª Edição – IESDE – Curitiba-PR, 2012.

VYGOTSKY, L. S. **Imaginação e Arte na Infância**. Edições Hispânicas. – Madri - 1982.

APRENDER E BRINCAR, É SÓ COMEÇAR: OS JOGOS, A ALFABETIZAÇÃO E O LETRAMENTO NA MATEMÁTICA



Cristiane Polli Vieira Marques

Formada e em Pedagogia, com Pós-graduação em Gestão e Mediação de Conflitos; Neurociência na Educação e Inteligência Emocional no Ambiente Escolar.



Aline Frantiesca Abdala Ribeiro Rodrigues

Formada e em Pedagogia, com Pós-graduação em e Inteligência Emocional no Ambiente Escolar; Alfabetização Matemática e Ludopedagogia nos Anos Iniciais.

RESUMO

Atualmente é indiscutível que o jogo é um produto cultural inerente ao ser humano, o homem primitivo já brincava o que pode ser atestado por várias pinturas rupestres e por acervos de museu ao redor do mundo que contém brinquedos de mais de cinco mil anos. Além disso, o jogo infantil tem sido utilizado na educação formal desde a Antiguidade. No século passado pesquisas epistemológicas contribuíram para a Educação, modificando bases teóricas e didáticas do cotidiano escolar, deste modo, a compreensão de que os saberes construídos pela humanidade são reconstruídos por cada indivíduo aprendente popularizou-se. Desde então muitos estudos demonstram o caminho percorrido na construção de determinado conhecimento, inclusive no processo de educação matemática, denominado atualmente como Alfabetização Matemática. A alfabetização Matemática pode ser entendida como o processo de construção formal de conhecimentos matemáticos durante os anos iniciais da Educação Básica, nas últimas décadas tal processo vem se fortalecendo, aliado a utilização de jogos e brincadeiras. Deste modo pode-se afirmar que a construção de saberes matemáticos na atualidade

vem se configurando e fortalecendo como alfabetização matemática calcada no uso de jogos em sala de aula.

Palavras-chave: Educação; Alfabetização Matemática; Jogo.

INTRODUÇÃO

Ao se trabalhar com alfabetização, é possível constatar que os alunos apresentam dificuldades na compreensão e estruturação do pensamento lógico-matemático, especialmente quando o ensino matemático é ministrado do modo popularmente denominado “tradicional”, no qual o giz, a lousa e o livro didático são usados para fixar números, sinais, fórmulas algébricas, através de exercícios, enfim técnicas prontas e acabadas que não possibilitam espaço para a experimentação, reflexão e apropriação do conhecimento.

Com isso, torna-se interessante analisar e refletir acerca de propostas educacionais maneiras lúdicas de aprendizagem, que ao contrário do já exposto possam envolver, encantar e por que não, divertir os alunos? No caminho de tais objetivos, estão os jogos pedagógicos que por possuírem aspectos lúdicos e dinâmicos, e que estes auxiliam os alunos em processo de ensino e aprendizagem e desta forma cabe ao professor intervir adequadamente para que cada aluno apresente a compreensão necessária.

Visando promover a aprendizagem de forma lúdica e de maneira que possa contribuir na formação do processo de alfabetização, o presente trabalho tem como finalidade descrever meios que justificam a construção do conhecimento através de brincadeiras, brinquedos e jogos.

Ao se iniciar uma conversa informal com um familiar de outra geração, pais ou avós, ou mesmo um indivíduo “mais velho” sobre brincadeiras e jogos, é possível perceber a predominância da ludicidade perpassando as gerações, são jogos conhecidos em roupagens diferentes, são brincadeiras que ficaram esquecidas no tempo, e, no entanto, os jogos e brincadeiras são inerentes à condição humana, portanto:

“Os jogos as brincadeiras, os brinquedos, enfim, as atividades lúdicas acompanham o da civilização humana desde seus primórdios. Em *Homo Ludens*, Huizinga argumenta que o jogo puro e simples é o princípio vital de toda civilização, é uma função da vida” (SOMMERHALDER e ALVES, p, 11, 2011).

Pode-se ainda afirmar que brincar e jogar são atividades próprias da infância, é praticamente impossível imaginar crianças que não gostem de brincar, assim como é impossível negar o prazer com que as crianças brincam, o prazer infantil obtido nos jogos e brincadeiras é a semente do prazer adulto obtido nos esportes, nas danças, nos jogos de cartas ou no xadrez.

Assim, jogar é parte inerente da condição humana, possivelmente, não existe adulto que não tenha brincado de casinha, polícia e ladrão, esconde-esconde, que não tenha jogado o jogo da velha, que não tenha se divertido com o baralho durante a infância e a adolescência, aliás, adultos nada mais fazem do que trocar os jogos e brincadeiras antigas por novas práticas que preservem o elemento lúdicos tais como os esportes.

Historicamente as atividades lúdicas acompanham a humanidade desde os seus primórdios, o termo lúdico tem sua raiz etimológica no vocábulo latino *ludus* usado para designar jogos e brincadeiras há milênios, em relação aos jogos vale ressaltar:

“São antigos os indícios da existência de brinquedos, brincadeiras e jogos criados e vivenciados pelo homem nas mais diferentes culturas, em todos os cantos do mundo (...) o Museu Britânico de Londres, possui em seu acervo brinquedos com mais de cinco mil anos, pertencentes á cultura egípcia, e no Brasil, as cavernas de São Raimundo Nonato no Piauí, guardam figuras gravadas de brinquedos e possíveis brincadeiras que envolviam crianças e adultos, datados de dez mil anos.” (SOMMERHALDER & ALVES, p. 11, 2011).

Pode-se afirmar que os jogos são complexos, pois os jogos são construções ou produtos culturais, ou seja, são delimitados por espaços e tempos, por povos e suas compreensões de infância e de sociedade de modo geral, é correto afirmar que:

“Brincar é uma das atividades fundamentais para o desenvolvimento da identidade e da autonomia. O fato de a criança, desde muito cedo, poder se comunicar por meio de gestos, sons e mais tarde representar determinado papel na brincadeira faz com que ela desenvolva sua imaginação. Nas brincadeiras as crianças podem desenvolver algumas capacidades importantes, tais como a atenção, a imitação, a memória, a imaginação. Amadurecem também algumas capacidades de socialização, por meio da interação e da utilização e experimentação de regras e papéis sociais.” (BRASIL, 1998, p. 22).

Partindo de tal pressuposto pode-se observar como exemplo a boneca que em certas culturas primitivas não eram objetos usados para brincar e sim objeto sagrado. O

mesmo aconteceu com a pipa criada pelos chineses como um objeto bélico, por sinalizar aos militares à distância e o destacamento que se aproximava séculos depois o norte-americano Benjamin Franklin utilizou o mesmo objeto (pipa) para investigação científica que possibilitou a invenção do para-raios.

Hoje após séculos de sua invenção a pipa é um brinquedo utilizado por diversos povos já as bonecas embora sejam populares para as crianças ainda são instrumentos sacros para muitas sociedades tribais.

Segundo Benjamim “as crianças são capazes de reconstruir a história através de fragmentos fazem história através da história” (Benjamim, 1994, p.14), daí seu gosto por contos de fadas, lendas, brinquedos, bonecas, refazendo cultura a partir da cultura em que se insere, subvertendo o estabelecido e ressignificando-o, segundo o já citado autor é esta capacidade de “refazer” que potencializa a brincadeira como experiência cultural.

Deste modo é correto afirmar que jogos e brincadeiras produzem conhecimento, por este motivo o jogo vem sendo defendido como ferramenta de aprendizagem em suas diversas vertentes como ação capaz de produzir aprendizagem sem escolarizar a infância.

No entanto educação, escola, jogos e brincadeiras nem sempre foram termos correlatos. Durante a Antiguidade, existiam algumas ações lúdicas de âmbito escolar, no entanto tais ações eram menores tanto em quantidade em qualidade, até porque neste período o número de indivíduos alfabetizados era diminuto.

Até mesmo no “mundo grego” berço da educação ocidental, a maior parte das cidades estado, alfabetizava apenas cidadãos, o que excluía mulheres, estrangeiros e escravos, até mesmo em Atenas, onde em determinados períodos as mulheres também tinham acesso a alfabetização, os grandes pensadores a partir de Aristóteles consideravam a educação como um processo de transmissão de conhecimentos do adulto para as crianças.

Com advento da Idade Média, a educação escolar passa a ser exclusividade da Igreja, partindo do clero as iniciativas educativas, neste período:

“A família da Idade Média mais se parecia com uma micro empresa Era um núcleo econômico dirigido pelo pai e submetido à sua autoridade, enquanto a escola, de cunho religioso, volta-se basicamente a formação do clero, e acolhia qualquer idade (crianças, jovens e velhos) sem distinção.” (CAMBI apud SOMMERHALDER, p. 31, 2011).

Na Idade Moderna a infância ganha status de período da vida humana, ou seja, é reconhecido em suas peculiaridades e particularidades, neste momento a família antes patriarcal, torna-se nuclear e toma pra si a responsabilidade de assegurar o desenvolvimento das crianças, garantindo sua segurança, oferecendo-lhes amor, conforto e garantindo sua educação, assim tanto para a família quanto para a escola:

“É delegado um papel cada vez mais definido e mais decisivo, de tal modo que cada vez mais elas se encarregam de uma identidade educativa, de uma função ligada não só ao cuidado e ao crescimento do sujeito em idade evolutiva ou a instrução formal, mas também à formação pessoal e social ao mesmo tempo.” (CAMBI apud SOMMERHALDER, p.31, 2011).

Neste momento a criança é alijada da companhia adulta, a condição de fragilidade própria da infância exige que as crianças sejam protegidas surgindo então a tutela pedagógica, neste período a escola ao invés de reconhecer a natureza lúdica da infância, passa a coibir a alegria infantil, reforçando os modelos adultos, assim:

“Na educação da Idade Moderna, o que se observa é a louvação da disciplina m contraposição a alegria e humor Trata-se de expurgar o i8nfanil de cada um, este, considerado um estado vil da condição humana, de modo que a cura do (mal0 infantil está n o fundamento da escola moderna, que pelo cultivo da razão prevenirá e corrigirá os desvios, ou seja, a inclinação para o mal. (OLIVEIRA apud BIANCHHINI, p. 33, 2011).

Nos anos iniciais de escolarização tem se popularizado os termos alfabetização e letramento também na área de ensino matemático, posto que inicialmente os alunos devam ter acesso a linguagem matemática ou seja, devem ser levados a compreender os diversos signos e símbolos construídos historicamente pela humanidade e para além de tal compreensão utilizar tal linguagem em seu cotidiano de modo a ser indivíduo atuante na sociedade no qual se insere, quanto a alfabetização e letramento matemático através de jogos é possível destacar:

“A introdução de jogos nas aulas oferece a possibilidade de diminuir bloqueios apresentados por muitos alunos que temem a Matemática e sentem-se incapacitados para aprendê-la. Os jogos matemáticos podem ser de extrema importância no desenvolvimento do aluno durante o processo de ensino-aprendizagem, pois favorece a interação nos momentos em que estão em atividades de aplicações práticas. Eles podem ser um caminho para a aprendizagem, tanto para a vida como na questão de resolução de problemas, visando a um desenvolvimento matemático com sucesso.” (BIANCHINI et al, p.3, 2010).

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

No presente artigo buscamos na pesquisa bibliográfica o material necessário para a compreensão do desenvolvimento da alfabetização e letramento matemático através do uso de jogos.

Na obra *Letramento e Escolarização*, Magda Soares especialista em alfabetização retoma a importância de alfabetizar e letrar os sujeitos. Nesta obra Magda Soares especialista em alfabetização, professora emérita e pesquisadora debate a importância do letramento consonante a alfabetização já que para além da decodificação de signos linguísticos, é necessário também letrar os indivíduos de modo que possam utilizar a escrita, em suas diversas funções sociais.

Em 1996 foi promulgada a LDB 9394/96 Lei de Diretrizes e Bases da Educação garantiu pela primeira vez no Brasil obrigatoriedade da Educação Infantil caracterizando-a como primeira modalidade da Educação Básica. Posteriormente em 1998 são lançados os RCNEIs Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil com o intuito de oferecer diretrizes e subsídios que garantam educação de qualidade para crianças de 0 a 6 anos inicialmente.

Os Referenciais exploram questões teóricas e metodológicas da educação Infantil e também apresentam concepções epistemológicas que tem se fortalecido nas décadas subsequentes, dentre elas destaca-se a importância do **brincar** e o desenvolvimento do conhecimento matemático.

Com a implantação da lei 11 274 de fevereiro de 2006 que regulamentou o Ensino Fundamental de 09 anos, tornaram-se necessárias mudanças visando à matrícula e a permanência dos alunos a partir dos seis anos na segunda etapa da Educação Básica, o Ensino Fundamental. A recomendação do Ministério da Educação era de oferecer formação em serviço a fim de que os professores adequassem o currículo do período de alfabetização a nova faixa etária atendida, surgindo nos últimos anos o PNAIC - Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa -, ação ministerial para oferecer formação continuada para os professores alfabetizadores de todo o país. Dentre os cadernos de formação do PNAIC há um caderno específico de Jogos.

Ainda em relação à implantação do Ensino Fundamental de 09 anos a obra *Ensino Fundamental de 09 anos: orientações para a inclusão de crianças de 06 anos de idade*, editada pelo Ministério da Educação ainda em 2007 traz uma coletânea de artigos variados sempre a partir do tema alfabetização, alguns artigos debatem a importância do

uso de jogos e brincadeiras em sala de aula, bem como tratam da importância da alfabetização e do letramento e suas diferenças.

Já a obra “Jogo e Educação da Infância: Muito prazer em aprender”, é dividida em quatro capítulos, os dois primeiros tratam especificamente sobre o jogo demonstrando que é produção cultural frisando a importância dos jogos para a aprendizagem e finalmente debatendo a função histórica do jogo no ambiente escolar. O terceiro capítulo apresenta a brinquedoteca como espaço de aprendizagem, o quarto e último capítulo apresenta uma proposta de organização de brinquedotecas em escolas públicas.

No artigo Jogos no Ensino de Matemática “Quais as Possíveis Contribuições do Uso de jogos no Processo de Ensino e Aprendizagem de Matemática?”, as autoras Gisele Bianchini, Tatiane Gerhard e Maria Madalena Dullius, têm como intuito demonstrar as contribuições que os jogos trazem para o processo de ensino e aprendizagem de Matemática, trazendo como diferencial a experimentação e coletas de dados com professores e alunos do Ensino Fundamental e Médio de escolas públicas do Rio Grande do Sul.

Annaly S. Tozetto e Célia F Brandt apresentam o artigo Letramento para Docência em Matemática para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, as autoras se propõe a refletir acerca de uma proposta teórica e pedagógica que garanta aos educandos a compreensão da linguagem matemática e o mesmo tempo a utilização da linguagem nas diversas situações sociais, ou seja, uma proposta de alfabetização e letramento para o ensino de matemática.

Embora publicado há algumas décadas o artigo, Como ensinar Matemática Hoje? de Beatriz S D’Ambrósio debate quais os aspectos negativos do ensino tradicional de Matemática para alunos e professores e ainda apresenta propostas inovadoras como a Etnomatemática, o uso de jogos e da linguagem Logo.

Finalmente, o artigo Apropriação da Linguagem Matemática nos Anos Iniciais de Escolarização, a autora Sílvia Pereira Gonzaga de Moraes, apresenta os conceitos de alfabetização e letramento matemático através de jogos como a organização didático-pedagógica viável para a aquisição de conhecimentos matemáticos.

METODOLOGIA

Na presente pesquisa, revisamos obras teóricas de autores especializados em alfabetização matemática buscando demonstrar que os jogos infantis, muitos deles são importantes para o desenvolvimento do saber matemático. Buscando coletar informações

acerca do tema proposto, buscando a maior veracidade possível acerca da problemática apresentada, os benefícios que a utilização dos jogos em sala de aula pode proporcionar propõe-se a presente pesquisa.

Este trabalho será realizado por meio de pesquisa bibliográfica, analisando documentos legais, orientações de órgãos públicos, pesquisas e obras teóricas de modo a ampliar os conhecimentos teóricos acerca do objeto de pesquisa. Através da revisão bibliográfica o pesquisador pode descortinar o conhecimento já produzido sobre o tema, organizar o material coletado e produzir *per si* acerca do objeto de pesquisa.

Após a revisão bibliográfica serão escolhidas e organizadas as obras a serem utilizadas para consecução do artigo científico à luz do método dialético.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Alfabetização pode ser definida como o processo de aprendizagem no qual os indivíduos alcançam a habilidade de ler e escrever, é ainda o processo onde os educadores responsáveis pela educação básica procuram dar atenção e realizar atividades que envolvam a coordenação motora, letras do alfabeto, números, a formação de sílabas, palavras, e pequenas frases.

Através destas tarefas, as crianças começam a adquirir a habilidade de leitura, de compreensão de textos e da linguagem de maneira geral, incluindo-se neste momento também matemática, deste modo a leitura e a escrita assim como a aquisição da linguagem matemática formam o conjunto de saberes essenciais para os anos iniciais da educação básica e ao mesmo tempo as competências necessárias para a continuidade da educação escolar e a inserção dos pequenos indivíduos na sociedade.

Assim pode-se afirmar que a alfabetização também desenvolve a socialização do indivíduo, uma vez que possibilita novas trocas com a sociedade, além de garantir o acesso aos bens culturais e outras facilidades das instituições sociais.

No entanto, um indivíduo alfabetizado nem sempre é um indivíduo letrado, já que as novas concepções educacionais vêm apontando para a distinção entre alfabetização e letramento. O alfabetizado sabe ler e escrever, enquanto o letrado lê, escreve no contexto das práticas sociais da leitura e escrita:

“no quadro das atuais concepções psicológicas, linguísticas e psicolinguísticas de leitura e escrita, a entrada da criança (e também do adulto analfabeto) no mundo da escrita ocorre por

esses dois processos: pela aquisição do sistema convencional de escrita – a alfabetização- e pelo desenvolvimento de habilidades de uso desse sistema em atividades de leitura e escrita, nas práticas sociais de leitura e escrita – o letramento.” (SOARES, p 23, 2003).

Nas últimas décadas, os esforços da educação escolar tem tido como foco a alfabetização, o que gerou adultos alfabetizados mas não letrados, ou seja adultos incapazes de utilizar o código apreendido nos bancos escolares em suas funções cotidianas de ler, escrever e interpretar códigos escritos, deste modo alfabetização e letramento devem caminhar simultaneamente, de acordo com SOARES (2003) “a questão é alfabetizar letrando”.

O termo letramento tem sido utilizado pela primeira vez no Brasil, para designar o domínio que alguns falantes têm sobre a língua referindo-se especificamente ao uso da norma culta, posteriormente o mesmo termo foi usado de modo a diferenciar certas habilidades acerca da língua que não estavam garantidas durante o processo de alfabetização dos indivíduos, sendo a partir daí, portanto que: o termo adquiriu um “estatuto de termo técnico no léxico dos campos da Educação e Ciências Linguísticas.” (SOARES apud MORAES, p. 03, 2010).

Letramento é uma tradução do termo inglês *Literacy* que etimologicamente pode ser compreendido como: “o estado ou condição que assume aquele que aprende a ler e escrever.” (SOARES apud MORAES, p 03, 2010) e finalmente na mesma língua é a condição do indivíduo que exercita cotidianamente de modo adequado suas competências de leitor e escritor.

Assim como se faz necessário alfabetizar e letrar para garantir que o indivíduo se aproprie e utilize o código escrito o mesmo deve acontecer com a linguagem matemática, por isso nos últimos anos pesquisas e propostas tem sido apresentada acerca da alfabetização e letramento matemático.

No ano de 2014 iniciou-se o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). Este programa tem como foco a aprendizagem significativa. O material do PNAIC aborda vários temas fundamentais: organização do trabalho pedagógico; quantificação, registros e agrupamentos; construção do sistema de numeração decimal; operações na resolução de problemas; geometria; grandezas e medidas; educação estatística; saberes matemáticos e outros campos do saber (relações da disciplina com a realidade e as experiências matemática no cotidiano da criança).

Grande parte dos professores sabe que devem considerar os conhecimentos prévios das crianças e que poderão aproveitar esses conhecimentos e organizar atividades que levem o aluno a aprimorar esses conhecimentos.

As crianças jogam e brincam de diversas maneiras e muitas destas situações lúdicas envolvem conceitos matemáticos como: contar, medir, classificar, seriar e outros.

Pensando nos conhecimentos prévios adquiridos pela criança o professor deve elaborar atividades que auxiliem no processo de aprendizagem, pois muitas vezes as crianças dominam a contagem, por exemplo, porém não quantificam, devendo ainda aprender a correspondência, a classificação e vários outros conhecimentos.

A alfabetização matemática é a aquisição da codificação e decodificação dos números e sinais algébricos, ou seja, é a compreensão dos conteúdos básicos e assim a aprendizagem da linguagem matemática é um processo que une as práticas sociais da leitura com a escrita matemática, portanto:

“Alfabetização compreendida articulada com o processo de letramento, em que a escola possibilita à criança atividades para o domínio dos códigos linguísticos (alfabetização) no contexto do letramento, ou seja, em conjunto com a aprendizagem sobre a utilização deste conhecimento socialmente. O processo de domínio dos conteúdos matemáticos e da sua utilização nas diferentes situações-problema do cotidiano dos sujeitos é denominado de literatura matemática, traduzido para o Brasil de letramento em matemática.” (MORAES, p 03, 2010).

Na faixa etária própria dos alfabetizandos (06 a 08 anos de idade) brincar e jogar são atividades naturais, através das quais a criança pode adquirir conteúdos significativos de modo prazeroso, ou seja, para além de exercícios maçantes e monótonos a alfabetização e letramento matemático através dos jogos:

“Explicita dois pressupostos fundamentais para o trabalho pedagógico com as crianças dessa faixa etária: o papel do lúdico e do brincar e a necessidade de aproximação ao universo da criança, respeitando seus modos de pensar e sua lógica no processo da construção dos conhecimentos.” (BRASIL, p. 09, 2014).

Jogar e brincar tem ainda caráter socializador a criança insere-se em um grupo de jogadores apenas pela experiência lúdica, porém durante a atividade toma contato com regras próprias dos jogos, bem como com regras sociais, e ainda mesmo que o jogo proposto seja individual:

“As crianças jogando, mesmo quando em atividades solitárias, desenvolvem atividades matemáticas cuja riqueza merece ser conhecida pelos educadores. Há um processo de criação ou

resolução de problemas que impulsiona a colocar em cena suas capacidades cognitivas, sejam conhecimentos já adquiridos, ou seja sua capacidade de criar e de gerenciar novas estratégias do pensamento. Nesse processo, a criança pode utilizar conhecimentos matemáticos adquiridos na escola ou, ainda, utilizar conceitos e procedimentos que não são tratados no contexto escolar”. (Brasil p.60, 2014).

Ainda em relação a função socializadora dos jogos e brincadeiras cabe salientar a necessária e possível intervenção que professores podem e devem fazer durante tais atividades é, pois durante o jogo as crianças colocam a prova todas suas estruturas mentais e são desafiadas e equilibrar suas descobertas construindo novos conhecimentos, deste modo é correto afirmar que:

“Constatamos que a garantia da aprendizagem matemática no brincar está ligada à participação das regras matemáticas nas regras do brincar e uma desejável e necessária mediação pedagógica realizada pelo educador no ambiente lúdico na busca de garantia de aprendizagens” (BRASIL p 64, 2010).

Atualmente os recursos utilizados para o ensino e aprendizagem de matemática estão cada vez mais obsoletos e anacrônicos, se giz, lousa, livros didáticos e listas de exercícios de fixação já eram tediosos e distantes da realidade desde o século passado, atualmente dada às condições de acesso a tecnologia, mesmo em se tratando de alunos de escolas públicas e, portanto oriundos das camadas sociais populares, tablets e celulares são companhias constantes dos alunos desde a mais tenra idade e portanto:

“Ensinar por meio de jogos é um caminho para o educador desenvolver aulas mais interessantes, descontraídas e dinâmicas, podendo competir em igualdade de condições com os inúmeros recursos a que o aluno tem acesso fora da escola, despertando ou estimulando sua vontade de frequentar com assiduidade a sala de aula e incentivando seu envolvimento nas atividades, sendo agente no processo de ensino e aprendizagem, já que aprende e se diverte, simultaneamente.” (BIANCHINI apud SILVA, p. 02, 2010).

Dadas às condições possíveis através do uso de jogos e brincadeiras, pode-se dizer que o jogador vivencia a matemática através das atividades lúdicas, explorando o mundo e a realidade que o cerca:

“A matemática, como produto das necessidades humanas, insere-se no conjunto dos elementos culturais que precisam ser socializados, de modo a permitir a integração dos sujeitos e possibilitar-lhes o desenvolvimento pleno dos indivíduos, que na posse de instrumentos simbólicos, estarão potencializados e capacitados para permitir o desenvolvimento do coletivo”. (MOURA apud MORAES, p.2, 2010).

Finalmente cabe salientar que as tradicionais atividades matemáticas levam alunos e professores a posições equivocadas acerca do ensino, aprendizagem e do próprio uso da Matemática.

Os professores acreditando que o foco é conteúdo usam a maior parte de suas aulas para a resolução de exercícios, e seguem um planejamento estanque a fim de ministrar a maior quantidade possível de conteúdos sem se atentarem se seus alunos realmente compreenderam tais conteúdos.

Tal concepção leva os alunos a uma percepção de que a Matemática é um conjunto de saberes produzidos apenas por grandes teóricos, que aprender nas aulas de Matemática portanto não há espaço para análise, reflexão, discussão, para a busca de hipóteses, e assim a Matemática se torna uma matéria escolar distante da realidade:

“Na matemática escolar o aluno não vivencia situações de investigação, exploração e descobrimento. O processo de pesquisa matemática é reservado a poucos indivíduos que assumem a matemática como seu objeto de pesquisa. É esse processo de pesquisa que permite e incentiva a criatividade ao se trabalhar com situações problemas” (D’AMBRÓSIO, p. 02, 1989).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analogamente falando, o jogo por estar presente na educação formal desde as primeiras eras, haja visto que os padeiros romanos faziam pequenos bolos com o formato das letras do alfabeto, é possível parafrasear a célebre frase: ‘penso logo existo’, substituindo-a por “jogo, logo aprendo”.

Sem dúvida brincar é uma atividade que a humanidade domina desde a era primitiva, assim como demonstram registros pictográficos ao redor do mundo, inclusive no Brasil.

Porém embora jogos e brincadeiras sejam inerentes a condição humana nem sempre a infância foi vista como uma fase da vida humana e assim não era utilizada como meio educativo.

Os primórdios da Educação atual ainda trazem em seu bojo infelizmente princípios oriundos da Idade Moderna, época em que embora a criança não mais fosse vista como um “adulto em miniatura”, as características próprias da infância deveriam ser submetidas ao julgo adulto.

Neste momento a alegria, a ludicidade a capacidade infantil de encantamento, a ludicidade não eram tidas com bons olhos pelos educadores e os jogos e brincadeiras eram momentos externos à escolarização.

Somente no século passado a infância foi revisitada e diversos estudiosos voltaram a analisar jogos e brincadeiras em seu caráter de produto cultural.

Brincando as crianças reinventam o mundo circundante, compreendem a realidade ao seu redor, resolvem conflitos, socializam-se.

No entanto somente há poucas décadas que a brincadeira e o jogo adquiriram status de ferramenta pedagógica e ainda falta um longo caminho para que tais atividades tenham espaço garantido no cotidiano escolar.

Assim como a inserção de jogos e brincadeiras nos ambientes escolares é relativamente novo, mais novo ainda é o termo letramento. Após décadas de fracassos no processo de alfabetização vários pesquisadores se debruçaram sobre a escolarização dos anos iniciais do Ensino Fundamental, neste momento o termo letramento surge no cenário educacional nacional, configurando o uso social da leitura da escrita, além de alfabetizar é necessário letrar, de modo a garantir que os indivíduos possam inserir-se na sociedade como leitores e escritores.

Alfabetizar e letrar não são termos utilizados apenas no âmbito de aquisição da Língua nativa, pois atualmente, principalmente o termo letramento é usado para designar o domínio de várias linguagens, como por exemplo, letramento tecnológico, ou letramento matemático.

Aliado as pesquisas nos últimos anos materiais produzidos com o aval do setor público, ou seja, como parte de políticas publicas vem demonstrando que a alfabetização e o letramento matemático são possíveis de serem alcançados através do uso de jogos e brincadeiras.

Jogos e brincadeiras se configuram em espaços de aprendizagem matemáticas que propiciam a socialização, o exercício de contratos sociais, e ao mesmo tempo levam a experimentação, reflexão, uso de hipóteses, e ainda permitem que os professores façam intervenções durante o processo de aprendizagem de modo a orientar os educandos, abandonando a postura de detentores do conhecimento.

Em suma, muito embora a frase “aprender brincando” possa parecer o que popularmente denomina-se “lugar comum”, comprava-se que é sim possível “aprender matemática brincando”.

REFERÊNCIAS

BIANCHINI, Gisele; GERHARDT, Tatiane e DULLIUS, Maria Madalena. **Jogos no Ensino de Matemática “Quais as Possíveis Contribuições do Uso de Jogos no Processo de Ensino e Aprendizagem de Matemática?”**. Revista Destaques Acadêmicos, ano 2, nº 4, CETEC- UNIVATES, 2010.

BRASIL, Ministério da Educação. **Ensino Fundamental de 09 anos: orientações para a inclusão de crianças de 06 anos de idade.** Brasília, Secretaria de Educação Básica, 2007.

BRASIL, Ministério da Educação. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Caderno de Apresentação.** Brasília: Secretaria de Educação Básica. 2014.

BRASIL, Ministério da Educação. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Jogos na Alfabetização Matemática.** Brasília: Secretaria de Educação Básica, 2014.

D'AMBRÓSIO, Beatriz S. **Temas e Debates.** SBEM. Ano II. N2. Brasília. 1989. P. 15-19. 2

MORAES, Sílvia Pereira Gonzaga de. **Apropriação da Linguagem Matemática nos Primeiros Anos de \Escolarização.** X Encontro Nacional de Educação Matemática. Salvador, Bahia, 2010.

SOARES, Magda. **Letramento e escolarização.** São Paulo, Global, 2003.

SOMMERHALDER, Aline e ALVES, Fernando Donizete. **Jogo e a Educação da Infância: muito prazer em aprender.** Editora CVR. Curitiba- PR, 2011.

TOZETTO, Annaly F; BRANDT, Célia F. **Letramento e Alfabetização em Matemática nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.** X Encontro Nacional de Educação Matemática. Salvador, Bahia, 2010.

A IMPORTÂNCIA DO LÚDICO E DOS JOGOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL



Sandra Cristina Cândido de Biaz

Formada e em Pedagogia, com Pós-graduação em Cultura Afro; Gestão e Organização Escolar; Artes para Crianças; Literatura Infantil e Jogos, Brinquedos e Brincadeiras.



Lídia Moraes de Oliveira

Formada e em Pedagogia, com Pós-graduação em Literatura Infantil; Jogos, Brinquedos e Brincadeiras; Gestão Escolar; Artes para Crianças e Psicomotricidade.



Valéria Bartolomazi Laporta

Formada e em Pedagogia e em Letras, com Pós-graduação em Alfabetização e Letramento; Educação Infantil; Ensino Lúdico; Educação Especial; Gestão Escolar, Políticas Educacionais, História e Cultura Africana e Indígena, Artes para Crianças e Psicopedagogia.

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo refletir sobre a importância de práticas na educação infantil que envolvam os jogos e o lúdico como processo educativo, capaz de proporcionar uma aprendizagem prazerosa e significativa para a criança. O método adotado foi uma pesquisa bibliográfica, seguida de análise documental sobre o tema jogos e o lúdico na educação infantil. A introdução de jogos e atividades lúdicas no cotidiano escolar é muito importante, devido a influência que os mesmos exercem frente aos alunos, pois quando eles estão envolvidos emocionalmente na ação, torna-se mais fácil e dinâmico o processo de ensino-aprendizagem. Tratar do lúdico como processo educativo, capaz de proporcionar uma aprendizagem prazerosa e significativa para a

criança, demonstrando que ao se trabalhar ludicamente não se está abandonando a seriedade e a importância dos conteúdos a serem apresentados à criança. É de fundamental importância para a colocação deste tipo de ensino no ambiente escolar, e aplicação de recursos lúdicos, o professor ao se conscientizar das vantagens do lúdico, e adequá-la a determinadas situações de ensino, utilizando-as de acordo com suas necessidades. Conclui-se a partir das evidências que o lúdico e os jogos na educação infantil é fundamental para que a criança aprenda de forma prazerosa e significativa, e desta forma é de suma importância que os educadores proponham desafios e incentivem essas práticas em sala de aula.

Palavras-chave: Jogos, Lúdico, Educação Infantil.

INTRODUÇÃO

Sistematizar o brincar significa uma reorganização da prática pedagógica desempenhada pelo professor, prática essa que deve abandonar os moldes da educação bancária e absorver o lúdico através dos jogos como o instrumento principal para o desenvolvimento da criança. O jogo, e a maneira como o professor dirige o brincar, desenvolverão psicológica, intelectual, emocional, físico-motora e socialmente as crianças, e por isso os espaços para se jogar são imprescindíveis nos dias de hoje.

O objetivo geral deste estudo é refletir sobre a importância dos jogos e do lúdico na educação infantil. Com o objetivo específico de identificar os benefícios ao serem desenvolvidas atividades que envolvam o lúdico e os jogos na educação infantil.

Durante o período da Educação Infantil, a criança adquire diversos conhecimentos, desenvolve várias habilidades, tendo o auxílio das atividades lúdicas, sendo estas entendidas como situações e/ou momentos em que as crianças expressam diferentes sentimentos, melhoram a socialização entre as outras, vivenciando momentos de trabalho em equipe, de maneira lúdica e prazerosa.

A introdução de jogos e atividades lúdicas no cotidiano escolar é muito importante, devido a influência que os mesmos exercem frente aos alunos, pois quando eles estão envolvidos emocionalmente na ação, torna-se mais fácil e dinâmico o processo de ensino- aprendizagem. O lúdico enquanto recurso pedagógico na aprendizagem deve ser encarado de forma séria, competente e responsável. Desta forma a intervenção dos educadores é um fator primordial no processo do ensino e aprendizagem, além da

interação social. De acordo com o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil-RCNEI (BRASIL, 1998, p. 23) “Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidado, brincadeiras e aprendizagem orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal [...]”.

Este estudo justifica-se pela relevância de valorizar o lúdico e os jogos no processo de ensino-aprendizagem, os professores terão ferramentas que serão indispensáveis para uma educação prazerosa e significativa de seus alunos.

Por meio de revisões bibliográficas e acesso a fontes científicas de pesquisa, o trabalho organiza-se da seguinte forma: o primeiro capítulo traz definições sobre a importância do lúdico na educação infantil e o segundo capítulo trata da importância de se utilizar os jogos como ferramenta de aprendizagem na educação infantil.

O LÚDICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Lúdico é o adjetivo que significa e qualifica tudo o que se relaciona com o jogo ou brincadeira. Quando associado à educação, o lúdico assume o papel de um recurso pedagógico e sua função é auxiliar no processo de ensino-aprendizagem e facilitar a assimilação de conteúdo. A atividade lúdica surgiu como nova forma de abordar os conhecimentos de diferentes formas e uma atividade que favorece a interdisciplinaridade.

O lúdico tem sua origem na palavra latina “ludus” que quer dizer “jogos” e “brincar”. E neste brincar estão incluídos os jogos, brinquedos e divertimentos, isto oportuniza a aprendizagem do indivíduo. A introdução do lúdico na vida escolar do educando é uma maneira muito eficaz de repassar pelo universo infantil para imprimir-lhe o universo adulto, nossos conhecimentos e principalmente a forma de interagirmos. O ato de brincar estimula o uso da memória que ao entrar em ação se amplia e organiza o material a ser lembrado, tudo está relacionado com aparecimento gradativo dos processos de linguagem que ao reorganizarem a vivência emocional e eleva a criança a um nível de processos psíquicos.

O uso do lúdico na educação infantil prevê principalmente a utilização de metodologias agradáveis e adequadas às crianças que façam com que o aprendizado aconteça dentro do “seu mundo”, das coisas que lhes são importantes e naturais de se fazer, que respeitam as características próprias das crianças, seus interesses e esquemas de raciocínio próprio.

“Ao levar o lúdico para a escola está se promovendo algo diferenciado que ajuda os alunos a resgatarem o prazer, mudar sua visão de escola e dar um novo sentido ao processo de aprendizagem, pois trabalhar com as emoções, além de contribuir na concretização de propostas cognitivas que levam a construir conceitos e dominar habilidades, pode transformar as metodologias do ensino. Assim, os jogos, os brinquedos, as brincadeiras e as dinâmicas são as ferramentas indispensáveis para a criação de um ambiente criativo, diferente, inovador e significativo” (SANTOS, 2011, p.12).

O aspecto lúdico torna-se importante instrumento na mediação do processo de aprendizagem, principalmente das crianças, pois elas vivem num universo de encantamento, fantasia e sonhos onde o faz de conta e realidade se misturam, favorecendo o uso do pensamento, a concentração, o desenvolvimento social, pessoal e cultural, facilitando o processo de construção do pensamento.

A ludicidade é uma necessidade do ser humano em qualquer idade e não pode ser vista apenas como diversão. O desenvolvimento do aspecto lúdico facilita a aprendizagem, do desenvolvimento pessoal, social e cultural e colabora para a boa saúde mental e física.

É brincando que a criança aprende a respeitar regras, a ampliar o seu relacionamento social e a respeitar a si mesma e ao outro. Por meio da ludicidade a criança começa a expressar-se com maior facilidade, ouvir, respeitar e discordar de opiniões, exercendo sua liderança, e sendo liderados e compartilhando sua alegria de brincar.

A educação para obter um ensino mais eficiente tem que aperfeiçoar novas técnicas didáticas consistindo numa prática inovadora e prazerosa. O lúdico é um desses métodos que deve ser trabalhado na prática pedagógica para a qualidade do ensino/aprendizagem.

“O educador do novo milênio deve promover novos e estimulantes desafios, contextualizar conteúdos, outrora ministrados sem valor prático, pois, enquanto o aluno não perceber a utilidade do que aprende na escola para sua vida, sentirá os conteúdos sem significado e a escola desnecessária” (SANTOS, 2011, p. 23).

A ludicidade é assunto que tem conquistado espaço no panorama nacional, principalmente na educação infantil, por ser o brinquedo a essência da infância e seu uso permitirem um trabalho pedagógico que possibilita a produção do conhecimento, da aprendizagem e do desenvolvimento.

“O educador lúdico deve ser um profissional que estuda, que pensa, que pesquisa, que experimenta, dando um caráter de cientificidade a seu trabalho e ao mesmo tempo, uma pessoa que vivencia, que chora, que ri, que canta e que brinca, dando um

caráter de humanização ao trabalho escola” (SANTOS, 2011, p.24).

O JOGO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

O ato de jogar é tão antigo quanto o próprio homem. O jogo é necessário ao nosso processo de desenvolvimento, tem uma função vital para o indivíduo principalmente como forma de assimilação da realidade.

“O jogo não pode ser visto, apenas, como divertimento ou brincadeira para desgastar energia, pois ele favorece o desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo, social e moral” (KISHIMOTO, 2002, p. 95).

A brincadeira/jogo, não pode ser vista, como afirma Kishimoto (2002), como algo apenas para preencher o tempo ocioso, ela terá que ter objetivos relacionados a aprendizagem. O jogar é o brincar em um contexto de regras e com um objetivo predefinido. Para Almeida (2000, p.22) “o ato consiste em uma atividade livre, conscientemente tomada como não séria e exterior à vida habitual, mas ao mesmo tempo capaz de absorver o jogador de maneira intensa e total”.

O jogo implica para a criança mais que o simples ato de jogar, é através dos jogos que ela se expressa e conseqüentemente se comunica com o mundo; ao jogar a criança aprende e investiga o mundo que a cerca.

Na educação infantil é possível utilizar os jogos e as brincadeiras para desenvolver além do cognitivo, a motricidade, a imaginação, a criatividade, as habilidades de pensamento, tomada de decisão, organização, e especialmente como lidar com regras e conflitos.

Os jogos e brincadeiras possibilitam à criança um relacionamento significativo com aprendizagem através do desenvolvimento físico, afetivo, social e intelectual, pois através das atividades lúdicas a mesma desenvolve a expressão corporal, oral, reforça habilidades sociais, integra-se na sociedade, forma seus conceitos relacionam suas ideias, constrói seu próprio conhecimento, fazendo a ligação com mundo real e constrói seu próprio mundo. E aliar atividades lúdicas ao processo de ensino e aprendizagem pode ser de grande valia, para o desenvolvimento do aluno, um exemplo de atividade que desperta e muito o interesse do aluno é o jogo, sobre o qual nos fala Kishimoto:

“O jogo como promotor da aprendizagem e do desenvolvimento passa a ser considerado nas práticas escolares como importante aliado para o ensino, já que colocar o aluno diante de situações lúdicas como jogo pode ser uma boa estratégia para aproximá-lo dos conteúdos culturais a serem veiculados na escola”. (1994, p. 13).

De acordo com o Referencial Curricular Nacional Para Educação Infantil:

“As brincadeiras de faz de conta, os jogos de construção e aqueles que possuem regras, como os jogos de sociedade (também chamados de jogos de tabuleiro) jogos tradicionais, didáticos, corporais, etc., propiciam a ampliação dos conhecimentos da criança por meio da atividade lúdica”. (1998, v1. p.28).

O jogo é uma fonte de prazer e descoberta para a criança, o que poderá contribuir no processo ensino e aprendizagem; porém tal contribuição no desenvolvimento das atividades pedagógicas dependerá da concepção que se tem do jogo.

Os jogos não são apenas uma forma de desafogo ou entretenimento para gastar a energia das crianças, mas meios que enriquecem o desenvolvimento intelectual e que podem contribuir significativamente para o processo de ensino e aprendizagem e no processo de socialização das crianças.

O jogo normalmente é visto por seu caráter competitivo, ou seja, uma disputa onde existem ganhadores e perdedores; esta visão está vinculada à postura de muitos educadores, para estes o jogo é um ato diferente do brincar, não podemos considerar o jogo apenas como uma competição. A atividade lúdica é o berço obrigatório das atividades sociais e intelectuais.

“O jogo é um instrumento pedagógico muito significativo. No contexto cultural e biológico é uma atividade livre, alegre que engloba uma significação. É de grande valor social, oferecendo inúmeras possibilidades educacionais, pois favorece o desenvolvimento corporal, estimula a vida psíquica e a inteligência, contribui para a adaptação ao grupo, preparando a criança para viver em sociedade, participando e questionando os pressupostos das relações sociais tais como estão postos” (KISHIMOTO, 1996 p. 26).

Na concepção piagetiana, os jogos consistem numa simples assimilação funcional, num exercício das ações individuais já aprendidas gerando, ainda, um sentimento de prazer pela ação lúdica em si e pelo domínio sobre as ações. Portanto, os jogos têm dupla função: consolidar os esquemas já formados e dar prazer ou equilíbrio emocional à criança. Segundo Vygotsky, o lúdico tem grande influência no desenvolvimento da criança. É através do jogo que a criança aprende a agir, sua

curiosidade é estimulada, adquire iniciativa e autoconfiança, proporciona o desenvolvimento da linguagem, do pensamento e da concentração. Os jogos mantêm uma relação estreita com a construção do conhecimento e possui influência como elemento motivador no processo de ensino e aprendizagem.

Para FRIEDMANN (1996: 75) “o jogo não é somente um divertimento ou uma recreação”. Atualmente o jogo não pode ser visto e nem confundido apenas como competição e nem considerado apenas imaginação, principalmente por pessoas que lidam com crianças da educação infantil. O jogo é uma atividade física ou mental organizada por um sistema de regras, não é apenas uma forma de divertimento, mas são meios que contribuem e enriquecem o desenvolvimento intelectual, proporcionam a relação entre parceiros e grupos. Através da interação a criança terá acesso à cultura, dos valores e aos conhecimentos criados pelo homem.

Vygotsky (1996), que se aprofundou no estudo do papel das experiências sociais culturais a partir da análise do jogo infantil, afirma que no jogo a criança transforma, pela imaginação, os objetos produzidos socialmente. Ele ainda ressalta a importância dos signos para a criança “internalizar” os meios sociais. A certa altura do seu desenvolvimento, a criança amplia os limites de sua compreensão, integrando símbolos socialmente elaborados (valores, crenças sociais, o conhecimento acumulado da cultura e os conceitos científicos) ao seu próprio conhecimento. Esse processo dialético entre a criança e a sociedade tem na linguagem um dos signos mais importantes do desenvolvimento infantil.

Segundo Kishimoto (1994), o jogo, vincula se ao sonho, a imaginação, ao pensamento e ao símbolo. É uma proposta para a educação de criança (e educadores de crianças) com base no jogo e nas linguagens artísticas. A concepção de Kishimoto sobre o homem como ser símbolo, que se constrói coletivamente e cuja capacidade de pensar está ligada á capacidade de sonhar, imaginar e jogar com a realidade é fundamental para propor uma nova “pedagogia da criança.” Kishimoto vê o jogar como gênero da “metáfora” humana. Ou, talvez, aquilo que nostorna realmente humanos.

Os jogos podem ser classificados de diferentes formas, de acordo com o critério adotado. Vários autores se dedicaram ao estudo do jogo, entretanto Piaget elaborou uma “classificação genética baseada na evolução das estruturas”. (PIAGET, 1975).

Piaget classificou os jogos em três grandes categorias que correspondem às três fases do desenvolvimento infantil:

1-Fase sensório-motora (do nascimento até os 2 anos aproximadamente): a criança brinca sozinha, sem utilização da noção de regras;

2-Fase pré-operatória (dos 2 aos 5 ou 6 anos aproximadamente): as crianças adquirem a noção da existência de regras e começam a jogar com outras crianças jogos de faz de conta;

3-Fase das operações concretas (dos 7 aos 11 anos aproximadamente): as crianças aprendem as regras dos jogos e jogam em grupos. Esta é a fase dos jogos de regras como futebol, damas etc.

O brincar vai se tornando importante no desenvolvimento da criança, assim, as brincadeiras e jogos vão surgindo gradualmente na vida da criança dos mais simples aos com regras. É a partir destes subsídios que a criança adquire experiências, que vão participar da constituição da sua identidade. Dessa forma, podemos afirmar que os brinquedos e as brincadeiras são fontes inesgotáveis que levam a uma aprendizagem prazerosa e eficaz. E o jogo é um excelente recurso para facilitar a aprendizagem.

“[...] desde muito cedo o jogo na vida da criança é de fundamental importância, pois quando ela brinca, explora e manuseia tudo aquilo que está a sua volta, através de esforços físicos e mentais e sem se sentir coagida pelo adulto, começa a ter sentimentos de liberdade, portanto, real valor e atenção as atividades vivenciadas naquele instante” (CARVALHO, 1992, p.14).

O lúdico, de uma forma geral, está intrinsecamente relacionado com o prazer, por isso a utilização de jogos pode ser um recurso útil para uma aprendizagem diferenciada e significativa. Diferenciada, porque oportuniza aos participantes outras posições em relação ao saber formal, diversos papéis são assumidos como: líder, mediador, questionador e crítico, enfim, a percepção do outro em seu aspecto motor, afetivo e social. Significativa, porque os envolvidos podem reconhecer a língua inglesa como um espaço de construção discursiva, de produção de sentido, dentro de um contexto real, baseado nas ações fundamentais da vida como administrar conflitos, como saber ganhar ou perder e que, mesmo perdendo, o verdadeiro valor está no aprendizado, em competir, interagir, respeitar regras e o outro, aceitar ou recusar desafios, tomar decisões, ter iniciativa, organizar-se e em outras situações que dão sentido ao jogo, proporcionando-lhes autonomia e integração ao meio.

O jogo implica para a criança mais que o simples ato de jogar, é através dos jogos que ela se expressa e conseqüentemente se comunica com o mundo; ao jogar a criança aprende e investiga o mundo que a cerca, toda e qualquer atividade lúdica deve ser respeitada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou a partir das evidências que o lúdico e os jogos na educação infantil é fundamental para que a criança aprenda de forma prazerosa e significativa, e desta forma é de suma importância que os educadores proponham desafios e incentivem essas práticas em sala de aula.

Através dessa pesquisa pôde-se perceber que o lúdico é fundamental no processo de ensino-aprendizagem, jogar, brincar e a utilização dos brinquedos são atividades importantes para o desenvolvimento emocional, afetivo, cognitivo e social das crianças.

As crianças que participam dos momentos lúdicos desenvolvem-se de maneira mais espontânea e ativa perante a sociedade na qual estão inseridas. Sendo assim, trabalhar com o lúdico é importante na construção do conhecimento na Educação Infantil, uma vez que auxiliando desenvolvimento da imaginação, do raciocínio, da criatividade.

Percebe-se que o lúdico aliado aos jogos e brincadeiras é de fundamental importância para aprendizagem das crianças da educação infantil, pois ensinam brincando e desperta na criança o desejo de aprender brincando.

Neste sentido podemos constatar que o papel do educador como fator essencial, já que é responsável pela escolha de recursos, metodologias e práticas que conduzirá adequadamente o aprendiz a determinado objetivo, pela criação de espaços e disponibilização de materiais, participando das brincadeiras e realizando a mediação para a construção do conhecimento.

Podemos concluir que o aspecto lúdico promove a aprendizagem e o desenvolvimento integral da criança. Enfim, desenvolve o indivíduo como um todo, dessa forma, a educação infantil necessita considerar o lúdico e os jogos como um processo que ocorre de forma prazerosa e significativa para a criança.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Paulo N. **Educação lúdica: Técnicas e jogos pedagógicos**. 10. ed. São Paulo: Loyola, 2000.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil/** – Brasília: MEC/SEF, 1998. V1 introdução.
- CARVALHO, A. M. C. et al. (Org.). **Brincadeira e cultura: viajando pelo Brasil que brinca**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1992.
- FRIEDMANN, A. **Brincar: crescer e aprender: o resgate do jogo infantil**. São Paulo: Moderna, 1996.
- GIL, Antônio Carlos, 1946- **Como elaborar projetos de pesquisa**/Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.
- KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Jogos, brinquedos, brincadeiras e educação**. São Paulo, SP - 6ª ed., (org.): Cortez, 2002.
- PIAGET, J. **A Formação do Símbolo na Criança: imitação, jogo e sonho**. Rio de Janeiro: Zannar, 1978.
- SANTOS, Santa Marli Pires dos. **O brincar na escola: Metodologia Lúdico vivencial, coletâneas de jogos, brinquedos e dinâmicas**. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- VYGOTSKY, L. S. **Ludicidade**. Veer & Valsiner, p. 373, 1996.

Revista AUTÊNTICOS

Instituto P2G Educacional
Rua Marquês de Lages, 729 - Ipiranga
CEP 04162-001- São Paulo - SP

Nossos Contatos:
Fone: 11-2947-3283
Whatsapp: 11-95123-9337

www.revistaautenticos.com.br

E-Mail: contato@revistaautenticos.com.br

Rua Marquês de Lajes, 729 – Ipiranga – São Paulo-SP –CEP 04162-001

Fone: (11) 2947-3283.